



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – FACE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA

SAMUEL FALCÃO BORGES DE LIMA VIEIRA

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL ENTRE A LÓGICA EMPRESARIAL E A
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO ORGANIZACIONAL CRÍTICO**

Brasília
2022

SAMUEL FALCÃO BORGES DE LIMA VIEIRA

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL ENTRE A LÓGICA EMPRESARIAL E A
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO ORGANIZACIONAL CRÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira

Brasília
2022

SAMUEL FALCÃO BORGES DE LIMA VIEIRA

**O EMPREENDEDORISMO SOCIAL ENTRE A LÓGICA EMPRESARIAL E A
SOLIDÁRIA: UM ESTUDO ORGANIZACIONAL CRÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Linha: Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira

Aprovada em:

Banca examinadora:

Professor Dr. Marcus Vinicius Soares Siqueira (Presidente)
Orientador – Universidade de Brasília

Professor Dr. Eduardo Paes Barreto Davel
Examinador Externo – Universidade Federal da Bahia

Professor Dr. Pedro Henrique Isaac Silva
Examinador Externo – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

Professora Dra. Suylan de Almeida Midlej e Silva
Examinadora Suplente – Universidade de Brasília

Brasília
2022

*Só há duas opções nesta vida:
se resignar ou se indignar.
E eu não vou me resignar nunca.*

(Darcy Ribeiro)

Agradecimentos

O caminho para a conclusão deste estudo foi uma jornada intensa composta de sentimentos diversos de incerteza, orgulho e satisfação, apoiado por pessoas que significam muito para mim. Cabe aqui realizar o devido reconhecimento a todas elas que, de uma forma, ou de outra, compartilharam dessa experiência comigo.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo apoio incondicional. Aos meus pais, que com todo o esforço, carinho e atenção, me permitiram o acesso ao máximo de oportunidades para o meu desenvolvimento. Graças a eles pude chegar até aqui. À Patrícia, minha esposa, amor de todas as minhas vidas, pelo incentivo diário e incessante, que me deu forças para conseguir concluir a extenuante tarefa de realizar este trabalho. À Gemilse pelo suporte incansável e incondicional que me possibilitou, em diversos momentos, focar nas leituras e na escrita desta dissertação. Às minhas queridas Olga e Frida por toda a alegria que trouxeram para a nossa casa. Aos meus irmãos que a vida não me deu, mas escolhi ter, Alexandre, Chinês (Vitor) e Chapecó (Marco Aurélio), agradeço por todos os necessários momentos de descontração.

Ao meu orientador, Marcus Vinícius Soares Siqueira, por acreditar em alguém inexperiente no campo, por me acolher com sua inteligência e sabedoria incomparáveis e por me apresentar um mundo incrível de conhecimento ao qual eu era ignorante. Uma orientação realizada integralmente durante um momento terrível da nossa história, conduzida quase que exclusivamente de forma remota para a manutenção do distanciamento social imposto pela pandemia e, mesmo assim, impecável. Obrigado por conduzir meu trabalho de forma tão competente e apaixonada.

Aos meus colegas do Centro de Cultura e Estudos LGBT no Ambiente de Trabalho e do Núcleo de Diversidade e Crítica Organizacional, por todo apoio dado, por

todo conhecimento compartilhado e por todas as inspirações que obtive nesses mais de dois anos de convívio. Infelizmente, a pandemia restringiu nossos contatos, mas o grupo no Whatsapp sempre fervilhou durante todo esse tempo. Ana, Andreia, Bárbara, Cledinaldo, Danuzio, Gustavo, Talyson, Tatiane e Taynan, muito obrigado por compartilhar comigo essa jornada.

Aos colegas da turma de 2020, pelo companheirismo durante o árduo caminho rumo à conclusão desta pesquisa. Obrigado pelo compartilhamento dos diversos pontos de vista sobre o campo da Administração.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília com os quais tive o prazer de compartilhar uma sala de aula durante essa jornada e, também, aos servidores pela presteza em esclarecer procedimentos e providenciar a abertura de todos os caminhos necessários para que pudesse chegar até este momento. Especialmente agradeço a assistência cuidadosa e tempestiva das servidoras Edvania e Selma.

Aos professores Pedro Henrique Isaac Silva e Eduardo Paes Barreto Davel, que acompanharam toda a jornada deste trabalho, compondo tanto a banca de qualificação, quanto a de defesa final, agradeço imensamente as excelentes contribuições dadas. Ao professor Luiz Alex Silva Saraiva, a quem devo o conhecimento sobre as nuances da abordagem crítica do discurso no âmbito dos estudos organizacionais. Muito obrigado por ter me aceito em sua disciplina como aluno especial e por inspirar diariamente as mentes daqueles que passam por suas aulas.

Por fim, a todos os indivíduos entrevistados neste trabalho, um agradecimento especial, por compartilhar, em anonimidade, sua intimidade, seus anseios, seus prazeres e suas angústias. O conjunto de suas falas foram essenciais para promover uma reflexão

cada vez mais necessária sobre o papel que as organizações possuem na vida cotidiana e na subjetividade de seus trabalhadores.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial do empreendedorismo social, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que permeia as ações sociais. Com base em um referencial teórico fundamentado nos estudos organizacionais críticos, esta pesquisa, de natureza exploratória e de abordagem essencialmente qualitativa, utilizou as asserções teórico-metodológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Norman Fairclough para identificar as respostas para os objetivos da pesquisa nas práticas discursivas e sociais dos indivíduos investigados. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas em profundidade com componentes de uma organização inserida no setor de empreendedorismo de impacto social. O *corpus* de análise foi codificado de forma a definir as categorias de análise: (a) ideologia gerencialista; (b) racionalidade neoliberal; (c) conflitos e contradições; e (d) subjetividade. As categorias também foram definidas de forma a colaborar com o alcance dos objetivos específicos desta pesquisa. Por intermédio do arcabouço teórico-metodológico definido para a pesquisa, foi possível realizar uma discussão sobre a forma que a subjetividade dos indivíduos é impactada pela ideologia gerencialista e pela predominância da racionalidade instrumental e neoliberal. Conclui-se que os indivíduos investigados operam em um campo organizacional repleto de contradições, cujo discurso, promotor de justiça social e aparentemente emancipador, na verdade, abre caminho para a reprodução de uma ideologia hegemônica, centrada na lógica do mercado, em que o empresariamento de si se apresenta como aspecto orientador da conduta individual, inclusive na esfera da promoção de bem-estar social.

Palavras-Chave: Empreendedorismo social, Racionalidade, Ideologia gerencialista, Sujeito neoliberal.

Abstract

The present study aims to understand how the political, ideological and managerial discourse of social entrepreneurship is shaped, in view of the contradictions between the market logic of the business constitution and the logic of solidarity that permeates social actions. Based on a theoretical framework grounded on critical organizational studies, this research, of exploratory nature and qualitative approach, used the theoretical-methodological assertions of Critical Discourse Analysis (CDA) by Norman Fairclough to identify the answers to the research objectives in the discursive and social practices of the investigated individuals. In this sense, in-depth interviews were carried out with components of an organization inserted in the social entrepreneurship sector. The corpus of analysis was coded in order to define the categories of analysis: (a) managerial ideology; (b) neoliberal rationality; (c) conflicts and contradictions; and (d) subjectivity. The categories were also defined in order to collaborate with the achievement of the specific objectives of this research. By means of the theoretical-methodological framework defined for the research, it was possible to carry out a discussion on the way in which the subjectivity of individuals is impacted by the managerial ideology and by the predominance of instrumental and neoliberal rationality. It is concluded that the investigated individuals operate in an organizational field full of contradictions, whose discourse, that promotes social justice, and apparently emancipating, actually opens the way for the reproduction of a hegemonic ideology, centered on the market logic, in which the self-entrepreneurship presents itself as a guiding aspect of individual conduct, including in the sphere of promoting social well-being.

Keywords: Social entrepreneurship, Rationality, Managerial ideology, Neoliberal subject.

Lista de quadros

Quadro 1: Duração das entrevistas

Quadro 2: Categorias de análise

Quadro 3: Síntese do processo analítico

Lista de abreviaturas e siglas

ACD – Análise Crítica do Discurso

ASG – Ambiental, Social e Governança

CEP/CHS – Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas da
Universidade de Brasília

ESG – Environmental, Social and Corporate Governance

ONG – Organização Não Governamental

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
2.1.	O empreendedorismo social como campo de investigação nos Estudos Organizacionais.....	9
2.2.	O empreendedorismo social e novo espírito do capitalismo.....	16
2.3.	A constituição de uma racionalidade empreendedora.....	23
2.4.	Imaginário, ideologia e poder: a formação do sujeito empreendedor.....	37
3.	MÉTODO.....	52
3.1.	Aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa.....	52
3.2.	Caracterização da pesquisa.....	56
3.3.	Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	58
3.4.	Instrumento de pesquisa.....	58
3.5.	Material empírico.....	59
3.6.	Análise Crítica do Discurso (ACD).....	60
3.7.	Análise das formações discursivas.....	65
4.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	69
4.1.	Categoria 1: Ideologia gerencialista.....	70
4.2.	Categoria 2: Racionalidade neoliberal.....	83
4.3.	Categoria 3: Conflitos e contradições.....	97
4.4.	Categoria 4: Subjetividade.....	107
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137
	APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	150

APÊNCIDE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA.....	154
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	156
APÊNDICE D – ACEITE INSTITUCIONAL.....	158

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre empreendedorismo no âmbito dos estudos organizacionais são dominadas pelo paradigma funcionalista, proporcionando espaços para estudos teóricos-críticos sobre o tema. Assim, em que pese a crescente valorização do termo empreendedorismo para projetar modelos de negócios ideais, como elucida Costa, Barros & Carvalho (2011), há um reduzido número de pesquisas acadêmicas teórico-críticas sobre o assunto.

É digno de nota que o empreendedorismo possui uma conceituação bastante diversa, compondo-se, assim, em um rótulo vazio, passível de naturalização (Costa & Saraiva, 2015). Apesar do entendimento de alguns autores do tema de que não existem conceitos para empreendedorismo, pode-se, de maneira generalizada, partir de duas abordagens para essa conceituação: a abordagem comportamental e a econômica (Costa, Barros, & Martins, 2012). No foco da abordagem comportamental para a definição de empreendedorismo está o enfoque no comportamento do empreendedor e nas suas origens. Por sua vez, a abordagem econômica foca o conceito de empreendedorismo na inovação, no risco calculado e no desenvolvimento (Costa *et al.*, 2012).

Colbari (2007) também destaca duas referências teóricas relevantes para a definição do conceito de empreendedorismo: a vertente histórico-sociológica, com Max Weber destacando a necessidade de compreender o “impulso para o ganho” e a “ânsia do lucro” da história do capitalismo moderno, e a vertente da economia, com a “capacidade de imaginar” e o “espírito inovador” trazidos por Schumpeter (pp. 79-80).

A necessidade de adotar várias abordagens e referenciais teóricos para a conceituação de empreendedorismo, como reforça Ogbor (2000), é explicada em razão

dos pesquisadores do tema focarem seus estudos na caracterização do empreendedor e o que constitui o empreendedorismo, deixando uma lacuna na própria definição do termo. Assim, o conceito de empreendedorismo está muito mais focado nas características individuais do empreendedor e do seu processo de empreender. Esse empreendedor é visto como aquele que é inovador, ativo e com habilidade social, cultural e de execução (Colbari, 2007), sendo gestor de sua própria carreira e seu próprio empresário (Costa & Saraiva, 2015).

Dantes visto como uma representação pura de um agente econômico, a visão sobre o empreendedor parece ter sido ressignificada ao longo dos anos: de uma perspectiva do empreendedor como um agente egoísta, que potencializa os resultados em busca de ganho próprio, para o entendimento do empreendedor que desenvolve ações sociais a partir de motivações individuais (Colbari, 2007).

Assim como sua definição, o empreendedorismo como campo de estudo é bastante fragmentado. Além do seu objeto de pesquisa convencional que se aplica aos processos relacionados à criação de negócios de finalidade lucrativa, existem outras formas de empreendedorismo, como o cultural, institucional, público e o social, que também possuem seus espaços como objetos de investigação na literatura (Dacin, Dacin & Tracey, 2011). Nesse contexto, esta pesquisa propõe dar foco ao “segmento social” do empreendedorismo.

O empreendedorismo social, de acordo com Dacin *et al.* (2011), também possui uma conceituação diversa que varia entre quatro fatores chave: (i) as características individuais dos sujeitos que conduzem os negócios; (ii) os setores nos quais os empreendimentos atuam; (iii) os processos e recursos que esses empreendedores utilizam; e (iv) a missão prioritária de geração de valor por meio da promoção de soluções para

demandas sociais. Desses quatro fatores, os autores acreditam que a questão relacionada a geração de valor social seja a que se aplique melhor ao conceito de empreendedorismo social. Nesse sentido, Dees (1998), por exemplo, caracteriza o empreendedor social como uma espécie do gênero empreendedor, com o diferencial de ter uma missão social. Harding (2004), por sua vez, conceitua os empreendimentos sociais como negócios que possuem um objetivo social, sendo os seus recursos direcionados para solucionar problemas sociais, ao invés da maximização de lucros.

É fundamental ressaltar que a palavra “social” agregada ao termo “empreendedorismo” aparenta tornar o ato de empreender mais legítimo, afinal, ao menos no discurso, as ações vinculadas ao empreendedorismo social e aos agentes que operam nesse campo têm como objetivo a busca do bem comum (Boltanski & Chiapello, 2009). Do mesmo modo, a Academia tropeça em apresentar estudos e pesquisas de teor crítico no campo do empreendedorismo social, dado que suas narrativas estão imbuídas de um espírito tão positivo e funcional que inibe qualquer tipo de questionamento (Dey & Steyaert, 2012).

Nesse sentido, uma vez que o empreendedorismo social como objeto de estudo é mais glorificado pelo seu valor utilitário do que de fato investigado criticamente, as pesquisas científicas relacionadas ao tema possuem uma afinidade mais estreita com a visão acadêmica positivista, de natureza funcionalista. Ainda de acordo com Dey e Steyart (2012), forja-se, dessa maneira, a construção do empreendedorismo social como um instrumento indispensável para enfrentar os problemas do mundo, conformando o tema dentro de um discurso moral e racional.

Tal contexto abre espaço para o surgimento de uma esfera de conhecimento, com pouco ou nenhum método científico, embasada em evidências anedóticas e discursos

autorreferenciais, promovida por organizações intermediárias que buscam imprimir um discurso totalizante, no qual o empreendedorismo social é apresentado como a solução para todos os males da sociedade. Por meio da construção de padrões discursivos, essas organizações apresentam casos de sucesso, envolvendo outras organizações, ou mesmo indivíduos, que buscam, por meio do espírito empreendedor, promover soluções para problemas sociais. Nesse contexto, pode-se citar a Ashoka, organização fundada em 1981 pelo americano Bill Drayton, que foi uma das pioneiras no setor, responsável por cunhar o termo “empreendedor social”.

Organizações como a Ashoka ditam a narrativa sobre o empreendedorismo social por meio de eventos, publicações, treinamentos e outros mecanismos. O discurso promovido por essas organizações permite que os empreendedores sociais sejam elevados a uma categoria sobre-humana de “intelecto e vontade acima do normal” (Schumpeter, 1997, p. 89). Além disso, tais discursos alegam que qualquer pessoa pode ser elevada a essa casta superior, tendo em vista que “todos são agentes de transformação”, conforme declaração de visão da Ashoka, apresentada em destaque na página eletrônica da organização (<http://ashoka.org/pt-br>, recuperada em 10 de novembro de 2020).

Atrelada a essa questão, observa-se a visão idealizada do empreendedor social como uma figura heroica e um modelo de sucesso a ser seguido. No âmbito da teoria institucional, a aparência heroica é essencial para o alcance de legitimidade, no caso uma legitimidade moral, que remete a conceitos de liberdade e justiça (Ruebottom, 2013), ampliando ainda mais os contornos de positividade ao campo de estudo. Por sua vez, sob a base da Sociologia Clínica, Enriquez (1997) estabelece que os heróis e as figuras idealizadas nas organizações servem como um sistema legitimador e passa a estabelecer significados às condutas de seus membros.

Nesse prisma, o processo de legitimação do empreendedor social está intimamente relacionado com a cultura do *management*, um conjunto de pressupostos que estão envoltos na crença em um mercado livre, no culto da excelência e no culto à símbolos (Wood Jr & Paula, 2006; Ituassu & Tonelli, 2014). Esses pressupostos estão alicerçados na ideologia gerencialista, que, por sua vez, é fundamentada pela unidimensionalidade do ser humano no mundo moderno (Marcuse, 1973), a racionalidade instrumental (Guerreiro Ramos, 1989) e o determinismo econômico na vida das pessoas (Gaulejac, 2007).

No contexto apresentado, o conflito fundamental que atesta a complexidade dos estudos do empreendedorismo social se reflete na dialética entre as características do empreendedorismo e do social: o primeiro vinculado à iniciativa individual, neoliberal e centrada na obtenção e acumulação de capital; e o segundo marcado por um senso de solidariedade e uma preocupação com o bem coletivo, que tem origem na intervenção do Estado para o bem-estar da população. Por esse ângulo, surge a questão: **de que forma os integrantes de empresas sociais lidam com a contradição entre a lógica empresarial e a social?**

Apresenta-se, assim, a oportunidade de pesquisar o fenômeno do empreendedorismo social sob a perspectiva dos estudos críticos das organizações, trazendo à luz da teoria crítica e do paradigma radical humanista uma análise dos sujeitos que compõem essas organizações. Esta pesquisa tem como objetivo **compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial de integrantes de empresas sociais, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que permeia as ações sociais**. Busca-se tal compreensão por meio do cumprimento dos objetivos específicos abaixo:

- a) Identificar como os indivíduos vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, na organização;
- b) Identificar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos sujeitos da pesquisa;
- c) Identificar os traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos;
- d) Analisar os efeitos do trabalho no campo do empreendedorismo social na subjetividade dos indivíduos.

Nesse contexto, Dart (2004), partindo da teoria institucional, atesta que os empreendimentos sociais ganham espaço na sociedade, em contraponto às organizações sem fins lucrativos, ao serem legitimadas por uma ordem social que valoriza o aspecto econômico, fundamentada por uma ideologia pró-mercado presente na sociedade. Dessa forma, as organizações que não se orientam pela lógica de mercado perdem legitimidade, são consideradas menos capazes e, até mesmo, amadoras, em comparação com as organizações que se estruturam de forma empresarial para realizar atividades de promoção de bem-estar social. Nesse quesito, Eikenberry e Kluver (2004) também dissertam, à luz da teoria institucional, de que forma as organizações sem fins lucrativos estão sendo cooptadas a se tornarem cada vez mais parecidas com empresas em suas ações, estruturas e filosofias de trabalho em relação aos seus objetivos de transformação social.

Por outra base epistemológica, para além da teoria institucional, esses estudos podem estar também alinhados com pesquisas de abordagem teórico-crítica, como, por exemplo, a de Salimon e Siqueira (2013) que demonstra, por meio do arcabouço teórico da Sociologia Clínica e da análise dos discursos de empregados de organizações sem fins

lucrativos, como as organizações brasileiras do terceiro setor e seus empregados têm se apropriado de tecnologias gerenciais próprias do meio empresarial por intermédio do isomorfismo mimético e da internalização da ideologia gerencialista na subjetividade dos indivíduos que compõem essas organizações. Ainda nesse sentido, a dominância mercadológica sobre as organizações sociais também poderia ser explicada pelo conceito da arte liberal de governar preconizada por Foucault (2008). Nesse espectro, o conceito de governamentalidade é pertinente para analisar de que forma os empreendedores sociais são assujeitados por “discursos de verdade específicos e que vendem, de forma clara ou velada, a possibilidade de salvação” (Motta & Alcadipani, 2004, p. 126).

Ao se considerar uma lógica dominante que busca governar condutas, é possível também articular para efeitos desse estudo os mecanismos de crítica e justificação do capitalismo, apresentados pela Sociologia Pragmática Francesa, representada aqui por Boltanski e Chiapello (2009). De acordo com os autores, o “espírito do capitalismo” se recicla ao longo das eras, em resposta às críticas estéticas e sociais, reveste-se de novas características e provê justificativas para que os indivíduos se engajem em uma ordem claramente econômica, gerencialista e instrumental. Nesse aspecto, o fenômeno do empreendedorismo social se apresenta de forma muito explícita como um desses mecanismos de justificação ao utilizar a lógica empresarial para promover justiça social.

Para efeito desta pesquisa, é importante contextualizar que a Administração, como ciência, se pauta, majoritariamente, em princípios das ciências naturais, arraigada em um paradigma funcionalista e alinhada à uma racionalidade instrumental, que se mostra, de acordo com Guerreiro Ramos (1989), ingênuo para compreender a complexidade das relações sociais onde as organizações estão inseridas. Pode-se dizer que os estudos organizacionais centrados em uma racionalidade instrumental

proporcionam uma percepção de que tudo pode ser explicado por relações causais, inclusive a subordinação irrestrita do homem às lógicas de mercado. Ou seja, os estudos organizacionais resistem em se manter como produtor de teorias deterministas, pautadas em uma racionalidade econômica, que buscam nada mais do que manter a “ordem natural das coisas”. É possível interpretar que a Administração, em seu discurso dominante, provoca o “efeito viseira” proclamado por Derrida (1994), onde um “espectro” observa a humanidade e a humanidade não vê quem a observa. Ao insistir em uma racionalidade ingênua, a Administração, como ciência, se mostra incapaz de desvendar os fenômenos sociais que regem o comportamento das organizações e seus sujeitos.

Cabe neste momento, então, reforçar que esta pesquisa se apresenta como contraponto à literatura hegemônica, funcionalista, que permeia as publicações acadêmicas no tema do empreendedorismo social. Não se pretende, por intermédio deste trabalho, promover explicações prescritivas pautadas por uma racionalidade instrumental, mas sim compreender em que medida as instâncias obscuras e manifestas “dão conteúdo às configurações do poder nas organizações do ponto de vista do sujeito coletivo do trabalho” (Faria, 2009, p. 513). Opta-se por essa abordagem, em função da incapacidade da literatura dominante em dar resposta aos aspectos ideológicos que contornam o tema do empreendedorismo social, para promover compreensão dos processos de subjetivação nos indivíduos frente às lógicas conflitantes apresentadas nesta pesquisa. Nesse sentido, a abordagem teórico-crítica é essencial para desvelar essas questões.

Dessa forma, esta pesquisa possui natureza exploratória e busca promover reflexão sobre o fenômeno do empreendedorismo social por meio da compreensão das narrativas presentes nos discursos de empreendedores sociais, de forma a contribuir, primariamente, para o avanço de uma perspectiva teórico-crítica no estudo deste tema,

tendo em vista a dominância de estudos funcionalistas nessa área. Além disso, em outro espectro, este estudo se justifica também ao trazer uma visão diferente dentro da própria abordagem teórico-crítica no campo, que prontamente apresenta o empreendedorismo social como uma ferramenta de reprodução capitalista, sem, por vezes, se debruçar na complexidade da subjetividade do empreendedor social em um contexto repleto de contradições.

Por fim, acredita-se que o arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, desenvolvido por Norman Fairclough (2016) é fundamental para o alcance dos objetivos dessa pesquisa, tendo em vista o aspecto dicotômico da realidade do empreendedor social e, reconhecendo, que o discurso, não somente reproduz e reflete, mas também exerce um papel fundamental na construção de representações e relações sociais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. O empreendedorismo social como campo de investigação nos Estudos Organizacionais

O termo “empreendedor” deriva do termo em francês “*entreprendre*” que significa, em uma tradução livre, “encarregar-se de algo” (Kets de Vries, 1977). As primeiras referências ao termo remetem ao século XVI, onde era utilizado para denominar o capitão que contratava soldados mercenários para servir às cidades mediante pagamento (Martinelli, 1994). A partir do século XVIII o termo começou a ser utilizado para se referir à atores econômicos, sendo Richard Cantillon o responsável pelos primeiros

relatos teóricos da função empresarial do empreendedor. No século XIX, Jean Baptiste Say identifica o empreendedor como “o empresário”, posicionando-o no centro do processo econômico, dando destaque à questão do capital e do lucro (Costa *et al.*, 2011). No século XX, Joseph Schumpeter surge como o principal teórico e o mais citado pesquisador no fenômeno do empreendedorismo, associando o empreendedor à inovação e ao desenvolvimento econômico (Leite & Melo, 2008; Ogbor, 2000). Nesse quesito, existem duas grandes referências teóricas relacionadas ao fenômeno. Além da vertente econômica liderada por Joseph Schumpeter, apresenta-se também a vertente histórico-sociológica, por intermédio de Max Weber (Colbari, 2007).

A vertente econômica consiste na vinculação do poder “destruidor” do novo ao empreendedor, combinando as capacidades imaginativas e inovadoras para consumir processo de “destruição criativa”. Dessa forma, Schumpeter (1997) caracteriza o empreendedor como um agente capaz de combinar diferentes recursos pré-existentes, provocando mudanças e inovações. Por outro espectro, a vertente histórico-sociológica, baseada em Weber (2004), busca compreender a racionalidade desencadeada pelo contexto histórico da formação do capitalismo, legitimado por uma ética singular e voltada para a acumulação, o lucro e a prática empreendedora (Colbari, 2007). Independentemente da vertente, Colbari (2007) atesta que não se pode confundir o empresário com o empreendedor. O primeiro se trata de uma condição jurídica de um indivíduo, já o segundo se apresenta como o comportamento ou postura de uma “pessoa que se aventura à realização de coisas difíceis ou fora do comum” (p. 77). Essa visão é referendada por Costa *et al.* (2012) dentro da perspectiva comportamental que caracteriza o empreendedor.

Tal perspectiva também é destacada por Ogbor (2000). Embora se trate de um campo considerado promissor no âmbito dos estudos organizacionais, o desenvolvimento teórico do empreendedorismo se demonstra problemático, pois ampla parte dos estudos consiste em um longo esforço de pesquisadores para explicar "quem" é um empreendedor. Este foco em tentar explicar "quem" são os empreendedores nos estudos organizacionais acaba por produzir diversas concepções do fenômeno, tornando-o um rótulo sem significado (Costa & Saraiva, 2015) e reforçando o processo problemático de teorização do empreendedorismo. Soma-se a isto a questão de que "a teoria do empreendedorismo convencional é justificada em termos de seu apelo a um sistema de mercado livre, o estado capitalista e uma espécie de objetivo utópico de liberdade econômica para todos." (Ogbor, 2000, p. 614). Além disso, o alinhamento da Academia à prática predominantemente positivista se reflete em uma proeminência de estudos sobre empreendedorismo que se projetam a reproduzir a ideologia dominante, pautada em uma racionalidade instrumental e no ideal do heroico homem empreendedor.

Tal qual sua conceituação difusa, o empreendedorismo possui diversas segmentações como campo de estudo. A pesquisa convencional aplicada às teorias econômicas de criação de negócios toma caminhos distintos ao se integrar com diferentes contextos culturais, institucionais e sociais. O empreendedorismo social, objeto desta pesquisa, é um exemplo dessa segmentação.

De acordo com Mair e Martí (2006), as práticas de integração de criação de valor econômico e social tem raízes em uma longa herança histórica. Em essência, as ações de impacto social podem ser identificadas desde as primeiras civilizações, com seus códigos morais, ações filantrópicas e atos de dádiva (Rigueiro, 2014). A dádiva, cujo conceito será tratado em breve neste estudo, também remete às civilizações primitivas. Os atos de

doação e retribuição que estabeleciam as regras das sociedades daquele tempo são a essência das ações filantrópicas e de cuidado com o outro na vida em sociedade.

Embora, em sua base, o empreendedorismo social tenha suas raízes em épocas primordiais, o fenômeno começa a tomar forma na era vitoriana, em torno do final do século XIX. Nesse período as ações de justiça social passaram por um processo de transformação: as doações de esmolas aos pobres passam a dar lugar para atividades que apresentam possibilidades de criar uma mudança social duradoura para as pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. Esse princípio é fundamental para as definições contemporâneas do empreendedorismo social (Parente *et al.*, 2011). Desde então, alguns nomes surgem como expoentes desse campo, como Florence Nightingale e Maria Montessori (Nicholls, 2006). Nesse sentido, o que se conhece atualmente como empreendedorismo social surge de um contexto filantrópico e tem seu desenvolvimento histórico intimamente ligado às atividades vinculadas às organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, ou, como são mais conhecidas, organizações não governamentais (ONG).

Contudo, é no final do século XX, com o crescimento da economia neoliberal, que o empreendedorismo social toma sua forma contemporânea, aliando as ações de justiça social ao processo de desenvolvimento econômico, emergindo como uma solução para o combate à pobreza e desigualdades sociais. Em 1980, surge a Ashoka, fundada por Bill Drayton, instituição que tem como objetivo financiar e promover atividades realizadas por empreendedores sociais em todo o mundo. Em 1983, o economista bengalês Muhammad Yunus funda o Grameen Bank, o primeiro banco especializado em microcrédito para populações em situação de vulnerabilidade social (Mair e Martí, 2006). Desde então, inspirados nesses dois marcos, diversas organizações surgiram, como um

fenômeno global, com o objetivo de implementarem negócios que possibilitem, ao mesmo tempo, a viabilidade econômica e o combate às injustiças sociais.

Dentro desse contexto histórico, considera-se como conceito predominante de empreendedorismo social uma ação empreendedora que não busca compensação econômica pessoal, mas sim a criação de valor social (Martínez, Bañón & Laviada, 2018). De acordo com Dees (1998), um dos precursores do tema, o empreendedorismo social é definido pelo seu agente, o empreendedor social. Ele deve ser um agente de mudanças, adotando uma missão de criar e manter valor social e não somente valor privado. Desde então, o fenômeno social do empreendedorismo tem se tornado cada vez mais relevante (Dey, 2006), sendo que a quantidade de pesquisas realizadas sobre o tema tem crescido de forma significativa nos últimos quinze anos (Hota, Subramanian & Narayanamurthy, 2020). O tema se apresenta especialmente atraente por causa de seu foco interdisciplinar, uma vez que permeia assuntos abordados pela antropologia, economia, ciência política, psicologia e sociologia (Dacin *et al.*, 2011).

No entanto, a pesquisa sobre empreendedorismo social sofre também com uma construção teórica difusa. A revisão realizada por Dacin, Dacin e Matear (2010), por exemplo, elenca 37 definições diferentes de empreendedorismo social. Dessa maneira, muitos autores são reticentes quanto ao empreendedorismo social como campo de pesquisa (Dacin *et al.*, 2011). De acordo com os autores, o período da primeira década do século XXI marca o campo do empreendedorismo social como fragmentado, amplamente descritivo e ateuórico. Em contrapartida, a recente revisão de Hota *et al.* (2020) indica alguns avanços nessa questão. De acordo com os autores, a pesquisa no campo do empreendedorismo social superou o inicial debate conceitual e começou a absorver contribuições teóricas de outros campos. Tendo em vista o caráter híbrido (mercadológico

e social) dessas organizações, pesquisadores procuram incorporar ideias de teorias e abordagens existentes, especialmente as relacionadas à teoria institucional.

No Brasil, a pesquisa sobre empreendedorismo social cresce desde a década de 2000, influenciada por pesquisadores internacionais. De acordo com França Filho, Rigo e Souza (2020), a discussão nacional se relaciona com as ideias de negócios sociais, empresas sociais e, por vezes, se confunde com os estudos sobre responsabilidade social corporativa. Todavia, cabe ressaltar que a produção científica no Brasil não parece seguir a mesma evolução da pesquisa internacional. Gaiotto (2016) apresenta um estudo bibliométrico comparativo entre a produção nacional e internacional no campo do empreendedorismo e, enquanto as publicações internacionais avançam nos aspectos teóricos, as pesquisas nacionais ainda realizam discussões relacionadas aos conceitos do empreendedorismo social e as características do empreendedor social.

No que toca à evolução do empreendedorismo social como campo de pesquisa, a questão do hibridismo organizacional tem destaque e com ela surgem oportunidades de estudos relacionados à conflitos identitários dos empreendedores, problemas com a legitimidade das organizações e os desafios na conciliação entre o econômico e o social. Nesse sentido, por exemplo, França Filho *et al.* (2020) defendem que não há conciliação entre o econômico e o social no caso dos empreendimentos sociais, pois a questão da viabilidade econômica é segregada da lógica social. Para os autores, o resultado social é apenas uma consequência da ação eminentemente econômica por meio de uma racionalidade de mercado.

Nesse tópico, é possível atestar que o tema do hibridismo organizacional e suas tensões é, atualmente, o tema de pesquisa mais difundido no campo dos estudos do empreendedorismo social, especialmente na literatura estrangeira. As tensões que surgem

de uma lógica utilitarista, centrada nas ações empresariais, e uma razão coletivista, focada na missão social, são analisadas à exaustão pela academia. Nessa conjuntura, as tensões causadas pelas contradições entre a missão econômica e o propósito social das organizações do empreendedorismo social se aproximam da reflexão teórica realizada por Santos e Davel (2022) sobre os processos paradoxais no âmbito do empreendedorismo cultural. As organizações que operam em um nível onde as lógicas institucionais transitam entre o econômico e o simbólico (o “social” no caso deste estudo) acabam lidando com processos paradoxais no âmbito da gestão, sendo este um aspecto ainda pouco abordado nas pesquisas sobre o empreendedorismo em geral.

Nesse sentido, embora seja possível observar alguns temas de investigação alternativos ao padrão hegemônico que buscam ressignificar o empreendedorismo convencional como algo além da atividade econômica (Calás, Smircich & Bourne, 2009; Rindova, Barry & Ketchen, 2009; Verduijn, Dey, Tedmanson & Essers, 2014), ou mesmo trabalhos que promovam uma crítica à visão idealizada do empreendedor (Dey & Lehner, 2017; Dey & Steyaert, 2012; Ogbor, 2000; Tedmanson, Verduijn, Essers & Gartner, 2012), a pesquisa sobre o empreendedorismo social raramente se engaja em abordagens teórico-críticas.

Assim, embora, até o momento, um núcleo expressivo de pesquisa teórico-crítica não tenha surgido no tema do empreendedorismo social, o campo apresenta muito potencial para exploração crítica, especialmente no âmbito das abordagens discursivas de análise para compreender a retórica e a linguagem dos empreendedores sociais (Dey 2006; Parkinson & Howorth, 2008; Sinato, 2016, 2018; Barbalho & Uchoa, 2019a, 2019b). Ou mesmo quanto à análise dos efeitos das tensões das híbridas lógicas institucionais nos sujeitos dessas organizações sob um olhar, por exemplo, da Sociologia

Clínica, que abordem questões relacionadas ao sofrimento no trabalho ou à servidão voluntária, ou que busquem identificar mecanismos de emancipação do sujeito à razão instrumental, abordando novos modelos de organizações orientadas por uma razão substantiva, sendo que, normalmente, os estudos na área normalmente focam em compreender como se dão as tensões para que as empresas sociais possam superá-las, visando seu crescimento econômico e social. Ademais, existe outro aspecto do campo de pesquisa que pode abrir caminhos para abordagens teórico-críticas. Grande parte da pesquisa acadêmica sobre empreendedorismo social tem foco em personalidades empreendedoras e possui a tendência de caracterizá-las como heroicas (Dacin *et al.*, 2011). Em geral as pesquisas enquadram o tema com uma característica totalizante e positiva na qual o empreendedorismo social é a principal ferramenta para tornar o mundo melhor e o empreendedor social é o herói valente que leva a cabo esse propósito. Aliado a isso, o tema é moldado por organizações intermediárias (por exemplo, Ashoka, Skoll, Schwab e Endeavor) que definem agendas e características desejáveis para o empreendedor social por intermédio de publicações repletas de motivações e ideias para mudar o mundo. Em referência à Bourdieu (1989), a ação dessas organizações intermediárias forma um campo com seus signos próprios e instrumentos internos de legitimação, conformando uma ética peculiar internalizada pelos sujeitos a qual a ele pertencem.

2.2. O empreendedorismo social e novo espírito do capitalismo

Em Weber (2004), o “espírito do capitalismo” se refere à uma ética ou um conjunto de valores e condutas que possibilitou a generalização de uma racionalidade que favorecia o engajamento dos indivíduos no processo de acumulação de capital. Nessa

clássica obra, o autor descreve diversas características do cosmo capitalista da época (início do século XX), dentre elas, uma das primeiras justificações do capitalismo: o conceito de acumulação de riquezas, por si só, como um bem maior da sociedade. Esse *ethos* apresentado por Weber, altera a relação moral dos indivíduos com o trabalho, enquadrando-o como vocação, sendo o ofício o dever maior do homem na sociedade, justificando, assim, o esforço do homem empreendido em seu trabalho com a finalidade de obter riquezas. De acordo com Enriquez (1990), a ética protestante altera a percepção do homem em relação à riqueza, “que não deve mais ser desperdiçada, como faziam os católicos, para aumentar a glória de Deus, mas, ao contrário, deve ser acumulada” (p. 246).

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), o espírito do capitalismo “é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela” (p. 42). Os autores utilizam o cenário francês para descrever a transição desse espírito desde o final do século XIX até o final século XX. Especificamente, Boltanski e Chiapello descrevem três momentos históricos, os quais os autores definem como os três espíritos do capitalismo. O primeiro consiste no capital industrial burguês do final do século XIX e início do século XX. Um período histórico marcado por figuras clássicas, como a de Henry Ford e por definir claramente as características de modernidade que marcam a ética capitalista descritas por Max Weber em sua obra clássica. Nesse período o progresso material se consolida com o principal critério para se definir o bem-estar social e o capitalismo inicia seu processo de conquista de legitimidade. Em princípio, à época da descrição apresentada por Weber, a crença utilitarista de que a busca do interesse individual servia ao interesse geral da sociedade, proporcionava a justificativa moral

necessária pelo simples fato de serem lucrativas. O segundo momento, se refere ao período entre os anos 1930 e 1960, o qual se manifesta após a aguda crise de 1929 e passa a apresentar a organização em primeiro plano. A figura do capitalista do final do século XIX, dono dos negócios, como figura individualizada e personificada do sucesso, perde a relevância em prol das organizações como uma estrutura institucional da sociedade. O terceiro momento, que de acordo com os autores se inicia nos anos 1970, mas continua em formação, é marcado por um capital globalizado em busca de justificativas morais. Esse período, bastante destacado na obra, é marcado pelas modificações do trabalho capitalista, influenciadas pelas críticas sociais que culminam nos movimentos de 1968 na França. O terceiro espírito do capitalismo é qualificado pelo surgimento de novos modismos gerenciais, formas flexíveis de trabalho, a ênfase na inovação e no empreendedorismo.

Ao realizar a contextualização histórica das transformações do espírito do capitalismo, Boltanski e Chiapello apresentam evidências de que, com a evolução dos anos, o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista se conforma para se adaptar às críticas que colocam em xeque suas justificativas de engajamento. Nesse sentido, os autores enfatizam o caráter conflituoso do espírito capitalista, tendo em vista que ele “não pode encontrar em si mesmo nenhum recurso para fundamentar motivos de engajamento” (p. 53) e mantém seu poder mobilizador em crenças e ideologias, inclusive nas que lhe são hostis, absorvidas dentro de um contexto cultural para o qual ele se transforma. O espírito do capitalismo se adapta por meio da promoção de crenças legitimadoras que objetivam prover a sua ausência moral e atrair os indivíduos para uma ética de acumulação. Para os autores,

se o capitalismo não só sobreviveu – contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada –, como também não parou de

ampliar o seu império, foi porque pode apoiar-se em certo número de representações – capazes de guiar a ação – e de justificações compartilhadas, que o apresentam como ordem aceitável e até desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis. (Boltanski & Chiapello, 2009, pp. 41-42)

É por meio de um processo de sedução, resistência e autojustificação que o capitalismo cria tais representações que o sustentam. Tal processo contorna o espírito do capitalismo de motivações de autorrealização, benefícios para a sociedade e princípios de justiça social, buscando atender à necessidade dos indivíduos para justificarem um processo “modernizado” de acumulação capitalista, “mas cujos valores e representações, recebidos como herança cultural, ainda estão associados a formas anteriores de acumulação” (Boltanski & Chiapello, 2009, p. 54). Assim, o espírito do capitalismo, transformado, é capaz de dissuadir os indivíduos, legitimando sua adesão à lógica capitalista, e de prover justificativas contra as críticas que surgem como consequência dessa adesão.

Nesse prisma, para Boltanski e Chiapello, o maior impulsionador de transformação e evolução do espírito do capitalismo é a crítica. A crítica ao capitalismo põe à prova os mecanismos de justificação e coloca em dúvida as motivações pelas quais o capitalismo se alicerça para engajar os indivíduos no processo de acumulação. Ao ser confrontado, o espírito do capitalismo abandona as representações que o sustentam para absorver novas regras e princípios, que permitem a manutenção de um novo ciclo de referências e justificativas, agora adaptadas a uma nova realidade, uma nova cultura ou nova mentalidade plenamente aceita pela sociedade.

O papel estimulante da crítica na transformação do espírito do capitalismo pode ser claramente observado por meio da análise do processo de incorporação das críticas e reivindicações sociais do movimento de maio de 1968 nas organizações capitalistas a

partir dos anos 1970. Este processo é relatado dentro do modelo analítico apresentado por Boltanski e Chiapello para descrever como as empresas capitalistas se reorganizaram para assimilar conceitos de autonomia e criatividade como princípios essenciais para o trabalho. Em conjunto com o avanço de uma literatura de gestão voltadas para os executivos, surge um novo discurso que busca converter os gestores da época a ideais de maior flexibilidade e superação de antigos modelos burocráticos. Os adeptos do novo espírito do capitalismo acreditam que esse discurso de autonomia promove mais liberdade para os indivíduos, quando, na verdade, essa liberdade não se manifesta na prática (Sennett, 2006).

Por sua vez, Dardot e Laval (2016) destacam que os motivos para as transformações do capitalismo vão além de uma crítica antiliberal padrão que força o capital a se adaptar. De acordo com os autores, a virada surge de um conflito ideológico, embasado por uma crítica sistemática ao Estado de bem-estar social, abrindo espaço para o modelo neoliberal que se tornou a lógica normativa dos governos mundiais. Além disso, o conjunto de transformações se torna possível com a mudança de comportamento dos indivíduos, impulsionada por dispositivos de disciplina que formam sujeitos adaptados à lógica do mercado, alinhando tal processo aos estudos de biopoder de Foucault. Tais dispositivos são sistemas de coação econômicos e sociais que obrigam os indivíduos a governarem a si mesmos sob o princípio da competição, da razão instrumental e da acumulação de capital. Dessa forma, a expansão desses dispositivos, em conjunto com a crítica ao Estado de bem-estar social, tornou a razão neoliberal o padrão de conduta a ser seguido em todas as esferas da vida humana.

Indo além do escopo temporal observado por Boltanski e Chiapello, percebe-se atualmente um novo movimento de deslocamento das bases normativas do espírito do

capitalismo. Em essência, após as críticas realizadas ao modelo capitalista por parte de organizações ambientais e científicas no início do século XXI, evidenciando a lógica de acumulação como o principal instrumento de aceleração da dinâmica das mudanças climáticas e do acirramento das desigualdades sociais, o capitalismo novamente se adapta e agrega cada vez mais ao seu discurso os conceitos de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa.

Nesse cenário, o estudo realizado por Kazmi, Leca e Naccache (2016) sugere que a responsabilidade social corporativa exhibe as características centrais do espírito do capitalismo. A literatura gerencial consultada pelos autores aponta de forma evidente que o capitalismo empresarial moderno reage às críticas da contemporaneidade, propõe mudanças práticas, fazem recomendações sobre como elas devem ser implementadas e explica os benefícios que empresas, gestores e funcionários podem obter por intermédio dessas transformações. O material analisado não promove a manutenção do “*business as usual*”, mas apresenta propostas de reformas superficiais, argumentando que “uma nova forma de capitalismo pode ser parte da solução, tanto quanto o atual faz parte do problema” (p. 13). Essa assimilação de uma ética de sustentabilidade social e ambiental pelo capitalismo é implementada às custas de um processo de deslegitimação do Estado e de instituições do terceiro setor. Como exposto por Boltanski e Chiapello (2009),

é assim que, por extensão, a empresa privada concorrencial continua sendo considerada mais eficaz e eficiente do que a organização não lucrativa (mas isso tem o preço não mencionado de transformar o amante de arte, o cidadão, o estudante, a criança em relação a seus professores, o beneficiário da ajuda social... em consumidor), e a privatização e a mercantilização máxima de todos os serviços mostram-se como as melhores soluções do ponto de vista social, pois reduzem o desperdício de recursos e obrigam a antecipar-se às expectativas dos clientes (p. 45)

Assume-se, assim, que o modo de atuação empresarial é o modelo mais adequado para promover processos de sustentabilidade e transformação social.

Organizações, que outrora eram pautadas por uma lógica de solidariedade e uma racionalidade substantiva, agora buscam implementar mecanismos de gestão empresarial e incorporam em suas rotinas uma lógica gerencialista e uma racionalidade instrumental. Tal questão é demonstrada com clareza no estudo realizado por Salimon e Siqueira (2013) sobre o avanço da ideologia gerencialista nas organizações do terceiro setor, no qual é possível verificar que os sujeitos dessas organizações “já veiculam com convicção os discursos do determinismo econômico e do controle gerencial, este tomado como panaceia a se aplicar nas situações, já crônicas, de mudança” (p. 654).

Em um espectro similar, contudo em um setor diferente, o empreendedorismo social, objeto dessa pesquisa, se apresenta como uma manifestação evoluída dos processos de justificação do espírito do capitalismo. O mecanismo de transformação do capitalismo exposto até aqui é essencial para compreender a dinâmica do empreendedorismo social como fenômeno e o empreendedor social como sujeito (Sinato, 2016). Nesse prisma, Casaqui (2015) realiza uma análise crítica do discurso de organizações intermediárias do campo do empreendedorismo social com vistas a articular o novo espírito do capitalismo à retórica da construção do papel do empreendedor social. De acordo com o autor, o empreendedor social comporta o caráter heroico do empreendedor “convencional”, alia este atributo às representações imbuídas no termo “social” e se reveste de uma aura de bem comum. É um revolucionário – termo presente em diversos discursos das organizações intermediárias – que não abala o sistema que o criou, incorporando o espírito do capitalismo, com plenas vantagens em relação a sua convencional contraparte, pois comporta em sua retórica de representações um *ethos* de justiça social.

Ainda nesse cenário, Dale e Kyle (2016) analisam o papel do empreendedor social no campo das ações investidas na promoção dos direitos humanos. O *smart humanitarianism*, denominado pelos autores, enquadra a narrativa dos empreendedores sociais como “agentes de mudança” que lideram seus negócios sociais em uma orientação pró-mercado sob a justificativa de “deixar para trás o passado e abraçar o futuro” (p. 4). Neste ensaio, os autores questionam as representações de bem comum apresentadas pelos empreendedores sociais “humanitários”, com especial atenção ao conceito de “empatia”, muito utilizado por esse campo. De acordo com os autores, o discurso sobre empatia dos empreendedores sociais mascara o dogma do *homo economicus* e determina por meio de uma lente negocial quem são os verdadeiros empreendedores sociais, utilizando “moedas de compaixão” (p. 8) para realizar a medida moral dos agentes nesse campo.

Demonstra-se, assim, ser possível articular o conceito do empreendedorismo social como fruto do mecanismo de justificação do espírito do capitalismo. O ideal de “tornar o mundo um lugar melhor”, assimilado pela ordem capitalista, reforça representações de excelência, gestão eficiente e competição, atreladas às esferas social, ambiental e humanitária. Em função de um processo narrativo e de construções de figuras heroicas, a sociedade se rende à pauta capitalista, mantendo os indivíduos engajados em sua lógica de acumulação perfeitamente justificável, em conformidade com o espírito do nosso tempo.

2.3. A constituição de uma racionalidade empreendedora

A questão da racionalidade nos estudos aplicados ao empreendedorismo social nem sempre – ou melhor, raramente – está amparada no arcabouço teórico clássico de

Max Weber. Estudos empíricos como os de Duarte Alonso, Kok e O'Brien (2020) e Mody, Day, Sydnor e Jaffe (2016) que buscam, por intermédio de métodos narrativos e etnográficos, compreender a dinâmica entre as racionalidades instrumental e substantiva dos empreendedores sociais são exceções na literatura sobre o tema. Em sua maioria, o tema da racionalidade é abordado de forma tangencial e utiliza outras nomenclaturas e conceitos alheios aos estabelecidos por Weber e discutidos por Guerreiro Ramos, por exemplo. Normalmente, a questão da racionalidade está relacionada à outras temáticas, como o estudo das motivações, *ethos* e características dos empreendedores sociais. Como se pode esperar, nas pesquisas elaboradas no âmbito dos estudos organizacionais de caráter funcionalista, as características enaltecidas são aquelas mais aderentes a uma racionalidade instrumental, de orientação meio-fins. As poucas pesquisas que buscam avaliar as tensões entre diferentes tipos de racionalidade o fazem com o objetivo de subsidiar essas organizações com modelos analíticos, *frameworks* e outras prescrições, de forma que elas possam lidar com tais conflitos e continuar “produzindo” forma eficaz. Essa questão é um reflexo de como o ensino e a pesquisa em Administração estão tão imbuídos de uma natureza utilitarista e de uma racionalidade instrumental, ao ponto de ser possível observar que os estudos gerados nessa esfera parecem não enxergar outras racionalidades possíveis.

Contudo, o domínio da racionalidade instrumental não é uma exclusividade do meio acadêmico. Indissociada da lógica capitalista, a razão instrumental estabelece os parâmetros para o comportamento dos seres humanos em uma sociedade hipermoderna. É como um “oceano que não admite vestígios” e um fenômeno que “supõe uma conformação do mundo e do homem num universo incomensurável de formas e valores legitimados unicamente pelo capital” (Barros e Passos, 2000, p. 172). Assim, acredita-se,

ser necessário, para o desenvolvimento de uma pesquisa de abordagem teórico-crítica, apresentar os conceitos weberianos de racionalidade, articular as características da racionalidade instrumental com a questão do empreendedorismo social e realizar o contraponto dessas características com a racionalidade substantiva, de forma a contextualizar o conflito de racionalidades e o impacto dessas tensões no processo de subjetivação do empreendedor social.

Weber (2004) acreditava que a sociedade de sua época estava imersa em uma racionalidade instrumental que buscava distanciar os indivíduos de uma lógica baseada em crenças e tradições. Para ele, esse processo era o desencantamento do mundo, a humanidade abandona a “magia” e ingressa em uma razão iluminada. Nesse ponto, é importante apresentar uma reflexão sobre a obra de Adorno e Horkheimer (1985) e o conceito de esclarecimento abordado por esses autores. Em *A Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer realizam um tratado filosófico de como a modernidade falhou em cumprir as promessas iluministas de progresso, substituindo os mitos da antiguidade por outra espécie de mitologia, embasada por uma razão matemática, tecnológica, mas alienante da mesma forma. Para os autores, “o programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo”, tendo como meta “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber” (p. 17). Contudo, os mitos derrubados pelo processo do esclarecimento já eram produto do próprio esclarecimento, afinal os mitos já possuíam a intenção de explicar a realidade, promover o conhecimento do mundo e proporcionar o domínio do homem sobre a natureza. Ocorre que com a modernização, a humanidade substitui a explicação mágica do mundo por uma explicação racional, formal e unificante. Nesse sentido, “o esclarecimento é a radicalização da angústia mítica” e traz conforto e segurança à humanidade, pois “do medo o homem presume estar livre quando

não há nada mais de desconhecido” e tudo que está “fora” do que foi esclarecido é fonte de angústia (p. 29). Assim, ao promover a lógica formal como a única possível, o esclarecimento, por intermédio da desmitologização, proporciona, na verdade, a mitologização do saber e ampara a razão formal como mais um instrumento de dominação, não somente do ser humano sobre a natureza, mas também sobre outros seres humanos.

Adorno e Horkheimer (1985), ao realizar a crítica a noção de esclarecimento, a conecta com a difusão da economia capitalista burguesa e ao processo de dominação enraizado nesse sistema, pois a própria razão é o instrumento que aparelha o maquinário de dominação, reifica sujeitos e elimina o conceito de pluralidade de consciência. Sobre essa questão os autores alertam que

a essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação. Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie (p. 38).

De acordo com os autores, a impotência dos indivíduos em relação ao processo de dominação é “consequência lógica da sociedade industrial”, para a qual os corpos já estão ajustados, “seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força” (p. 47).

Esse homem unidimensional, formado pela sociedade industrial é também objeto de estudo de Marcuse (1973), que descreve a racionalidade científica dessa sociedade como uma forma de controle e dominação social. De acordo com o autor, o mesmo método científico que permitiu ao homem dominar a natureza, permitiu também estabelecer “instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem por meio da dominação da natureza” (p. 154). Além disso, o avanço tecnológico

proporcionado pela razão científica impossibilita a autonomia dos indivíduos, uma vez que eles se submetem aos aparatos técnicos que proporcionam comodidades em suas vidas e ampliam a produtividade dos seus trabalhos. Embora crítico à racionalidade científica da sociedade industrial, Marcuse não apresenta um discurso anticientífico. Ele somente apresenta que não há uma ordem científica neutra e puramente racional, evidenciando como político o processo da racionalidade instrumental. Nesse sentido, o autor explana:

A ciência contemporânea tem validade objetiva imensamente maior do que as suas predecessoras. Poder-se-á até acrescentar que, no presente, o método científico é o único a que se pode atribuir tal validade; a influência recíproca de hipóteses e fatos observáveis valida as hipóteses e estabelece os fatos. O ponto que estou tentando mostrar é que a ciência, em virtude de seu próprio método e de seus conceitos, projetou e promoveu um universo no qual a dominação da natureza permaneceu ligada à dominação do homem – uma ligação que tende a ser fatal para esse universo em seu todo. A natureza, cientificamente compreendida e dominada, reaparece no aparato técnico da produção e destruição que mantém e aprimora a vida dos indivíduos enquanto os subordina aos senhores do aparato. Assim, a hierarquia racional se funde com a social. (Marcuse, 1973, p. 160).

Atualmente o esclarecimento, por intermédio de uma racionalidade econômica, continua produzindo efeitos na sociedade atual, remodelando “as últimas unidades da economia: tanto a empresa quanto os homens” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 189). Sob um prisma contemporâneo e com Foucault como referencial, Pierre Dardot e Christian Laval dissertam sobre uma nova razão do mundo. Essa razão é mesma que possui raízes na observação de Weber (2004) e que é fruto do esclarecimento abordado por Adorno e Horkheimer (1985). Contudo, na visão de Dardot e Laval (2016), essa racionalidade se acirrou nas últimas décadas, fruto de anos de uma governamentalidade neoliberal que molda os sujeitos para torná-los competitivos como empresas, sob o signo do empreendedorismo, sendo que esse fenômeno se apresenta de forma geral nas relações

sociais dos indivíduos. Dessa maneira, no âmbito desta pesquisa, é importante caracterizar o que é o neoliberalismo. De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é somente uma construção ideológica, muito disseminada por autores liberais como Von Mises, Hayek e Friedman. Para compreender o neoliberalismo é necessário ir além das preconcepções e abordá-lo como uma racionalidade peculiar:

O neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica de norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (p.17).

Sob esse espectro, a razão neoliberal leva a cabo um trecho marcante da obra de Adorno e Horkheimer (1985):

A irracionalidade da adaptação dócil e aplicada à realidade torna-se, para o indivíduo, mais racional que a razão. Se, outrora, os burgueses introjetavam a coação em si mesmos e nos trabalhadores como um dever de consciência, agora o homem inteiro tornou-se o sujeito-objeto da repressão. O progresso da sociedade industrial, que devia ter eliminado como que por encanto a lei da pauperização que ela própria produzira, acaba por destruir a ideia pela qual o todo se justificava: o homem enquanto pessoa, enquanto portador da razão. A dialética do esclarecimento transforma-se objetivamente na loucura (p. 188).

Assim como o trabalho era a característica fundamental que Weber (2004) observava no espírito do capitalismo, para Dardot e Laval (2016), a razão neoliberal se fundamenta na valorização do empreendedorismo como princípio primordial da conduta capitalista e mecanismo formador do sujeito neoliberal, não somente como uma faculdade

empresarial do indivíduo, mas no sentido de permitir que o sujeito se torne empreendedor em todas as esferas da sua vida.

Além da esfera individual, o espírito empreendedor busca também se estender a outros domínios da ação coletiva. Naturalmente presente no âmbito empresarial, a inovação, como princípio universal do empreendedorismo, se encontra “de braços abertos” com o serviço público. A modernização da gestão pública, sob o régio da racionalidade instrumental e neoliberal, se apresenta como um processo de transformação. Antes da incorporação de tal razão, o serviço público era visto como precário, lento e ineficiente e, por meio de atitudes empreendedoras e de um “olhar de dono”, a esfera pública se torna “profissional”. Ou seja, por intermédio de um modelo universalizante de uma razão empresarial, todas as esferas da vida tornam-se legitimadas por estarem “dentro” do que é entendido como a razão padrão do mundo. Ademais, não são somente as organizações públicas e seus empregados que estão sujeitos a essa lógica totalizante, os próprios beneficiários das ações do serviço público também estão, especialmente aqueles que são atendidos por programas sociais e políticas públicas. Nesse quesito, a razão neoliberal promove uma transferência de responsabilidade. Ao ensinar a pescar, ao invés de “dar o peixe”, a razão que permeia o espírito do nosso tempo “apela à capacidade de cálculo dos sujeitos para fazer escolhas e alcançar resultados estabelecidos como condições de acesso a certo bem-estar” (Dardot & Laval, 2016, p. 230), buscando responsabilizar os beneficiários das ações sociais pela sua própria – falta de – fortuna. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) vão além:

Esse trabalho político e ético de responsabilização está associado a numerosas formas de “privatização” da conduta, já que a vida se apresenta somente como resultado de escolhas individuais. O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados. A problemática da saúde, da educação,

do emprego e da velhice confluem numa visão contábil do capital que cada indivíduo acumularia e geraria ao longo da vida. As dificuldades da existência, a desgraça, a doença e a miséria são fracassos dessa gestão, por falta de previsão, prudência, seguro contra riscos. Daí o trabalho “pedagógico” que se deve fazer para que cada indivíduo se considere detentor de um “capital humano” que ele deve fazer frutificar, daí a instauração de dispositivos que são destinados a “ativar” os indivíduos, obrigando-os a cuidar de si mesmos, educar-se, encontrar um emprego (p. 230).

Dessa forma, a absorção da lógica econômica no vínculo entre o Estado e o cidadão promove a despolitização dessa relação. Os beneficiários dos serviços públicos são vistos como clientes pelo Estado, dando prioridade para a dimensão da eficiência e do retorno financeiro, estabelecendo que cada indivíduo só pode “receber” do Estado o que ele puder “pagar”. Neste ponto, é importante ressaltar que a razão instrumental não é uma ordem vinculada necessariamente a partidos de direita ou de esquerda e é nesse aspecto que o neoliberalismo triunfa. Sob o véu de uma suposta neutralidade,

o neoliberalismo é muito mais do que uma ideologia partidária. Aliás, em geral as autoridades políticas que adotam as práticas neoliberais recusam-se a admitir qualquer ideologia. O neoliberalismo, quando inspira políticas concretas, nega-se como ideologia, porque ele é a própria razão. Assim, políticas muito semelhantes podem moldar-se nas mais diversas retóricas (conservadoras, tradicionalistas, modernistas, republicanas, conforme a situação e o caso), manifestando desse modo sua extrema plasticidade. Dito de outra maneira, a dogmática neoliberal apresenta-se como uma pragmática geral, indiferente às origens partidárias. A modernidade ou a eficácia não são nem de direita nem de esquerda, segundo dizem os que “não fazem política”. O essencial é que “funciona”, como dizia com frequência Tony Blair. [...] Em resumo, a grande vitória ideológica do neoliberalismo consistiu em “desideologizar” as políticas seguidas, a ponto de não serem sequer objeto de debate (Dardot & Laval, 2016, p. 242).

De todo o modo, a razão neoliberal impacta sobremaneira as condutas das pessoas e impõe a lógica da concorrência, da eficiência e do empresariamento de si, bem como perpetua, dessa forma, o afastamento de uma razão relacionada à solidariedade e a valores alternativos ao padrão capitalista.

No que toca à valores e racionalidades alternativas, cabe aqui expor um contraponto nesse quesito. Conforme exposto por Graeber (2013), por qual motivo, quando se recebe um presente de um amigo, os indivíduos se sentem de alguma forma obrigados a retribuir o agrado? Por que é que o destinatário da generosidade, muitas vezes se sente, de algum modo, desconfortável, como se não pudesse receber o presente? Tais questões são respondidas nos estudos sociológicos sobre o “dom”, cujo precursor foi o antropólogo e sociólogo Marcel Mauss. De acordo com Caillé (2002), em o *Ensaio sobre o dom*, Mauss foi o primeiro a estudar a dádiva, tecendo descobertas sobre as obrigações humanas de dar, receber e retribuir. Por sua vez, Allain Caillé, principal estudioso da obra maussiana, atesta que o estudo sobre o dom (ou a dádiva) realizado por Mauss se trata de um novo paradigma das ciências sociais, uma crítica ao utilitarismo economicista, revelando a complexidade dos sistemas de troca e de constituição de alianças na sociedade (Caillé, 2002; Martins, 2005).

Conforme Martins (2017), o dom se refere à obrigação social de dar, receber e retribuir, que existe, segundo Mauss, em todas as sociedades, desde as comunidades mais arcaicas até a civilização contemporânea. O dom seria, de acordo com o autor, a “razão fundamental para a existência das alianças sociais geradoras da vida em comunidade promovendo rituais de confiança, amizade e solidariedade moral” (Martins, 2017, p. 165). É importante ressaltar que o conceito de dom e dádiva apresentado por Mauss não se refere à representação que se comumente atribui ao termo, o qual se identifica com ideais religiosos de caridade ou bençãos. De acordo com Martins (2005), para Mauss, a dádiva não pode ser reduzida a características religiosas, afinal, trata-se de uma lógica associativa universalizante, que ultrapassa quaisquer traduções que produzam um efeito reducionista do termo.

A crítica, exposta por Caillé (2001), se refere às lacunas que os paradigmas utilitaristas vigentes nas ciências sociais, tanto da razão materialista do *homo economicus*, quanto das normativas do controle social, apresentam para explicar certas escolhas e motivações humanas. Claramente, na sociedade atual, as motivações econômicas, promovidas por um acirramento do modelo de governamentalidade neoliberal, prevalecem como um controle social dos indivíduos. No entanto, essa motivação econômica ainda encontra um limite em certas situações:

No plano normativo: desta constatação empírico-teórica decorrem talvez implicações normativas importantes. Para as medir, basta refletir-se sobre a experiência das comissões de ética francesas. Elas opõem-se massivamente tanto ao utilitarismo prático como ao utilitarismo normativo anglo-saxônico. Concretamente, recusam toda a venda ou aluguel de esperma, de sangue, de ventres ou de órgãos diversos, só aceitando a sua dádiva. Mas para esta recusa do contrato, do intermediarismo monetário, tal como para esse privilégio normativo atribuído à dádiva, elas não conseguem encontrar outras razões que não sejam religiosas ou humanistas vagas. Parece-me que se se pudesse mostrar que o sentido da relação social primária está ligado à tripla obrigação de dar, receber e restituir, que é através destes três movimentos que se tecem as comunidades, especialmente a família, e que se formam as identidades pessoais, então haveria matéria para encontrar um fundamento, simultaneamente racional e empírico, para a recusa da venda daquilo que toca à pessoa humana e para o privilégio reconhecido à dádiva (Caillé, 2001, p. 49).

A proposta de Caillé (2002) de formular o dom como um paradigma das ciências sociais permite aprofundar a crítica à visão utilitarista que reduz a atividade humana ao individualismo economicista liberal e que se apresenta como o paradigma hegemônico na sociedade hipermoderna. Tal proposta, permite subverter o que se entende por racionalidade instrumental em busca de outros conhecimentos em relação à vida em sociedade, bem como de outras racionalidades que podem se manifestar na relação comunitária entre os indivíduos. Assim, como um paradigma sociológico, o dom se

apresenta como uma alternativa aos discursos que reduzem as motivações dos indivíduos ao utilitarismo material e ao utilitarismo normativo (Martins, 2008). Além disso,

a partir dos entendimentos sugeridos pela dádiva, fica claro que o ser humano não age apenas pensando em si mesmo e nos seus interesses mesquinhos, mas também age pensando nos outros: muitas vezes gratuitamente, outras, por mera obrigação fundada nas crenças ou em convenções (Martins, 2017, p. 177).

Nesse sentido, fica clara a contraposição entre a matriz filosófica dos paradigmas utilitaristas, que se fundamentam em ideais de progresso e em uma visão positivista da sociedade industrial, e a crítica antiutilitarista do paradigma do dom, que denuncia “o equívoco de toda tentativa de limitar as motivações humanas apenas à moral do interesse e do egoísmo e de privilegiar a economia de mercado como instância privilegiada na produção do bem-estar social” (Martins, 2005, p. 51). Corrobora-se tal questão, ao verificar que, segundo Mauss (2003), o fenômeno do mercado, que atualmente se apresenta como hegemônico, não é algo universal. Segundo Mauss, não existe indicativo da presença da lógica de mercado nas sociedades arcaicas. No entanto, em todas as sociedades humanas existiram (e existe atualmente) a lógica da reciprocidade, estabelecida nas obrigações de dar, receber e retribuir.

De acordo com Martins (2008), não se trata somente de rejeitar as teses liberais e a noção do interesse individual. Pelo contrário, o que Mauss tenta estabelecer é que o interesse individual é uma questão relevante na prática social, contudo a própria noção de interesse é complexa, “na medida em que além do interesse materialista e calculista, pode-se falar de interesse pela honra e pelo poder não apenas em função de si mesmo, mas também para o outro” (p.123). Nesse sentido,

tal compreensão ampliada do motivo do interesse não tem apenas valor teórico, mas prático, uma vez que pode impactar favoravelmente a reconfiguração das políticas públicas e de novas modalidades de

participação da sociedade civil na organização da esfera pública, por exemplo (Martins, 2008, p. 123).

Para o presente estudo, é importante ressaltar que o paradigma do dom é relevante para descrever como o “social” surge e, também, para expor o conceito do empreendedorismo social como algo paradoxal quando apresentado sob a ótica dos estudos da dádiva. Conforme descrito por Martins (2005), o social emerge sob “condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis, nem pela ótica do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas por aquela do paradoxo do dom” (p. 58). Ademais,

a invenção do social apenas ocorre a partir da solidariedade entre os indivíduos, isto é, a partir do risco de se tomar uma iniciativa espontânea de doação sem garantias de retorno e, igualmente, do risco de se aceitar espontaneamente algo de alguém; esta iniciativa sempre incerta e paradoxal de doação, recebimento e devolução é conhecida como a aposta no dom, aposta na qual o valor da relação em si é tido como mais relevante que o valor das coisas ou dos usos (Martins, 2005, p. 60).

Dessa forma, os conceitos apresentados por Mauss (2003) e aprofundados por Caillé (2002) são fundamentais para a compreensão do caráter dominante e excludente da racionalidade neoliberal, pois é possível observar que, em outro espectro, existe um paradigma, arraigado na noção de associação e solidariedade que não depende de um progresso utilitarista, e sim das trocas e alianças realizadas por indivíduos que não se enxergam como engrenagens em uma máquina capitalista, mas como seres humanos.

Por sua vez, a reflexão de como a modernidade e sua razão dominante promove, cada vez mais, o abandono de uma razão alternativa se conecta com o trabalho de Guerreiro Ramos (1989) que estuda a relação entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. Como apresentado anteriormente, a primeira se refere a uma relação entre meios e fins, utilitarista e estreitamente ligada à uma lógica econômica, que domina o modo de vida dos indivíduos na contemporaneidade e comanda o código moral

da atualidade. Por outro lado, a racionalidade substantiva “sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana” (p. 23) e está relacionada tomada de ações individuais atreladas a valores de caráter emancipatório. Nesse sentido, Guerreiro Ramos defendia que, por meio da racionalidade substantiva, os indivíduos “poderiam conduzir a sua vida pessoal na direção da autorrealização, contrabalançando essa busca de emancipação e autorrealização com o alcance da satisfação social, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de fazê-lo” (Serva, 1997, p. 19).

Muito embora a racionalidade instrumental oriente os modos de atuação da maioria das organizações, ainda é possível – com cada vez mais dificuldade – identificar organizações que são pautadas por uma racionalidade substantiva. As organizações sem fins lucrativos, que compõem o terceiro setor, denominado dessa maneira por não fazer parte nem do primeiro setor (governo) e nem do segundo setor (empresas), historicamente, possuem características substantivas que ditam as ações dos indivíduos que as integram. Serva (1993), há quase 30 anos, caracterizava essas organizações substantivas como organizações que prezavam pela dimensão coletiva e se pautavam pelo respeito à dignidade humana. Ademais, buscavam promover práticas alternativas de controle, como a autogestão e a aceitação de conflitos como parte de desenvolvimento organizacional.

Entretanto, essa realidade vem sendo ameaçada. O processo de “mercantilização” do terceiro setor (Eikenberry & Kluver, 2004), que toma forma com o paradigma neoliberal da nova gestão pública, é, atualmente, um fenômeno consolidado e explicado por diversas frentes teóricas, especialmente no campo da teoria institucional (Suykens, George, De Rynck & Verschuere, 2020). Cada vez mais, as organizações sociais sem fins lucrativos se conformam em negócios sociais com finalidade lucrativa,

promovendo um ecossistema organizacional em torno da lógica empreendedora. É nesse campo que este estudo está inserido. Os empreendedores sociais surgem como um substituto legitimado pela razão neoliberal para promover ações “profissionalizadas” de ação pelo bem-estar social. Em uma sociedade onde os valores relacionados ao economicismo predominam em todos os aspectos da vida, esse processo é, de certa forma, autoexplicativo. A ascensão de uma razão neoliberal exige que todas as esferas da sociedade sejam regidas por princípios de eficiência. A necessidade de demonstrar competências inerentes à racionalidade instrumental têm pressionado as organizações sociais a assumir mecanismos de controle e gestão, dentro de um espectro gerencialista, que enfraquecem as características substantivas pelas quais eram identificadas (Salimon & Siqueira, 2013; Ramos, 2006), abandonando, inclusive, suas atividades não lucrativas. Além disso, ao incorporar a gestão empresarial e a racionalidade instrumental nos seus processos, essas organizações incorrem na promoção de injunções paradoxais (Gaulejac, 2011), promovendo mecanismos de exclusão e adoecimento dos seus colaboradores em prol da modernidade legitimada pela lógica calculista dos tempos atuais, mesmo quando seus objetivos e valores institucionais se apresentam como o oposto.

Nesse sentido, a centralidade do espírito empreendedor, atrelado a razão hipermoderna e neoliberal, estabelece um conceito fundamental de que as organizações que atuam na promoção do bem-estar social devem funcionar como empresas privadas de mercado. No caso dos empreendimentos sociais, elas não somente funcionam como, mas são de fato empresas de mercado com finalidades lucrativas. Dessa forma, essas organizações vivem em um constante estado de paradoxo, as quais, sob tais condições “não admitem nem a possibilidade de reconciliação entre o econômico e o social e nem sua justaposição”, sendo que o chamado impacto social dessas organizações “é

compreendido como uma consequência da ação eminentemente econômica segundo parâmetros de uma racionalidade de mercado (França Filho *et al.*, 2020, p. 566).

2.4. Imaginário, ideologia e poder: a formação do sujeito empreendedor

Como visto anteriormente, o avanço da razão neoliberal do novo espírito do capitalismo não afeta somente o funcionamento do aspecto estrutural da sociedade e suas instituições, mas provoca também um profundo impacto na subjetividade dos indivíduos que passam a introjetar em suas ações um comportamento empresarial. Dentro da lógica de reorganização e justificação capitalista, a ordem neoliberal delibera a competitividade como princípio fundamental até mesmo na subjetividade. De acordo com Dardot e Laval (2016), a relação do sujeito com ele mesmo foi profundamente afetada, cabendo a cada um “conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se” (p. 201). O sujeito neoliberal não é mais aquele sujeito imbuído somente de uma racionalidade instrumental, própria das sociedades industriais do fim do século XIX, esse novo sujeito é fruto da intervenção de dispositivos de desempenho e gozo que produzem funcionamentos psíquicos peculiares, levando esse “sujeito empreendedor” a se imergir completamente na lógica da competitividade neoliberal.

Partindo desse tópico, esta pesquisa adentra em conceitos da escola da Sociologia Clínica, bem como nos estudos de biopoder de Michel Foucault, especificamente da sua fase genealógica e do seu conceito de governamentalidade.

Para Foucault, a governamentalidade é uma modalidade de poder que abandona o modelo de uma relação entre soberanos e súditos, coercitiva, própria de uma razão absolutista, feudal, para uma forma de governo que busca dirigir a conduta dos indivíduos

como uma estrutura política de gestão dos Estados modernos (Neto, 2019; Oliveira, 2019). Conforme enunciado em suas aulas descritas nas obras *Segurança, território e população* (1977-1978) e *Nascimento da biopolítica* (1978-1979), Foucault estabelece a arte de governar por meio de uma evolução da razão do Estado, desde um governo pastoral da Igreja, passando por um governo político militar autoritário, até a governamentalidade neoliberal, que se apresenta atualmente. Nesse sentido, a biopolítica, como conceito, nasce com o surgimento da relação liberal entre os indivíduos e o Estado, em que a racionalidade governamental busca direcionar e regular a vida das pessoas (Oliveira, 2019), sendo que a razão neoliberal promove o assujeitamento individual em uma conduta que possui como valores a individualidade e o cálculo econômico acima de tudo e permite que, tanto subjetivamente, no campo individual, quanto coletivamente, no campo organizacional e institucional, a população governe a si própria em conformidade com a lógica neoliberal (Hamann, 2012; Neto, 2019).

Cabe ressaltar que não se pretende, por este estudo, realizar uma conciliação entre os diferentes pontos ontológicos e epistemológicos que separam os estudos pós-estruturalistas e a teoria crítica aplicada aos estudos organizacionais. A escolha pela abordagem foucaultiana da arte de governar se situa justamente como pano de fundo conceitual, de forma a contextualizar a formação de um sujeito enredado na lógica neoliberal da sociedade hipermoderna. Assim, os estudos sobre a governamentalidade aplicados ao empreendedorismo social não podem se ater somente à macro perspectiva de subordinação dos indivíduos à lógica neoliberal. As pesquisas devem também investigar de forma qualitativa os processos de “micro resistências” subjetivas dos indivíduos que atuam nesse setor, com o objetivo de desvendar as naturezas contraditórias e complexas desse meio (Dey, 2014). Mais precisamente, de acordo com Fonseca (2001),

é necessário observar que, dentro das relações de poder preconizadas nos estudos de genealogia de Foucault, existe a noção de atitude crítica pela qual o indivíduo se permite questionar os efeitos da governabilidade e seus mecanismos de formação de condutas, recusando-se a ser governado. Assim, ao invés de categoricamente atestar que o empreendedorismo social é uma ferramenta neoliberal de cooptação capitalista, os estudos críticos ao empreendedorismo social devem procurar investigar as nuances e complexidades nos discursos dos indivíduos (Dey & Lehner, 2017), bem como as possibilidades de emancipação preconizadas pela teoria crítica nos estudos organizacionais (Faria, 2009; Paula, 2008).

Por sua vez, sob o aspecto da Sociologia Clínica, este estudo se propõe a compreender a atual conjuntura do campo do empreendedorismo social por intermédio da interação entre o psíquico e o social, que é a característica fundamental dessa escola (Enriquez, 1997; Nunes & Silva, 2018). De acordo com Gaulejac (2001), a Sociologia Clínica se orienta a partir das articulações entre os determinismos sociais e psíquicos, da questão do sujeito e da abordagem clínica para o desenvolvimento de uma sociologia crítica, propondo uma abordagem que supera o conflito entre a sociologia determinista e o olhar existencial do sujeito presente na psicanálise. Ainda conforme Gaulejac (2001) não é possível separar a determinação psíquica da social, porque “se o indivíduo é o produto de uma história, esta condensa, de um lado, o conjunto dos fatores sócio-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, o conjunto de fatores intrapsíquicos que determinam sua personalidade” (p. 41). Nesse sentido,

o singular, e não apenas o comum, o normal, o coletivo, é privilegiado na análise da sociologia clínica. Se há a reprodução social devido ao *habitus* incorporado, uma mesma socialização, por exemplo, em uma mesma família ou em uma mesma organização, produz frequentemente trajetórias sociais singulares. As lógicas (sociais e existenciais) que presidem essas trajetórias sociais diferentes devem ser consideradas e

compreendidas, uma vez que entre o social e o existencial não há diferenças essenciais, mas níveis diferentes de análise (Nunes & Silva, 2018, p. 197).

Assim, no âmbito dos Estudos Organizacionais, a Sociologia Clínica se apresenta como uma “disciplina indisciplinada” (Linhares & Siqueira, 2014, p. 108), que busca compreender as relações de controle e poder que constituem a interação entre os indivíduos e as organizações, bem como a autonomia que o sujeito possui para intervir e tornar-se agente de produtor de sua história (Gaulejac, 2001).

Nesse sentido, são levantados nesta pesquisa aspectos do imaginário, da ideologia e das relações de governamentalidade, produtores de dispositivos que promovem a subjetivação da razão neoliberal nos indivíduos modernos. O termo “dispositivo” é utilizado aqui conforme a conceituação de Foucault (1998), tratando-se de um conjunto heterogêneo de “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (p. 244), ou seja, um arranjo complexo, estruturado para a constituição e a organização de sujeitos. Assim, a razão neoliberal produz tais dispositivos para determinar identidades e regular relações, impondo, paradoxalmente, um espírito pelo qual tudo é possível, porém dentro dos limites estabelecidos pela racionalidade econômica. Sobre isso, Dardot e Laval (2016) vão além. Por causa do papel determinante que os próprios sujeitos possuem na formação e perpetuação dessa racionalidade, torna-se, cada vez mais difícil de superá-la.

Sabemos, porém, que é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização. Isso vale em particular para a racionalidade neoliberal, na medida em que esta tende a trancar o sujeito na pequena “jaula de aço” que ele próprio construiu para si. (p. 339)

De acordo com Fonseca (2011), o conceito de relações de força, para Foucault, não está necessariamente vinculado à noção de um poder repressor, mas, pelo contrário, são relações que “induzem, produzem prazeres, produzem coisas, formam saberes e produzem discursos” (p. 44). Nesse sentido, tais relações se aproximam do conceito de governamentalidade. De acordo com Foucault (2008), governar consiste em um conjunto amplo de técnicas voltadas a reger as condutas dos homens. São meios pelos quais indivíduos supostamente livres em suas escolhas são levados a tomar suas decisões com base em uma lógica dominante. Assim, o poder governamental não age necessariamente de forma coerciva nos corpos, mas atua de forma a influenciar de forma utilitária o cálculo individual dos sujeitos. Sobre esse ponto, pode-se dizer que

essa lógica que consiste em dirigir indiretamente a conduta é o horizonte das estratégias de promoção da “liberdade de escolher”. Nem sempre distinguimos a dimensão normativa que necessariamente lhes pertence: a “liberdade de escolher” identifica-se com a obrigação de obedecer a uma conduta maximizadora dentro de um quadro legal, institucional, regulamentar, arquitetural, relacional, que deve ser construído para que o indivíduo escolha “com toda a liberdade” o que deve obrigatoriamente escolher para seu próprio interesse. O segredo da arte do poder, dizia Bentham, é agir de modo que o indivíduo busque seu interesse como se fosse seu dever, e vice-versa. (Dardot & Laval, 2016, p. 216)

A razão neoliberal, por meio da lógica economicista de mercado, constitui-se, portanto, em um processo formativo para os indivíduos. Inseridos cada dia mais em situações de “privatização” da vida, os sujeitos aceitam essa realidade e a encaram como a única possível, incorporando em suas personalidades a lógica empresarial e a valorização de um “capital” humano. Capacitados pelo economicismo, os sujeitos passam a governar a si mesmos de forma empreendedora. Dessa forma, esse sujeito neoliberal não é constituído por intermédio das antigas disciplinas, trata-se, agora de um sujeito completamente integrado, de corpo e alma, na lógica do mercado, que permite ser governado e que governa a si próprio. Portanto,

[...] o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir. (Dardot e Laval, 2016, p. 327)

Boltanski e Chiapello (2009) apresentam o capitalismo como capaz de se renovar por meio de processos de justificação às críticas em um nível estrutural. Por sua vez, Dardot e Laval (2016) afirmam que não é somente o papel da ideologia do novo espírito do capitalismo que promove a perpetuação da razão neoliberal. Os autores apresentam o aspecto da subjetividade como fator primordial, sendo que a própria ação dos sujeitos empreendedores promove tal processo de transformação:

A grande novidade reside na modelagem que torna os indivíduos aptos a suportar as novas condições que lhe são impostas, enquanto por seu próprio comportamento contribuem para tornar essas condições cada vez mais duras e mais perenes. Em uma palavra, a novidade consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram. (p. 329)

A representação desse sujeito neoliberal é bastante presente nas organizações que compõem o campo do empreendedorismo social. Entretanto, os indivíduos que integram tais organizações se apresentam de forma diferenciada. Eles possuem objetivos nobres e realizam boas causas, por meio do desenvolvimento de atividades que produzem alívio a situações de exclusão por parte de uma população em situação de vulnerabilidade social. Contudo, o realizam tentando conciliar essa missão social com uma atividade empresarial repleta de mecanismos de gestão e envolta na lógica competitiva de mercado. Essa figura do empreendedor social agrega à razão neoliberal um certo imaginário heroico

em função da sua missão social. Tal observação fica evidente na crítica de Dacin *et al.* (2011) sobre a pesquisa acadêmica no campo do empreendedorismo social. Os estudos desse fenômeno concentram-se na exposição de casos de sucesso de empreendedores sociais individuais, por intermédio do relato de histórias inspiradoras e apresentação de personalidades altruístas. Capazes de “mudar o mundo”, eles são os heróis modernos da sociedade atual.

Nesse sentido, sob o olhar da Sociologia Clínica, Enriquez (1997) estabelece a existência de um sistema simbólico para as organizações. De acordo com o autor,

a organização não pode viver sem segregar um ou alguns mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem e de execução, sem formar os seus heróis tutelares (colhidos com frequência entre os fundadores reais ou os fundadores imaginários da organização), sem narrar ou inventar uma saga que viverá na memória coletiva: mitos, ritos, heróis, que têm por função sedimentar a ação dos membros da organização, de lhes servir de sistema de legitimação e de dar assim uma significação preestabelecida às suas práticas e à sua vida. (p. 34)

De acordo com Ogbor (2000), o termo “empreendedor” sozinho já é capaz de evocar imagens heroicas. Ao utilizar a literatura histórica estadunidense, o autor torna explícito o caráter branco, masculino e europeu que descobre e conquista a “terra da oportunidade”, e realiza uma ligação de como o impacto dessa representação do desbravador valente e heroico nos discursos sobre o empreendedorismo é “inegavelmente potente” (p. 617). Costa *et al.* (2011), por sua vez, afirmam que a imagem fetichizada do empreendedor tem origem no período clássico de formação do capitalismo e, na atualidade, com a prevalência da razão neoliberal na sociedade, o empreendedor se torna parte essencial do processo de formação ideológica, pois

[...] para que uma sociedade fundamentada em um mercado livre seja capaz de produzir mais riqueza, torna-se premente a existência de indivíduos capazes de criar e aproveitar oportunidades, melhorar processos e inventar negócios. De que adiantaria um mercado livre sem tal espírito empreendedor? Dito de outra maneira, o atual processo de

valorização, celebração e exaltação do empreendedor e do empreendedorismo privilegia um modelo específico de desenvolvimento econômico e social pautado pelo capitalismo de mercado, assumido como natural, ideal e exemplar. A partir dessa ótica, para que uma sociedade possa potencializar todos os supostos benefícios provenientes de um mercado livre capitalista, necessita do espírito empreendedor gerador de inovação e de riquezas. (p. 183)

Dessa forma, ao unir a figura heroica do empreendedor com a imagem “humanista” das ações sociais, o empreendedor social se apresenta claramente como uma personificação mítica do campo simbólico organizacional preconizado por Enriquez (1997). Ademais, o discurso ao redor do tema consiste essencialmente na construção dessa figura mítica, construindo um imaginário de que qualquer pessoa pode ser elevada ao “olimp” do empreendedorismo, como o exemplo, já citado, da declaração de visão da organização Ashoka – “todos são agentes de transformação”. O “poder mágico das palavras” que compõem esse tipo de discurso totalizante é abordado por Enriquez (1990) como capaz proporcionar o “desaparecimento da noção de impossibilidade”. De acordo com o autor, “a repetição de slogans, de canções, de palavras de ordem dão a sensação, assim como na poesia, de que as palavras dão presença à ausência e realidade aos desejos” (p. 58).

Nesse sentido, Enriquez (2007) atesta a necessidade dos mitos na formação de grupos e na interação entre os indivíduos que os compõem, sendo preciso que uma narrativa sirva de base para que esses grupos sociais se mantenham. De acordo com o autor, para que uma sociedade se instaure e perpetue, constituindo-se como uma comunidade, exige-se “o respaldo de uma ordem transcendente, que lhe assegure o caráter necessário de inserção no tempo e no espaço”. O mito, então, exerce papel de meio de escape “da angústia inerente à vida em comum, num mundo ameaçado pelo caos, através do fornecimento de um sistema conceitual, afetivo e de fantasia ordenado e tranquilizador

(qualquer que seja a violência das narrativas evocadas) pelo próprio fato da ordem que o estrutura” (p. 91). Contudo, viver no mito exige, em contrapartida, a obrigatoriedade de se conformar com os padrões ditados e, por vezes, imutáveis que regem a vida em comunidade. Como descreve Enriquez (2007),

viver no mito implica que a sociedade, na condição de comunidade (ou seja, enquanto grupo coesivo em que os laços de amor prevalecem sobre os de rivalidade, só buscando seus inimigos externamente), não sofra mudanças (ou evolua pouco) e seja instituída na base de uma repetição mais ou menos compulsiva (como é o caso das sociedades ditas “arcaicas”), ou então se concentre na realização do projeto que lhe foi designado e que não pode, sem se negar, derrogar em nenhum aspecto (esse é – ou deveria ser – o caso das comunidades cristãs encarregadas de tentar criar o reino de Deus sobre a Terra: mesmo tendo consciência do caráter impossível dessa tarefa, são obrigadas a se devotarem a uma história cujo fim já é conhecido: o Juízo Final) (p. 91).

Retomando à *Dialética do esclarecimento*, Enriquez (2007) afirma, também, que nem mesmo o progresso tecnológico da modernidade e os prospectos de um futuro maravilhoso, que remetem ao desencantamento do mundo weberiano, conseguiram eliminar os mitos que regem os seres humanos. Na verdade, esse processo favoreceu a criação de “novos sagrados transcendentais”, que se referem à burocracia estatal e à lógica mercadológica do dinheiro. Ao redor desses dois sagrados, é possível o “bom funcionamento social”. Detentores de um “bom poder”, ambos são capazes de tornar a sociedade coesa dentro dos valores compartilhados pelos indivíduos inseridos nesse meio (p. 92).

Nesse contexto, é possível observar a criação de “seitas laicas” nas organizações modernas (Enriquez, 2007), onde mitos e ritos são construídos para estreitar as relações entre empregados, formando grupos coesos e ideais coletivos, de forma que a causa estabelecida pela empresa substitua qualquer outra motivação dos indivíduos, reduzindo conflitos e outras distrações. Dessa forma,

quando uma empresa deixa de ser somente um sistema de produção e de relações sociais e passa a ser também um conjunto simbólico, cultural e imaginário, ela tende a prender completamente seus membros nas redes de sua estrutura e a fazê-los cair na armadilha de seus próprios desejos, pois designa a si própria como Instituição divina apta a atender a seus desejos enunciados consciente ou inconscientemente (Enriquez, 2007, p. 108).

Nesse sentido, percebe-se que o imaginário organizacional como parte de um sistema simbólico se reveste em relações de poder e dominação, com o objetivo de direcionar os sujeitos para uma ordem comum, que busque ao máximo retornos positivos para as empresas. Entretanto, o poder e a dominação nem sempre se dão pela força ou pelo medo, pelo contrário. De acordo com Enriquez (2008), todo o poder quer ser bom. Um poder que se dá pela força, tem em contrapartida a possibilidade de fomentar a revolta, mas quando o poder se apresenta de forma “amorosa”, ele faz suscitar processos de fascinação e sedução que promove a adesão irrestrita e voluntária dos indivíduos. Nesse contexto,

a ideia de um poder bom é a ideia de um poder justo, um poder que permite fazer as coisas, de avançar, de mostrar que está do lado do progresso etc, e esta é uma ideia fundamental, pois o que está por trás é a conquista da servidão voluntária; ou seja, ter seguidores do poder voluntariamente, pois existe sempre a ambivalência relacionada tanto com o amor como com o ódio. Peguemos dois exemplos, usando Freud como referência. Em Totem e Tabu, existe uma dominação total do mais forte (o pai) que impede os outros (filhos) de se desenvolverem, de exercerem a sua sexualidade etc, por isso eles se revoltam e, por fim, o comem. No livro Psicologia das Massas e Análise do Ego, ao contrário, a imagem dada é a do chefe paternal que diz amar uma legião de sujeitos, e como ele ama a todos esses sujeitos e tenta mostrar que isto é verdadeiro, ele tem um retorno desse amor (Enriquez, 2008, pp. 189-190).

O mito do bom poder, então, perpetua uma lógica unificante, apela às massas e fascina os indivíduos, impedindo reflexões críticas. No âmbito do empreendedorismo social, tal poder se apresenta pela manifestação do “propósito” das organizações que compõem o setor. Os processos de transformação social promovidos pelas empresas do

campo são suficientes para que os indivíduos invistam completamente seus corpos e mentes na organização, mesmo que, internamente, os mecanismos de gestão e o cotidiano promovam sofrimento e adoecimento por intermédio da reprodução da ideologia gerencialista.

A formação de um campo simbólico, no qual as organizações e os empreendedores sociais estão inseridos reforçam os discursos positivos do empreendedorismo, dialoga com o conceito estabelecido por Dardot e Laval (2016) de autorrealização e perpetuação da razão neoliberal, justificada em função da promoção de bem-estar social, e promove o enraizamento de uma ideologia que reforça de forma seletiva e legitimadora um conjunto restrito de pressupostos, crenças e valores, as quais, por sua vez, restringem a reflexão autônoma e crítica e favorecendo interesses setoriais (Alvesson, 1991).

Cabe ressaltar que é de especial importância para um estudo de caráter teórico-crítico no campo dos estudos organizacionais engajar em uma análise crítica dos papéis da ideologia na área da Administração. Retomando Alvesson (1991), a teoria crítica tem um importante papel em expor condições sociais e padrões de conduta que subordinam os indivíduos a relações de poder e formas de racionalidades e, promover, assim um meio de reflexão crítica emancipatória. De acordo com Ogbor (2000), a pesquisa em empreendedorismo, em especial, deve ser colocada sob o escrutínio ideológico. O autor ressalta que a própria natureza da ciência e do conhecimento é determinada por “forças socioeconômicas, culturais, psicológicas e religiosas” e as pesquisas são influenciadas por “valores individuais e coletivos”, de forma que o conhecimento científico constituído se torna dependente das “preferências e interesses pessoais ou coletivos” (p. 611) do

ambiente no qual foi produzido. Ainda de acordo com o autor, a teorização no campo do empreendedorismo é ainda mais problemática, pois

[...] a tendência de reificar mitos em resumos mensuráveis deu origem à convicção de que as características e traços dos empreendedores (por exemplo, motivações, experiências, valores e outras construções psicológicas) podem ser abstraídas, classificadas, codificadas, categorizadas e operacionalizadas por meio de modelos matemáticos para auxiliar na quantificação, medição, validade e correlação, com o objetivo de determinar relações causais entre heróis e não heróis. Esses rigorosos empreendimentos estatísticos, como foi demonstrado por Foucault, servem como processos por meio dos quais os objetos são tornados passíveis de regulamentação e servem para disfarçar as orientações ideológicas dos pesquisadores. (Ogbor, 2000, pp. 622-623)

Dessa forma, os enunciados científicos sobre o empreendedorismo – e por consequência sobre o empreendedorismo social – se apresentam, nesse cenário, como os dispositivos definidos por Foucault (1998). Para o autor, a relação entre conhecimento e poder são muito estreitas. O discurso científico sobre o empreendedorismo se mostra como uma normativa, operando como um aspecto disciplinar, ampliando o alcance de um modo padrão de conduta. Conduta, essa, intimamente ligada com uma razão neoliberal. No caso do empreendedorismo social, tal formação ideológica, baseada em uma racionalidade econômica, tem um papel fundamental na conformação do sujeito que compõe essa esfera organizacional.

O discurso científico é reforçado ainda mais pela cultura do *management*. Como descrito por Wood Jr e Paula (2006) e Ituassu e Tonelli (2014), essa cultura se apresenta por intermédio da mídia popular de negócios e alcança as organizações, alimentando um imaginário social específico, envolto na crença do livre mercado, no culto da excelência, na exaltação de indivíduos heroicos e na disseminação de tecnologias gerenciais. De acordo com Ituassu e Tonelli (2014), a cultura do *management* impulsiona três fenômenos, a saber: a cultura do empreendedorismo, a cultura da performance – ambas

discutidas nesse estudo, relacionado à razão instrumental e neoliberal – e, por fim, a ideologia gerencialista. Esse último aspecto é de extrema relevância para esta pesquisa, pois se trata de um processo de subjetivação de uma lógica gerencial, típica do ambiente organizacional, na vida dos indivíduos. Como relatado, a cultura do *management* promove a proliferação da ideologia gerencialista que tem como premissa a “quantificação” do mundo, tudo é gerenciável e tudo deve ser gerenciado. Enredada na razão econômica dos tempos modernos, a ideologia gerencialista não guia somente as organizações, mas também a vida dos indivíduos que, cada vez mais, importam as tecnologias gerenciais para o seu dia a dia fora das organizações, em vista de elevar seu desempenho e seu “capital” humano. Como alerta Gaulejac (2007), a gestão tem o seu valor e não é, por si só, ruim. A gestão introjetada na subjetividade é que se apresenta como um problema para o indivíduo e uma patologia social. Ao transformar o ser humano em uma empresa, a ideologia gerencialista aprisiona o sujeito na lógica do *management* e o afasta de qualquer possibilidade de enxergar o mundo sob outros prismas, além da ótica do mercado. Visto sob essa lente ideológica, os indivíduos e as organizações nas quais eles se agrupam passam a ser valorizados somente por suas atitudes empresariais de eficácia, eficiência e competitividade (Du Gay, 1991).

Nesse contexto, o indivíduo é reificado para as organizações, permitindo, assim, que a empresa objetifique o ser humano, de forma instrumental e utilitária, em prol da eficiência e do lucro (Gaulejac, 2007; Pagès, Bonetti, Gaulejac & Descendre, 1987). Como engrenagens em uma máquina, cada indivíduo deve cumprir sua função, sem defeito, sob pena de ser repostado facilmente por outra peça que se enquadre melhor na organização (Siqueira, 2009). Em tal circunstância de alta pressão, o sujeito, então, se submete a um ideal de qualidade e perfeição que promove o investimento obsessivo do

indivíduo para o trabalho, de forma que a realização pessoal e a busca pelo sucesso passam a ser os principais objetivos do sujeito dentro da organização (Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987; Siqueira, 2009). Nesse culto ao desempenho, a excelência se torna um adjetivo de busca constante e sem fim, a competência profissional se converte na única competência possível para o indivíduo e sua vida se resume ao sucesso obtido na carreira (Freitas, 2000; Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987).

Essa conjuntura implica em uma característica demasiadamente presente no discurso empreendedor que remete a um *ethos* autocêntrico e individualizado, que, nas organizações, é percebido como heroica, especial e acima dos demais (Siqueira, 2009). Tal propriedade individual encoraja os sujeitos a se engajarem completamente com as organizações, sendo que o indivíduo se faz o único responsável por si e pelo seu crescimento profissional. Dessa forma, a ideologia gerencialista leva a cabo o processo de instigar a psique dos sujeitos para transfigurá-los em corpos maleáveis e preparados para cumprir os objetivos das organizações (Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987). Cabe ressaltar, nesse contexto, que essa adesão irrestrita é voluntária e ocorre por intermédio da evolução de um antigo controle disciplinar para um controle afetivo proporcionado pelo discurso organizacional moderno (Siqueira, 2009). Contudo, embora voluntária, a adesão nem sempre é consciente, tendo em vista que o poder e a dominação presente na ideologia gerencialista se esconde na opacidade do discurso, no “não-dito” e silêncios da cultura organizacional (Enriquez, 2001; Gaulejac, 2007).

Essa adesão provoca um processo íntimo de identificação entre o indivíduo e as organizações, de forma que o sujeito viva e respire o trabalho, reduzindo a capacidade crítica da pessoa (Siqueira, 2009). Nesse contexto, a empresa se torna objeto de devoção (Pagès *et al.*, 1987) que, conforme Enriquez (2007), transformam-se em “seitas laicas”,

onde os trabalhadores podem investir todas as suas forças e compartilhar os valores e crenças das organizações, normalmente em substituição às suas próprias motivações. No momento que as organizações se apropriam completamente da subjetividade do indivíduo, é estabelecido um processo de alienação e autoabandono que afasta o sujeito de si mesmo, abrindo caminho para que agressões sutis e constantes minem a resistência do indivíduo, causando sofrimento e adoecimento, físico e psíquico (Siqueira, 2009).

Nesse cenário, a ideologia gerencialista, sob a esfera do princípio de desempenho, se manifesta como instrumento de dominação “cada vez mais impessoal, objetiva, universal, e também cada vez mais racional, eficaz e produtiva” (Marcuse, 1975, p. 91). Sobre essa questão, Gaulejac (2011) aprofunda os efeitos da ideologia gerencialista nos indivíduos, para o autor

a ideologia gerencial considera o indivíduo como um recurso, ao invés de um sujeito. O indivíduo é, então, instrumentalizado para serventia dos objetivos financeiros, operatórios, técnicas que o fazem perder o sentido de sua ação, que o fazem perder até o sentido de sua existência. [...] A ordem gerencial, dominada por uma racionalidade instrumental, torna o humano um objeto, torna o pensamento concordante, aprisiona os comportamentos dentro de preocupações utilitaristas. Como resistir a esse poder? Alguns aprendem a viver com ele, outros tentam inventar modos de se desvencilhar desses sistemas paradoxais, outros, por fim, tentam fugir, esperando encontrar espaços que escapam à ideologia gerencial e ao culto à alta performance. (pp. 91 e 96)

Tendo em vista que a ordem econômica tem primazia sobre todas as esferas da vida, como um reflexo da racionalidade fundamental do nosso tempo que, a todo tempo, governa os indivíduos e os influencia governarem a si mesmo sob uma ótica mercadológica, não é difícil, portanto, identificar porque os empreendedores sociais atuam como empresas para a promoção de transformações sociais, mesmo incorrendo, assim, em conciliar exigências paradoxais. Contudo, é importante ressaltar que “onde há poder, há resistência” (Motta & Alcadipani, 2004, p. 126). A noção de atitude crítica

(Fonseca, 2001) e contraconduta (Dardot & Laval, 2016) em Foucault abre caminho para a possibilidade de se resistir à governamentalidade neoliberal. Contudo, é dado que a gestão dos conflitos de interesses antagônicos causa efeitos profundos na subjetividade dos indivíduos, em algumas situações podem, inclusive, manifestar-se em adoecimentos físicos e psíquicos (Gaulejac, 2007, 2011).

Assim, retoma-se a questão que orienta essa pesquisa – *de que forma os empreendedores sociais lidam com a contradição entre a lógica empresarial e a social?* Embasados pelo arcabouço teórico relacionado nesta pesquisa, considera-se, então, relevante, compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial dos empreendedores sociais, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que permeia as ações sociais.

3. MÉTODO

3.1. Aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa

Frequentemente se observa, especialmente nas disciplinas da Administração, que as pesquisas não possuem o costume de apresentar os aspectos ontológicos e epistemológicos que as constituem. O que se ignora nesse campo de estudo é que a realidade, ao invés de estar dada e confinada à observação, na verdade está aberta à construção e à interpretação. Nesse sentido, Bulgacov (2012) enfatiza que a prática científica é um fenômeno oriundo do encontro entre o pesquisador o sujeito de pesquisa que compartilham, por meio de práticas concretas, significados historicamente construídos. A descoberta da realidade ocorre, então, por intermédio das diferentes

visões, tanto dos pesquisadores, quanto dos sujeitos da pesquisa. Cabe, assim, ao pesquisador identificar e manifestar a sua visão ontológica em sua escrita acadêmica, com o objetivo de tornar evidente quais as perspectivas permeiam seu trabalho e determinar quais os caminhos epistemológicos e metodológicos serão tomados na pesquisa.

Nesse contexto, o trabalho de Burrell e Morgan (1979) é bastante significativo para os estudos das organizações. Para os autores, os saberes relacionados ao campo dos estudos organizacionais e seus paradigmas (funcionalista, interpretativista, radical humanista e radical estruturalista) estão claramente segregados em seus sentidos epistemológicos, ontológicos e metodológicos, bem como em relação a forma de retratação da natureza humana. Abalizada por um legado positivista, herdado das ciências naturais, a Administração é dominada pelo paradigma funcionalista, que se alicerça como princípio natural de seus trabalhos científicos (Vergara & Caldas, 2005). Na classificação de Burrell e Morgan (1979), o funcionalismo é representado pela dimensão objetivista (realista) no sentido ontológico, na qual o mundo existe como fato mensurável. No espectro epistemológico, o funcionalismo é positivista, atrelado às explicações empíricas evidenciadas por relações de causalidade. O paradigma funcionalista é nomotético em relação ao seu aspecto metodológico, pois valoriza o cálculo e o rigor estatístico para validar as hipóteses de causalidade. Finalmente, o funcionalismo dita a natureza humana como determinista, sendo o ser humano um objeto e um produto do ambiente.

Como colocado por Bulgacov (2012), do ponto de vista histórico, sob o viés epistemológico positivista, as teorias dos estudos organizacionais normalmente caracterizam as organizações por metáforas, ora “da máquina, ora do organismo, ora como sistema cultural, ora como instituições bem como ecossistemas, contudo e sobremaneira utilizando o ferramental lógico-científico” (p. 26). Da mesma forma que as

organizações são reduzidas à lógica natural, o ser humano também é colocado como um objeto e não sujeito. Tal perspectiva reducionista é objeto de crítica de Guerreiro Ramos (1989), tendo em vista tal visão, de um homem como instrumento e recurso (Mozzato & Grzybovski, 2013), não permitir compreender a complexidade dos sistemas sociais que compõem as organizações. Assim, não obstante o julgo positivista nos estudos organizacionais, o paradigma funcionalista apresenta dificuldade em explicar os fenômenos sociais por intermédio de relações causais e generalizações típicas de uma racionalidade científica (Reed, 1998). Além de ser insuficiente para compreender as relações complexas no âmbito dos estudos organizacionais, sob a perspectiva da Teoria Crítica, a lógica positivista e sua racionalidade científica são instrumentos históricos de construções ideológicas e mecanismos de dominação (Adorno e Horkheimer, 1985; Marcuse, 1973).

Nesse cenário, cabe enfatizar, para efeitos desta pesquisa, que a Sociologia Clínica se aproxima do sujeito na análise do contexto social, por intermédio da postura clínica tomada em relação ao objeto de estudo, sendo que a implicação do pesquisador é elemento fundamental para a construção do conhecimento científico (Gebrin & Andreotti, 2016). Estar implicado consiste na aproximação do objeto pesquisado, em que de alguma forma o contexto e os sentidos produzidos pelos sujeitos da pesquisa ressoam também na subjetividade do pesquisador. No caso presente, o estudo em análise ressoa ao pesquisador por se tratar de um tema constante de seu longo percurso profissional no campo de apoio à implementações de projetos sociais, por meio da interface com diversos tipos de organizações do terceiro setor, de governos e de empresas, cujo trabalho se aproxima, ao longo dos anos, cada vez mais de paradigmas utilitários que reproduzem

dinâmicas instrumentais e gerenciais, e se distancia, a cada dia, de um modo de vida substantivo e de uma lógica solidária da transformação social.

Compreender tais angústias é essencial para a pesquisa de abordagem crítica e clínica, sendo que cabe ao pesquisador exercitar de forma reflexiva o processo de aproximação e distanciamento com o objeto pesquisado (Nunes & Silva, 2018). Ademais a implicação com a pesquisa permite uma maior compreensão do fenômeno e do sujeito pesquisado, de forma profunda e complexa, por intermédio da vivência possuída em relação ao que é manifestado, verbalizado, ou mesmo, silenciado pelos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, sob o ponto de vista epistemológico, o pesquisador também se torna sujeito da pesquisa:

É, então, desde esse lugar, que a implicação do investigador, ao invés de fazer parte da série de racionalidades a serem deixadas de lado, será tida nessa perspectiva epistemológica como um material a ser explorado no curso do trabalho investigativo, em constante questionamento com o campo estudado. É desse trabalho recíproco, entre campo de investigação e questionamento da subjetividade do investigador (pela sua inserção mesma no campo de estudos), que ambas as disciplinas, sociologia clínica e psicossociologia, se propõem à construção de conhecimento. Em vez de mostrar-se um obstáculo a ser ultrapassado ou deixado de lado, a implicação do pesquisador é, justamente, a potência epistemológica do trabalho empreendido (Gebrin & Andreotti, 2016, p. 155).

Isto posto, este estudo se coloca diametralmente em oposição ao paradigma funcionalista. Ao encarar o fenômeno de assujeitamento dos empreendedores sociais à uma racionalidade econômica dominante como uma realidade extremamente complexa, essa pesquisa buscará resgatar pressupostos teóricos-críticos dos estudos organizacionais para se colocar alinhado ao paradigma radical humanista e estabelecer o indivíduo de estudo como seres humanos vivos, em busca de emancipação, e não somente como uma variável do método científico.

3.2. Caracterização da pesquisa

A pesquisa possui uma natureza exploratória, de abordagem essencialmente qualitativa, de recorte transversal, caracterizada pelo método da pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas com empregados de um negócio de impacto social, instrumentalizadas por um roteiro semiestruturado de entrevista.

Optou-se pela abordagem qualitativa, pois é aquela que possui maior aderência ao estudo das relações sociais e do comportamento humano, dando abertura para melhor compreender o objeto de análise desta pesquisa. De acordo com Richardson (1999), a abordagem qualitativa permite uma compreensão mais profunda das situações e contextos nos quais os indivíduos estão inseridos. Ainda nesse sentido, tal abordagem admite uma aproximação subjetiva na interpretação dos dados, dando ao pesquisador um potencial de produção de conhecimento que reforça, em um caráter indutivo, as teorias abordadas neste estudo.

No que se refere à natureza, esta pesquisa é um estudo teórico-empírico de caráter exploratório no sentido de compreender o fenômeno do empreendedorismo social. Não se pretende explicar o fenômeno, desvendar as causas ou definir variáveis relacionadas à motivação e às características dos indivíduos. Conforme Godoy (1995), busca-se observar de forma sistêmica o ambiente e os indivíduos inseridos no fenômeno de investigação. Não se objetiva gerar um produto ou resultado passível de generalização, mas compreender o fenômeno dentro de um recorte delimitado da “realidade”.

A pesquisa está orientada em uma base teórico-crítica, em primeira instância, relacionada à Escola de Frankfurt. Originada no início do século XX, no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, acolhe diversos pensadores críticos, marxistas não

ortodoxos, e destaca-se pela crítica ao funcionalismo e ao positivismo científico que dominava as ciências sociais. Dentro da perspectiva de emancipação do sujeito e do desvelamento de ideologias, que caracterizam a Teoria Crítica frankfurtiana, o presente estudo apresenta a crítica à noção de progresso e da racionalidade instrumental que se apresenta na contemporaneidade. A sociedade hipermoderna, tal qual se apresenta atualmente, subjuga os indivíduos à uma razão peculiar que os leva a governarem suas condutas de forma econômica, empresarial e utilitarista.

Em função da Administração estar no campo das ciências sociais aplicadas, crê-se que é importante sua produção acadêmica estar fundamentada em teorias de outros campos do conhecimento. Dessa forma, a presente pesquisa busca sua base nos conceitos do novo espírito do capitalismo e da razão neoliberal apresentados por pensadores da Sociologia Crítica Francesa, com a finalidade de buscar aprofundamento nos mecanismos pela qual a racionalidade instrumental e econômica dominam o modo de agir dos indivíduos na sociedade capitalista neoliberal. É utilizada também a base teórica da Sociologia Clínica, com o objetivo de investigar os efeitos dos conflitos de racionalidade e dos discursos de dominância ideológica na subjetividade dos empreendedores sociais. Por entender que existe espaço para o diálogo entre as perspectivas da Teoria Crítica em Estudos Organizacionais e da Análise Crítica em Estudos Organizacionais (Faria, 2009), este estudo também busca referências nos estudos pós-estruturalistas de Foucault, especificamente no que toca à biopolítica e a governamentalidade neoliberal. Por fim, com o escopo de dar coesão à análise, é aplicado o arcabouço teórico-metodológico da ACD, que tem Norman Fairclough (2012, 2016) como seu principal expoente, tomando o discurso como peça central da construção da realidade social dos atores investigados.

3.3. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são integrantes de um negócio de impacto social. Muito embora se trate de uma organização de pequeno porte, ela foi escolhida de forma intencional, tendo em vista se tratar de empresa expoente no campo do empreendedorismo social. Tratando-se de uma pesquisa exploratória, a caracterização desse sujeito não é rígida em relação a representatividades de região, de gênero ou raça.

Diversamente às pesquisas quantitativas, os estudos de natureza qualitativa não buscam, necessariamente, a utilização de amostras probabilísticas para a definição dos sujeitos. Ao todo foram realizadas entrevistas com 7 indivíduos que compõem a organização. As funções dos entrevistados abrangem desde sócios fundadores a coordenadores de diferentes áreas da empresa. Para efeitos de anonimidade, os nomes dos indivíduos não foram descritos e cada um dos entrevistados foram numerados de E1 a E7. Ainda no sentido de manter a confidencialidade das identidades e em virtude do número restrito de discursos analisados, optou-se por não caracterizar individualmente cada entrevistado. No entanto, em uma visão geral, o grupo em análise é composto majoritariamente por mulheres, pessoas brancas e jovens, cujas idades variam na faixa de 25 a 35 anos, sendo que todos possuem algum grau de formação superior.

3.4. Instrumento de pesquisa

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado em profundidade com o objetivo de captar dos sujeitos os aspectos mais relevantes ao objeto de estudo. O roteiro serviu como guia para estabelecer um diálogo com os sujeitos de forma a possibilitar a

identificação de como os entrevistados percebem e experienciam as suas realidades. O roteiro completo utilizado pelo pesquisador se encontra no Apêndice B deste manuscrito. A sua estrutura teve como objetivo construir um elo entre as teorias abordadas neste estudo e as realidades observadas pelos sujeitos e permitiu flexibilidade para que novas perguntas fossem incluídas no decorrer das sessões.

3.5. Material empírico

O conjunto dos materiais empíricos obtidos por essa pesquisa se deu por intermédio do uso da técnica da entrevista realizada individualmente com os empregados da organização selecionada. A técnica foi escolhida em função de melhor compreender as falas, motivações e crenças dos sujeitos da pesquisa, de forma que o pesquisador consiga estabelecer uma conexão com o entrevistado e para que seja possível observar o fenômeno sob o ponto de vista do indivíduo investigado (Silverman, 2009).

Em virtude da pandemia da COVID-19, a atividade foi realizada de forma remota por meio da realização de videoconferências com os sujeitos da pesquisa. Com o consentimento dos entrevistados, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as sessões foram gravadas, com o objetivo de proporcionar a ausência de distrações na entrevista, a captação de expressões não verbais e a consolidação mais fidedigna do material obtido. Em média, a duração das entrevistas foi de 53 minutos, conforme pode se observar no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. *Duração das entrevistas*

Entrevistado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7
Tempo (em minutos)	59'	48'	69'	46'	46'	63'	43'

As gravações das entrevistas foram mantidas em sigilo, em posse do pesquisador, e suas transcrições foram realizadas por meio da ferramenta *Microsoft Teams*. As transcrições foram revisadas de forma a identificar equívocos no processo realizado pela ferramenta. Além disso, dada a necessidade de conversão das falas em texto, buscou-se, para fins de melhor entendimento, estabelecer alguns padrões na transcrição das amostras apresentadas nesta pesquisa. As pausas, silêncios e interrupções foram simbolizadas por reticências (...). Expressões não verbais, como, por exemplo, um sorriso, foram incluídos entre (parênteses). Justaposições e exclusões intencionais realizadas no texto pelo pesquisador foram inseridas entre [colchetes]. É importante ressaltar que as exclusões realizadas se deram com a exclusiva função de manter a anonimidade dos entrevistados. Dessa forma, todos os trechos que permitiam a identificação do indivíduo, desde nomes, até experiências pessoais específicas, foram intencionalmente omitidos deste manuscrito.

3.6. Análise Crítica do Discurso (ACD)

Neste estudo, optou-se por analisar os achados da pesquisa por intermédio da aplicação do arcabouço teórico-metodológico da ACD de Fairclough (2016). Em função de seu caráter transdisciplinar (Ramalho, 2005), como teoria e método, a ACD permite desenvolver uma abordagem analítica que ultrapassa o aspecto textual e simbólico das

análises discursivas. A abordagem se destaca, pois procura ir além das questões relacionadas à reprodução de práticas sociais. O pensamento de Fairclough (2016), como um intelectual crítico, busca a emancipação dos indivíduos e a transformação social, pois a teoria da ACD se constitui da dialética do discurso como produto e parte integrante da estrutura social (Magalhães, 2016).

Para Fairclough (2012), a ACD é uma perspectiva teórica sobre a linguagem como produtora de sentidos, a qual permite uma análise reflexiva sobre o processo social. Nesse sentido, o autor também ressalta que a abordagem busca sempre dialogar com outras teorias e objetos sociais de investigação, pois a ACD se engaja em diversos campos de estudos de forma transdisciplinar. Dessa forma, ao analisar um discurso que se refere, por exemplo, à pobreza e redução de desigualdades, é essencial que a ACD seja realizada em conjunto com um arcabouço teórico de outras disciplinas, como, no caso, das ciências sociais, economia e outras que possam suprir o pesquisador de perspectivas sobre o discurso em análise.

Como abordagem crítica, a ACD busca proporcionar reflexões sobre os sentidos ocultos dos discursos, especialmente aqueles que prejudicam as condições daqueles indivíduos ou grupos que se encontram em estado de desvantagem nas relações de poder na estrutura social. Assim, a ACD se propõe, por intermédio de um processo de desvelamento daquilo que está por detrás do que seria o óbvio, a investigar como as formas linguísticas exercem função na reprodução, manutenção e transformação social (Melo, 2011).

A perspectiva de Fairclough para a ACD tem como aspecto central o discurso como prática social. Nesse contexto, a estrutura social e o discurso mantêm uma relação dialética entre si, “tanto de representação, quanto de significação do mundo, constituindo

e ajudando a construir identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crenças” (Magalhães, 2001, p. 17). Nesse sentido, para Fairclough (2016) o discurso é uma prática social e se configura como um modo de agir, compreendendo um grau de intencionalidade aos enunciados e manifestando um modo de interferência dos indivíduos uns sobre os outros e em relação ao contexto em que estão inseridos. Além disso, o discurso, dentro da relação dialética citada anteriormente, ao mesmo tempo em que ele é conformado pela estrutura social, ele também colabora para a construção dessa estrutura. Dessa maneira, a linguagem e a sociedade estão conectadas por um processo de retroalimentação de constituição do “real” e essa relação dialética é mediada pelos sujeitos. Melo (2011) afirma que o sujeito, de acordo com a ACD, se encontra em uma posição intermediária entre a determinação estrutural e a agência consciente, agindo como um “ator ideológico” ao se conformar, reconfigurar ou resistir aos discursos e práticas sociais aos quais estão sendo subjetivados.

No que toca ao pleno entendimento da perspectiva da ACD de Fairclough, é necessário observar que o arcabouço proposto pelo autor integra as visões de outros estudiosos da linguística, como Bakhtin, Pêcheux e Foucault, bem como indica que a ACD se relaciona a quaisquer enunciados escritos e falados. Dessa forma, a ACD, conforme a abordagem de Fairclough, se refere a uma concertação entre uma análise linguística, social e histórica, imbuída de crítica social, que integra diversas teorias, dando ao arcabouço teórico-metodológico uma característica multidisciplinar.

Assim, em resumo, para Fairclough (2016), o discurso se constitui dos modos de ação (como os indivíduos agem em relação ao mundo e aos outros), representação (composta por classes, identidades, normas e convenções sociais) e significação (da construção e constituição de significados para o mundo), bem como da relação dialética

entre o discurso e a estrutura social. Percebe-se, então, que o discurso possui uma conceituação complexa, tanto que, Fairclough, para compor sua teoria social do discurso precisou estabelecer um diálogo com diversas perspectivas.

Com base nesse arcabouço teórico, Fairclough, como observado em Magalhães (2001), estabelece um dispositivo metodológico, conhecido como a análise tridimensional do discurso. De acordo com o autor, para a devida compreensão do discurso, é necessário analisá-lo em três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social. A segregação nessas três dimensões permite que o pesquisador possa identificar questões de poder e ideologia em diferentes níveis de análise. Afinal, a importância da ACD como abordagem teórico-metodológica se apresenta na compreensão transdisciplinar do discurso em suas diferentes práticas, na sua percepção como um objeto de poder e ideologia e na sua interpretação da linguagem em uma esfera social e histórica contextualizada (Magalhães, 2005). No entanto, é importante ressaltar que o próprio autor considera que essa divisão é mais didática e pedagógica do que propriamente uma ferramenta ortodoxa de aplicação, cabendo, então, ao pesquisador utilizá-la de forma adaptada, se necessário. Quanto às três dimensões sugeridas por Fairclough (2016):

- **Texto** – se refere à descrição dos elementos linguísticos utilizados pelo enunciador do texto, seguindo princípios da Linguística Sistêmica-Funcional, observando as escolhas lexicais, a gramática, a coesão e a estrutura textual.
- **Prática discursiva** – se aproxima da interpretação do texto em relação à produção, distribuição e consumo do discurso enunciado, avaliando a

coerência e os objetivos do enunciador, bem como os graus de intertextualidade e interdiscursividade presentes no texto.

- **Prática social** – se relaciona à explicação sobre a qual prática social o discurso pertence em termos de relação de poder, investigando se o discurso reproduz, reestrutura ou desafia correntes hegemônicas existentes.

É importante ressaltar que a análise individualizada das três dimensões não é suficiente para se realizar uma investigação crítica na ordem do discurso. A análise textual é importante para identificação no padrão do uso da linguagem, mas é por intermédio da análise da prática discursiva em conjunto com a análise da prática social é que possível identificar os efeitos ideológicos dos discursos. Compreende-se desse conceito que os enunciados não podem ser segregados dos seus contextos, sendo que as questões ideológicas podem surgir em cada umas das dimensões, desde a escolha no uso de termo, a mescla de diferentes discursos e até a posição social que o enunciador ocupa.

O principal ponto de diferenciação de Fairclough em relação aos demais teóricos da ACD é a definição da prática social como dimensão relacionada aos conceitos de ideologia e poder (Magalhães, 2001). O poder é conceituado na ACD como “o conjunto de assimetrias entre participantes nos acontecimentos discursivos, a partir da eventual capacidade destes para controlar a produção dos textos, a sua distribuição e o seu consumo em contextos socioculturais particulares” (Melo, 2011, p. 1340). Nesse sentido, Fairclough se apropria do conceito de Gramsci ao descrever o poder como hegemonia e as relações de poder como luta hegemônica, sendo a hegemonia um equilíbrio instável de correntes ideológicas conflitantes. É nesse prisma que o discurso e a estrutura social operam seus mecanismos de reprodução e reconfiguração ideológicos, produzindo

significações e construções da “realidade”, que, por sua vez, contribuem para a produção, reprodução ou transformação de relações de dominação (Magalhães, 2001).

Dessa forma, é possível observar que os indivíduos apelam a estruturas que naturalizam ideologias, como no caso do empreendedorismo social, objeto em análise nesta pesquisa. Os discursos apresentados no campo se apresentam dentro uma visão construída, na qual a atitude empreendedora das pessoas tem o poder de transformar mundo e solucionar os problemas sociais. Retomando Fairclough (2016), é evidente que o discurso prevaiente no campo do empreendedorismo social se encontra naturalizado, tornando-se senso comum para a sociedade e colaborando para perpetuação de um controle ideológico enraizado na lógica neoliberal.

Este estudo tem como base um arcabouço teórico-crítico. Dessa forma, a escolha da ACD também se dá com vistas a manutenção da coerência epistemológica desta pesquisa. Afinal, o presente trabalho se apresenta como um contraponto ao funcionalismo e ao positivismo acadêmico nos estudos organizacionais e, assim, por intermédio da ACD é possível analisar as estruturas discursivas de modo a promover uma atitude emancipatória e consciente no que toca as relações de poder e dominação presentes na linguagem (Wodak, 2003).

3.7. Análise das formações discursivas

Como relatado anteriormente, a análise dos dados foi realizada com base em roteiro fundamentado, essencialmente, na proposta da ACD de Fairclough (2012, 2016). O arcabouço teórico-metodológico proposto pelo autor abarca de forma sistêmica tanto os aspectos linguísticos de análise do discurso, quanto a abordagem crítica às ciências

sociais, e, assim, apresenta-se de forma diferenciada ao identificar e debater aspectos ideológicos hegemônicos e suas consequências no modo de vida dos indivíduos. Dessa maneira, a análise dos dados desta pesquisa se concentrou em apresentar tais relações, atentando-se tanto às características de uma microanálise, no âmbito textual, quanto aos efeitos percebidos, em uma macro análise, nas práticas discursivas e nas práticas sociais apresentadas nos discursos enunciados pelos indivíduos entrevistados.

De acordo com Fairclough (2016), para a realização de uma pesquisa amparada pela ACD, é fundamental definir o *corpus* de análise, a codificação da amostra do *corpus* e a forma de análise a ser utilizada.

Nesse sentido, descreve-se o *corpus* de análise como as amostras dos discursos enunciados pelos 7 indivíduos entrevistados, que compõem parte significativa do quadro de colaboradores de uma empresa expoente no setor de negócios de impacto social. O volume de entrevistados se justifica pelo porte pequeno da organização, bem como pela percepção do pesquisador em relação à saturação das respostas aos questionamentos. Nesse sentido, as entrevistas em profundidade realizadas com os entrevistados resultaram em verbalizações muito ricas e se demonstraram perfeitamente suficientes para compreender o contexto das práticas discursivas e sociais que constituem a organização em análise. Ao todo, foram selecionados 107 trechos que buscam representar os pontos críticos nas práticas sociais e discursivas dos indivíduos entrevistados. Tal seleção foi fruto de intensa leitura das transcrições e de diversas repetições de visualização dos registros gravados de forma a possibilitar a identificação das verbalizações que apresentavam maior ressonância com os objetivos e as categorias de análise propostas pela presente pesquisa.

Em relação à codificação da amostra do *corpus*, foram definidas quatro categorias de análise: ideologia gerencialista; racionalidade neoliberal; conflitos e contradições; e subjetividade. A codificação proposta se deu em função da centralidade das verbalizações captadas nos temas em questão durante as entrevistas realizadas com componentes da organização em análise, que, também, apresentaram consonância com objetivos específicos da pesquisa, conforme planejamento realizado para composição do roteiro semiestruturado de entrevista. Dessa forma, a codificação apresentada cumpre o papel de organizar a análise em busca de resposta aos objetivos da pesquisa, conforme informações apresentadas no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2. *Categorias de análise* (continua)

Objetivo Geral	Compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial de integrantes de empresas sociais, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que permeia as ações sociais			
Objetivos Específicos	Identificar como os indivíduos vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, em suas organizações	Identificar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos sujeitos da pesquisa	Identificar os traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos	Analisar os efeitos do trabalho no campo do empreendedorismo social na subjetividade dos indivíduos
Categorias de análise	Ideologia gerencialista	Racionalidade neoliberal	Conflitos e contradições	Subjetividade

A forma de análise das categorias apresentadas segue o princípio da análise tridimensional proposta de Fairclough (2016). Primeiramente, evidencia-se a dimensão micro analítica das práticas textuais, voltada para as relações lexicais (palavras, expressões e outros termos utilizados e as relações que guardam entre si), gramaticais (análise sintática que permite observar a relação entre transitividade, vozes, modalização

e sua contribuição para o estabelecimento de sentidos) e semânticas (relações de sentido entre os elementos) nos textos enunciados nas entrevistas.

Em uma segunda etapa, busca-se a observação das práticas discursivas. A análise dessa dimensão compreende a interpretação do texto e a observação da coerência e dos objetivos do enunciador, por intermédio da investigação dos graus de intertextualidade, das representações dentro do discurso, bem como do estilo empregado nos discursos enunciados. Por intermédio dessa observação é possível estabelecer a conexão entre o discurso e a prática social.

Por fim, a terceira dimensão de análise se propõe a observar o contexto social do discurso em busca de promover a compreensão sobre as práticas sociais as quais o discurso enunciado pertence em termos de relação de poder e controle, bem como se o discurso reproduz, reestrutura ou desafia correntes ideológicas hegemônicas.

Em resumo, o Quadro 3 a seguir demonstra a estratégia utilizada para a realização da ACD na presente pesquisa:

Quadro 3. *Síntese do processo analítico*

Análise Textual

1. Análise lexical: observação da escolha do vocabulário e do sentido empregado às palavras;
2. Análise gramatical: observação do processo sintático de formação de orações e sentenças no texto, com a análise de transitividade, uso da voz passiva e ativa, conjugações verbais e modalizações;
3. Análise semântica: observação da estrutura coesiva do texto e de como as estruturas textuais se conectam e se combinam, bem como das repetições, das ênfases, dos silêncios e omissões.

Análise das Práticas Discursivas

1. Análise de intertextualidade: trata-se da análise das relações entre textos e da identificação de como os enunciatários se posicionam dentro do âmbito discursivo. Envolve a observação da assimilação, resistência, ressonância e contradições em relação a outros discursos proferidos no tema do campo estudado nesta pesquisa (empreendedorismo social), baseada nas modalizações, julgamentos e suposições realizadas pelos indivíduos investigados;
-

-
2. Análise das representações do discurso: refere-se à identificação dos principais temas abordados, suas representações e perspectivas por parte dos enunciatários, bem como à relação das conexões, coerências, consensos e dissensos estabelecidos entre os textos, de forma a interpretar os sentidos apresentados no discurso e sua conexão com a ordem social;
 3. Análise do estilo empregado no discurso: compreende a forma utilizada pelo indivíduo para enunciar o discurso, especialmente no que toca à ênfase dada ao texto e do modo como o enunciatário se comporta, se apresenta, se constrói e se engaja com o discurso.
-

Práticas Sociais

1. Investigação das relações e das estruturas sociais que constituem a prática social e discursiva dos empregados no campo do empreendedorismo social;
 2. Análise de como a prática social se constitui e, ao mesmo tempo, constrói a prática discursiva dos indivíduos entrevistados;
 3. Identificação da forma que discurso enunciado pelos sujeitos desta pesquisa se comporta em relação aos aspectos de ideologia, controle e poder;
 4. Observação dos efeitos ideológicos e políticos do discurso proferidos pelos indivíduos entrevistados, quais os efeitos sociais que os textos sugerem.
-

A seguir, a pesquisa se debruça no processo analítico descrito anteriormente, em consonância com o arcabouço teórico-metodológico da ACD, segundo a abordagem de Fairclough (2016), que permitiu a análise em profundidade das amostras das entrevistas realizadas, de forma a abstrair dos textos a prática social na qual o discurso dos atores do campo do empreendedorismo social se situa.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão descritas as análises dos trechos selecionados, conforme categorias estabelecidas (vide Quadro 2. Categorias de análise), de forma a guiar a pesquisa para o alcance de seus objetivos. Para isso, essa seção do manuscrito será subdivida em quatro tópicos que espelham as quatro categorias de análise em questão. Assim, o primeiro tópico a ser tratado se refere à categoria ideologia gerencialista, que

subsidiará a identificação de como os sujeitos da pesquisa vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, na organização em análise. O segundo tópico trata da categoria racionalidade neoliberal, que busca identificar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos sujeitos desta pesquisa. O terceiro tópico se refere à categoria conflitos e contradições, que visa a observação dos traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos entrevistados. Por fim, o quarto tópico aborda a categoria subjetividade, que se propõe a analisar os efeitos das racionalidades conflitantes na subjetividade dos indivíduos.

4.1. Categoria 1: Ideologia gerencialista

Esta categoria de análise se propõe a responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa: identificar como os sujeitos da pesquisa vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, na organização. Em especial, esta categoria busca observar traços da ideologia gerencialista na prática discursiva dos indivíduos entrevistados, indo ao encontro do referencial teórico abordado nesta pesquisa, no qual a gestão, radicalizada em uma ideologia gerencialista, torna-se uma patologia nas organizações e promove uma série de consequências na subjetividade dos trabalhadores (Gaulejac, 2007). Dessa forma, buscou-se durante as entrevistas identificar no texto e nas manifestações não verbais indícios das principais características que envolvem o gerencialismo.

Nesse sentido, diversos trechos apresentam uma produção discursiva que tanto influenciam o contexto social, quanto é influenciada pela estrutura social de uma organização do campo do empreendedorismo social.

Em termos de contextualização da estrutura social da organização, é possível observar uma característica interessante no caso estudado. Como já relatado anteriormente, a organização em análise possui uma estrutura enxuta, composta por poucos empregados. Tal característica inflige em uma situação na qual o perfil dos trabalhadores se apresenta de forma muito homogênea, sendo que essa questão é bastante evidenciada nas falas dos entrevistados.

(001) A relação é boa. Todo mundo tem um perfil muito parecido. É um perfil muito *maker*, que a gente chama, né? Um perfil criativo, um perfil que tem muitas ideias, que quer trazer muita inovação e isso é um ambiente bem gostoso. (E1)

O trecho (001), em sua forma textual, se empenha em enaltecer o perfil das pessoas que trabalham na organização por meio do uso repetitivo do advérbio de intensidade “muito” (“muito parecido”, “muito *maker*”, “muitas ideias”, “muita inovação”). Sob um outro olhar, o texto também apresenta um viés ideológico representado pela intertextualidade dos adjetivos apresentados pelo entrevistado. Os perfis criativo, inovador e *maker* (“aquele que faz” em uma tradução livre do inglês) são repetidos incessantemente no discurso do empreendedorismo como características natas dos empreendedores de sucesso. Esse tipo de caracterização é problemático pois sugere que existem também os que não são criativos, não são inovadores e, pior, “os que não fazem”, depreciando os indivíduos que se empenham em atividades alheias ao empreendedorismo social ou mesmo aqueles que pensam e agem de forma diferente, o trecho (002), a seguir, reitera essa situação:

(002) Eu fico mal-acostumado a lidar com pessoas fora do meio, porque, assim, coisas que para mim... que são: ‘lógico, todo mundo sabe disso!’ Sabe? É... e aí que eu vou conversar com uma pessoa que não é do meio, a pessoa fala uma coisa que eu falo: ‘meu Deus, que absurdo! Ainda existem neandertais que pensam desse jeito?’ Mas, enfim, aí depois eu fico: ‘tipo, para, é lógico que existem!’ Entendeu? (E6)

No trecho acima, o uso do verbo “lidar”, aparentemente inofensivo, apresenta um sentido que pode passar despercebido. O verbo ao mesmo tempo que significa “tratar com alguém”, pode também ter o significado de “duelar” e “lutar”. Dessa forma, é possível interpretar que o entrevistado se coloca, inadvertidamente, em oposição às “pessoas fora do meio”. O entrevistado ainda caracteriza tais pessoas como “neandertais”, uma adjetivação que emplaca um signo de atraso e obsolescência ou, pior, uma que estabelece uma relação de superioridade intelectual ou cultural àqueles que não estão inseridos no meio. Esse aspecto se torna mais evidente, tendo em vista que o entrevistado, enquanto enunciador, estabelece um texto narrativo (“eu falo”, “eu fico”), abrindo aspas próprias dentro do próprio discurso.

A presença de um perfil homogêneo na organização apresenta um aspecto da gestão muito presente nas organizações contemporâneas. Apesar do tema da diversidade estar atualmente muito presente nos discursos organizacionais, conflitos e dissensos causados por pensamentos distintos e formas heterogêneas de se enxergar o mundo não são sempre bem-vindos nas organizações. A uniformidade de pensamento busca alinhar o discurso organizacional por intermédio do comprometimento dos colaboradores à organização, dessa forma, as empresas buscam formas de evitar conflitos com o objetivo de amplificar a eficiência e, por fim, os retornos sobre a operação (Siqueira, 2009). Nesse sentido, percebe-se que o perfil das pessoas que compõem a organização em análise acaba cumprindo tal papel.

(003) Eu realmente me sinto que eu dou bem com a maioria das pessoas assim, se não todas, principalmente, eu acho que também, por ser uma equipe pequena, você tem menos também né, menos variedade, talvez, nas relações... (E3)

(004) A gente compartilha questão de valores, propósitos que são muito similares. Enquanto equipe, isso é muito bom. Então, é muito fácil, é

muito mais fácil que a média no mercado de trabalho gostar das pessoas com quem você trabalha. (E6)

No trecho (003), muito embora atenuado pelo advérbio “talvez” (que caracteriza uma incerteza do enunciador), o entrevistado atesta que a equipe ser “pequena” traz uma vantagem por apresentar “menos variedade (...) nas relações”. A ausência de “variedade” nas organizações é o cenário perfeito para a gestão, tendo em vista que ela é aversa a conflitos (tópico que será abordado ainda nessa categoria de análise). Tal homogeneidade permite um clima muito mais amigável entre as pessoas, conforme pode ser observado no trecho (004), sendo que, novamente, o advérbio “muito” aparece repetidamente no discurso, enfatizando sobremaneira as similaridades dos perfis dos empregados da organização. No entanto, é importante dar destaque ao trecho “a gente compartilha questão de valores”. No aspecto textual, o substantivo “valor” empregado pelo entrevistado possui o sentido que engloba uma série traços culturais, morais e ideológicos, que é muito utilizado nas disciplinas de ética, mas que fica subentendido no texto enunciado pelo entrevistado. No que se pode inferir pela prática discursiva, percebe-se um vínculo intertextual com o discurso do empreendedorismo, no qual a palavra “valor” é utilizada para estabelecer um *ethos* específico que caracteriza o empreendedor (Dardot & Laval, 2016).

Nesse sentido, o que se observa no discurso proferido pelos entrevistados é a transparência de uma razão instrumental:

(005) No geral, acho que funciona bem, assim, em termos de produtividade, em termos de conseguir tirar muitas coisas do papel, de ter muitas ideias e, de fato, executá-las, né? Que só ter a ideia, às vezes, não adianta, precisa realizá-los. (E1)

O trecho (005), acima, apresenta uma escolha de palavras que remete especialmente a uma razão finalística (“produtividade”, “tirar muitas coisas do papel” e

“executá-las”). Mesmo sendo possível perceber que tal posicionamento é atenuado pela locução adverbial “às vezes”, vinculado ao verbo intransitivo “adianta” (que possui o sentido de trazer vantagem), é nítido observar que o entrevistado valoriza o concreto, ante ao abstrato. Tal posição é observada também no trecho (006), a seguir:

(006) Enfim, é. Tem essas coisas práticas que eu também acho bem legal, porque eu acho que não fica naquela coisa do subjetivo às vezes dos humanos também, que às vezes a gente traz, né? Com essas complexidades de relações, às vezes a gente não tem esse julgamento de valor em cima da pessoa, sabe, são sempre coisas, enfim que eu acho que esse caráter prático ajuda realmente a gente melhorar e a nossa autoavaliação também assim, sabe? (E3)

Ao ser consultado sobre o processo de avaliação que a empresa implementa, o entrevistado E3 estabelece no seu discurso a contraposição entre as “coisas práticas” e a “coisa do subjetivo”. Muito embora o trecho esteja repleto de modalizações (“às vezes”, “eu acho”) que procuram atenuar o que está sendo enunciado, o texto, em seu sentido amplo, apresenta algo problemático. O entrevistado relaciona a “coisa do subjetivo” a uma característica humana, que traz consigo “complexidades de relações”, como algo negativo para o processo de avaliação dentro da organização. Subentende-se desse texto que a “coisa prática”, enfim, instrumentalizada, permite o aprimoramento das pessoas. Ocorre que, ao negar a “coisa do subjetivo”, o indivíduo promove um processo de desumanização (reificação), característico da ideologia gerencialista (Gaulejac, 2009; Pagès et al., 1987).

É interessante observar que essa racionalidade está presente de tal forma que a ausência de uma estrutura lógica instrumental é fonte de descontentamento para alguns entrevistados.

(007) E aí eu acho que às vezes uma coisa que eu falo muito aqui é que a gente às vezes peca um pouco no planejamento. Eu acho que seria às vezes melhor a gente fazer as coisas com um planejamento maior. E mais,

bem feito. E cuidar daquela coisa com mais estrutura mesmo, no sentido de qualidade etc. (E3)

(008) Eu acho que estivesse mais estruturado, né? Porque não tem aquela questão assim, que esse aqui é operacional, esse aqui é o estratégico. Esse é o gerente geral e esse é o gerente tal. Eu sinto necessidade de estar reportando essas coisas, né? Esses *insights* de levar para alguém mais superior e que esteja aqui no dia a dia, né? (E4)

Nos trechos (007) e (008), acima, os termos centrais são as palavras “planejamento”, “estrutura”, “operacional” e “estratégico” que estão intimamente ligadas a uma base ideológica intertextualmente vinculada aos princípios veiculados no discurso da Administração científica. Quando os entrevistados dizem que “a gente às vezes **peca**” (em 007) e “eu sinto **necessidade**” (em 008), em relação à falta de estrutura, planejamento e estratégica, é possível perceber o quão forte a razão instrumental está presente nesses indivíduos.

Justificado por uma estrutura enxuta e pelo perfil empreendedor dos empregados, o trabalho dentro da organização é individualizado e, muitas vezes, solitário, como se pode observar nas falas do entrevistado E1 (trechos 009 e 010).

(009) A gente tenta fazer um modelo muito de empreender dentro do trabalho. Hoje nós somos 10, isso contando estagiário, contando dono. Então, por exemplo, quem está olhando para [a área do E1]? Sou só eu. (E1)

(010) Às vezes, a jornada aqui é um pouco solitária, por mais que seja um lugar super legal, na prática, a gente trabalha muito sozinho, fazendo muita coisa, tirando muita coisa do papel, sozinho, mesmo, na raça. (E1)

Mesmo por detrás das estratégias de atenuação (“por mais que seja um lugar super legal”), o trecho (010), enunciado pelo entrevistado E1, deixa transparecer com ênfase (“muito”, “mesmo” e “na raça”) o trabalho solitário dentro da organização. Essa prática influencia (e é ao mesmo tempo influenciada) por uma cultura de

autorresponsabilidade difundida pelos instrumentos de gestão da organização, em especial, observado no processo de avaliação de desempenho.

(011) O processo de *feedback* eu também gosto bastante, porque ele primeiro pergunta, antes de vir uma pessoa já falando sobre você, é você mesmo falando sobre você primeiro, você é a primeira pessoa a ser escutado. Isso eu acho muito importante. Porque é um autoconhecimento e gera autocrítica também. (E3)

(012) E também, eu acho que esse é um momento muito bom, porque a proposta de melhorias não é exatamente uma crítica, é um plano de trabalho. (E1)

O alto grau de individualização é evidente no trecho (011). Percebe-se, pelo uso dos advérbios de intensidade (“bastante” e “muito”), que o entrevistado E3 admira o processo de avaliação da organização porque o método permite que o indivíduo se manifeste primeiro, impedindo que uma crítica externa se sobressaia no processo (“antes de vir uma pessoa já falando sobre você, é você mesmo falando sobre você primeiro”). A vantagem do processo é justificada pelo entrevistado por duas palavras centrais: “autoconhecimento” e “autocrítica”. O uso do prefixo “auto”, que significa “a si próprio”, reforça essa visão individualizada do trabalho e do desempenho na organização. O trecho (012), por sua vez, apresenta a questão pelo prisma da desnaturalização das relações humanas (“a proposta de melhorias não é exatamente uma crítica, é um plano de trabalho”). O estabelecimento de metas e objetivos como modeladores de um padrão para os indivíduos promove essa desnaturalização (Gaulejac, 2007; Linhares, 2014).

(013) E aí você traz autorresponsabilidade para essa pessoa e eu acho que o processo sociocrático é muito bom, porque a pessoa ela tem... ela começa a se perceber, gera autoconhecimento e autorresponsabilidade e a última etapa do processo de avaliação em pares é ela determinar um plano de ação. Na próxima rodada a gente vê o plano de ação para ver se a pessoa efetivamente fez aquilo lá. Então, quando eu fiz a primeira rodada, para mim, foi a melhor coisa que existiu na vida. Porque eu trouxe essa autorresponsabilidade. Eu tento muito olhar para mim como indivíduo e autoconhecimento... eu trilho um processo de autoconhecimento muito grande. E aí quando você consegue ver isso e,

as pessoas, elas repararem que é tudo sobre elas, nunca sobre o outro, né, elas entendem o processo a partir delas lá e que, na verdade, elas precisam se autorresponsabilizar pelas suas ações, porque nada é externo, é tudo interno. Então essa avaliação é muito legal. Indico para todo mundo fazer desse formato. (E2)

O trecho (013) apresenta uma explicação mais detalhada de como funciona o processo de avaliação na organização, que pega emprestado o método do modelo “sociocrático”. A sociocracia é um modelo de governo que possui origem na filosofia positivista de Comte, como um “governo de pares”, preconizando um processo participativo de tomadas de decisão como suporte para a vida em sociedade. De acordo com a página eletrônica da Sociocracia Brasil, o modelo é “um conjunto de princípios, padrões e processos de tomada de decisão, governança, operações e feedback para implementar a autogestão nas organizações, transformando a estrutura e a cultura deixando-as mais resilientes, responsivas e eficazes” (<https://www.sociocracia.org.br/>, recuperada em 25 de maio de 2022). É interessante notar como a intertextualidade discursiva se apresenta entre o texto enunciado pelo entrevistado E2 e a definição de sociocracia de uma organização promotora do discurso organizacional. O ponto central da definição estabelecida pelo discurso institucional é “autogestão”, como o objetivo de todo o processo, que traz como consequência empresas “resilientes, responsivas e eficazes”. Por sua vez, o entrevistado E2 repete diversas vezes as palavras “autorresponsabilidade” e “autoconhecimento”, demonstrando de forma evidente como o discurso externo foi apropriado pela organização. Além disso, é possível observar que a prática discursiva está integrada à prática social, quando o entrevistado E2 alega que o processo de avaliação “foi a melhor coisa que existiu na vida”, internalizando subjetivamente a primazia do processo de desenvolvimento individual.

Nesse sentido, ainda refletindo sobre o trecho (013), fica evidente o processo de individualização na fala do entrevistado, pois “nada é externo, é tudo interno”, corroborando um aspecto da ideologia gerencialista, no qual o indivíduo é o único responsável pelo seu desenvolvimento profissional, dependendo somente de si para crescer e obter melhores vantagens pelo seu trabalho (Gaulejac, 2007; Pimenta & Araújo, 2018).

A gestão na organização em análise também conta com a presença e a implementação de alguns modismos gerenciais, conforme apresentado nos discursos dos entrevistados. O próprio processo de avaliação, discutido previamente, possui tais características:

(014) A avaliação tem também esse formato que estimula muito a comunicação não violenta, né? Eu acho que, principalmente para quem tem mais dificuldade de se expressar, é muito bom você ter uma metodologia que te direciona como você expressar o que você quer dizer. (E1)

(015) E aí você mesmo puxa as pessoas que querem participar... que você quer que participem da sua avaliação. Então, normalmente eu puxo [nomes excluídos] que são pessoas que estão trabalhando comigo. Mais próximo, né? Mais no meu dia a dia. Eu puxo e a gente faz uma reunião de meia hora e aí tem um processinho bem definido, de primeiro falar as coisas boas, enfim. Depois falo os pontos a melhorar e monto um plano de ação assim para as coisas que precisam melhorar, né? (E7)

No trecho (014), muito embora o entrevistado não se coloque como alguém que tenha necessidade de tal metodologia (expresso pela construção do texto na segunda pessoa “é muito bom você ter”), ele reflete sobre as vantagens que as metodologias trazem para o processo, especialmente pela escolha da palavra “direciona”. A “dificuldade de se expressar” é uma característica indesejável, mas a gestão possibilita que se dê um rumo para a expressão dos indivíduos. Por sua vez, no trecho (015), E7 reforça que a atividade

de avaliação consiste em um “processinho bem definido”, que, enfim, permite que a operação siga um caminho sem desvios, sem surpresas.

Os modismos gerenciais aparecem também em outros trechos das entrevistas. As reuniões rápidas de “soluções de tensões” também surgem como uma solução simples para problemas complexos.

(016) Hoje, pra você ter ideia, a nossa reunião... nossas reuniões duram 20 minutos. As reuniões operacionais, que é de check de como é que está cada um, como estão as atividades e metas. A galera agora já não aguenta mais fazer reunião com as pessoas, quando elas não são super estruturadas, porque a gente tem um foco, a gente sabe por que a gente está indo para a reunião. (E2)

(017) O ser humano, ele tem um problema de sempre se botar como vítima, né, e só falar do problema, né, então a gente tem um processo de resolução de tensão, que é do modelo sociocrático, que a pessoa tem que ir lá e falar o que que está acontecendo, o problema, explicar a necessidade dela e trazer uma proposta. Quando a gente começou a implementar isso era muito engraçado, as pessoas ficavam muito preso no problema, no problema, no problema, no problema (faz careta), não saía do problema! Hoje é muito louco, a pessoa fala: tá acontecendo isso, eu preciso disso. E aí elas ficam muito mais presos na solução, e aí pedem rodadas de feedback e aí a gente entra em consenso. Quando todo mundo entrou em consenso, a gente fala: beleza, vamos com essa sugestão aqui. Então isso também conseguiu tirar várias tensões que a gente tinha como equipe. (E2)

Os trechos (016) e (017) se complementam, pois inicialmente, em (016), o entrevistado E2 relata que o uso de reuniões ágeis está bastante difundido na organização, ao ponto que “a galera não aguenta mais” fazer tais encontros de uma forma não estruturada. A escolha do termo “super estruturadas” reflete o uso intertextual do discurso apropriado da Administração científica, radicalizado em uma racionalidade instrumental, que permite que as ações realizadas da organização possuam “foco”. O complemento exposto no trecho (017) ajuda a compreender ainda mais os objetivos das reuniões ágeis. Nesse trecho, o entrevistado E2 estabelece dois eixos antagônicos centralizados textualmente nas palavras “solução” e “problema”, sendo a “solução” resultado de um

processo estruturado, eliminador de “tensões”, e o “problema” algo indesejado, típico do ser humano. Novamente, na brecha da prática discursiva, surge o aspecto da reificação do indivíduo sob o paradigma utilitarista, que promove a despersonalização do homem em prol da eficiência operacional (Pagès *et al.*, 1987).

Os modismos gerenciais também são reconhecidos em modelos organizacionais que promovem horizontalidade da estrutura e a democratização das tomadas de decisão. O modelo sociocrático apropriado pela organização em análise preconiza tal tipo de característica, mas sua aplicação nem sempre é percebida dessa forma.

(018) O nosso modelo, ele é uma sociocracia assim, né? O modelo como ele é montado. Claro que existem hierarquias naturais assim, né? E lideranças mesmo, mas eu acho que a ideia como um todo é para ser montado de forma igual, né? (E7)

(019) Eu acho que a gente tem, tipo, muito mais liberdade para fazer as coisas, para poder falar as coisas, para poder dar ideia, para poder tomar iniciativa, pra fazer alguma coisa e avisar depois, entendeu? Mas, assim, ainda existe a hierarquia, tá? Isso não é apagado. Isso ainda existe. Ainda grande parte das coisas, ainda tem que passar pelo [nomes excluídos] e, conseqüentemente, passar pelo [nomes excluídos] antes de ser confirmado, então, ela ainda existe. (E5)

O texto enunciado pelo entrevistado E7 no trecho (018) apresenta nitidamente tal contradição. Primeiramente, o entrevistado caracteriza o “nosso modelo” (adendo para a apropriação do discurso organizacional pelo indivíduo com a frase dita na primeira pessoa do plural) como “é uma sociocracia”. Logo em seguida, é feita uma ressalva: “o modelo como ele é montado”; e um complemento: “claro que existem hierarquias naturais”. No trecho (019), ocorre algo similar. Ao mesmo tempo que o entrevistado E5 enaltece a “liberdade” para “poder falar”, “poder dar ideia”, “poder tomar iniciativa”, que o modelo permite, o entrevistado também relata que “ainda existe a hierarquia”. É digno de nota que a palavra “ainda”, advérbio de tempo, no sentido de algo que insiste em permanecer, apresenta nesse trecho um tom de descontentamento com a situação.

Nesse sentido, cabe destacar que os modismos gerenciais são apropriados pelas organizações, por meio da difusão do discurso do *management* (Wood Jr. & Paula, 2006; Ituassu & Tonelli, 2014), como soluções simples e ilusórias para problemas complexos. Tais soluções como a autogestão e a descentralização da tomada de decisão fazem com que o trabalhador se sinta incluído pela empresa. No entanto, dificilmente os empregados de tais organizações são envolvidos em decisões relevantes, normalmente se tratam de decisões em nível operacional e as decisões estratégicas cabem a poucas pessoas. A ilusão da participação é uma estratégia de fascínio e sedução que encobre as verdadeiras razões das empresas (produtividade, novas ideias e lucro) e se disfarça de processo emancipatório (Siqueira, 2009).

Corroborando com a questão acima, em alguns momentos os sujeitos da pesquisa buscam enaltecer a liberdade que tem para se manifestarem, darem ideias e contribuir com as pessoas da organização.

(020) Eu acho que a gente consegue criar um campo de confiança nesse processo, porque elas ficam muito à vontade para falar as coisas, sabe? (E2)

(021) Eu acho que a gente tem bastante esse espaço de escuta e de abertura de falar, né? (E3)

(022) Eu gosto desse espaço, de que a gente tem esse feedback, né? De saber pontos positivos e o que pode melhorar, né? E o que que dá para mudar? E é bom ter esse retorno. Aqui é bem aberto quanto a isso aí. (E4)

Na esfera textual, a escolha dos termos “confiança” (020), “à vontade” (020), “abertura” (021) e “aberto” (022) apresentam o sentido de uma organização que procura oferecer para os indivíduos espaços livres de julgamento. Além disso, o uso de advérbios de intensidade (“bastante”, “muito”, “bem”) caracteriza de forma positiva o quanto os indivíduos apreciam os espaços dados pela organização para a livre manifestação de críticas e sugestões. Entretanto, esse discurso nem sempre está presente.

(023) Então, assim, avaliação de pares, ela só funciona se as pessoas que estão te avaliando... se você foi capaz de construir uma cultura de abertura. (E6)

(024) Assim, o quanto confortável [nome excluído] está para dizer que eu sou um bosta? (E6)

No trecho (023), é possível observar uma relação de causalidade onde o processo de avaliação somente “funciona” se “uma cultura de abertura” for “construída”. O trecho (024) complementa o argumento no sentido de que se a abertura não for construída, o indivíduo não estará “confortável” para expressar o que pensa. Como visto anteriormente, tais espaços de abertura são construídos artificialmente nas organizações pelo uso de mecanismos de gestão que favorecem a eficiência do processo e direcionam as pessoas para que eles possam se expressar da forma correta. Assim como na TLTX (Pagès *et al.*, 1987), os lugares de escuta estabelecidos pela organização em análise se apresentam como dispositivos que operam uma gestão afetiva que favorece o domínio sobre as angústias e os sofrimentos experienciados pelos indivíduos, os mediando de forma a maximizar a eficiência da operação e não necessariamente para aliviar as questões de seus empregados.

Nesse sentido, constata-se para a **categoria de análise ideologia gerencialista** que as práticas discursivas dos entrevistados transparecem aspectos do domínio ideológico gerencialista, caracterizado por um conjunto de perfil homogêneo e que compartilha entre si a prevalência pela razão instrumental nas práticas organizacionais, muito influenciado por uma relação intertextual com o discurso empreendedor. Também é presente o processo de individualização e autorresponsabilização, igualmente apropriado do conceito de empresariamento de si, difundido pelo discurso do empreendedorismo. Essas características têm como consequência uma fácil adesão a

processos gerenciais que buscam otimizar eficiência e evitar conflitos, desumanizando a gestão e promovendo a reificação dos indivíduos.

Por se tratar de uma empresa inserida no contexto brasileiro, contemporâneo, regido pela lógica capitalista e neoliberal, é compreensível que a organização reproduza a ideologia gerencialista em seu cotidiano. No entanto, por se tratar de uma organização inserida no campo do empreendedorismo social, a análise do discurso não pode se ater somente ao aspecto da gestão, mas também de como a prática discursiva de seus membros se comporta em relação às esferas políticas e sociais. A próxima categoria de análise enveredará por esse caminho.

4.2. Categoria 2: Racionalidade neoliberal

Esta categoria de análise se propõe a responder ao segundo objetivo específico desta pesquisa: identificar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos sujeitos da pesquisa. Dessa forma, buscou-se observar manifestações discursivas relacionadas à presença de uma racionalidade economicista e neoliberal (Dardot & Laval, 2016), especialmente no contexto político e social do campo de atuação profissional dos entrevistados.

Nesse sentido, inicialmente, os sujeitos da pesquisa foram incitados a tecer suas considerações sobre o debate da participação da iniciativa privada e do Estado na resolução de problemas sociais. Em uma análise preliminar, é possível observar que, em princípio, os entrevistados se mostram neutros e moderados em seus posicionamentos, manifestando a necessidade de uma colaboração de toda a sociedade para a questão social.

(025) Eu acho que do final das contas, é uma responsabilidade de todos.
(E1)

(026) Eu acho que cabe a iniciativa de um todo né? De governo, empresas, comunidade, o bairro, o Estado. Eu acho que é como um todo, né? Não é só o governo que tem que fazer isso. (E4)

(027) Então acho que tem esse dever de todos, assim, tanto do governo, quanto da sociedade, quanto das empresas, quanto da gente, como indivíduo, enfim, eu acredito que tudo é uma via colaborativa mesmo, né? (E3)

Os trechos (025), (026) e (027) acima demonstram claramente o ponto de vista neutro dos entrevistados sobre o tema, sendo que a obrigação para cuidar dos aspectos de bem-estar social não deve ser somente do Estado (“não é só o governo que tem que fazer isso”). Entretanto, no quê está fundamentada tal “neutralidade”?

(028) A gente tinha um lema que a mudança é individual e o benefício é coletivo. E assim, é claro que o governo tem que ter uma parte super importante nisso, principalmente nas questões políticas públicas, mas eu acho que o que a [nome da organização excluído] fomenta como como instituição, é tentar trazer os empreendedores para essa linha de mudança assim mesmo, né? (E7)

O trecho (028) é emblemático nesse sentido. A sentença “a mudança é individual e o benefício é coletivo” é caracterizada pelo entrevistado como um “lema”, sendo que um lema é algo utilizado para descrever um ideal de forma breve. Assim, infere-se que, no aspecto ideológico, o entrevistado se apropriou o processo de individualização típico da conduta neoliberal (Dardot & Laval, 2016). Além disso, é possível identificar que, mesmo utilizando de estratégias de atenuação (“é claro que o governo tem que ter uma parte super importante nisso, principalmente nas questões políticas públicas”), o entrevistado acredita, em contraposição (estabelecida pela conjunção “mas” logo em seguida), que a mudança necessária para o social é a presença de empreendedores nesse cenário. Dessa maneira, percebe-se que a neutralidade apresentada inicialmente na prática discursiva dos entrevistados, na verdade, trata-se de uma estratégia de atenuação para uma presença maior de uma instrumentalidade individual e empreendedora no processo

de transformação social. A responsabilidade pelo bem-estar social passa a não ser responsabilidade do Estado, mas deve ser compartilhada, dentro de uma visão universalizante de uma razão empresarial (Dardot & Laval, 2016; Eikenberry & Kluver, 2004; Siqueira & Mendes, 2014).

O discurso dos entrevistados, após a suposta neutralidade exposta anteriormente, evolui e complementa a questão em outro aspecto. De acordo com os sujeitos da pesquisa, a participação coletiva preconiza estabelecer uma segregação sobre onde o Estado deve atuar.

(029) Com a dimensão dos problemas que a gente tem no Brasil, totalmente, o Estado precisa atuar e precisa ser responsável pelo fornecimento das necessidades mais básicas. Então, assim, o acesso a água potável, a saneamento básico, a educação, a coisas que são o básico da estrutura para um Estado progredir, eu acho, que o Estado precisa ter ingerência nesse sentido, para garantir que as pessoas tenham acesso a isso, independente da condição econômica. (E6)

Analisando isoladamente o trecho (029) é possível observar uma modalização no texto, por intermédio da repetição do termo “precisa”, que apresenta um teor imperativo para o discurso em prol da participação estatal no âmbito social. No entanto, é possível reparar que o entrevistado estabelece o limite para a ação do Estado nas “necessidades mais básicas”, deixando subtendido uma segregação de responsabilidades entre o público e o privado. O trecho (030) a seguir complementa essa questão.

(030) O Estado, ele acaba chegando primeiro em alguns lugares, então a gente não consegue, como empresa, fazer determinadas ações sem a regulação do Estado, sem ter, por exemplo, assim... tem áreas que são super isoladas, não tem segurança, não tem transporte, não tem o mínimo de infraestrutura, sequer pra fazer uma ação da empresa, né? E aí, quando a empresa vai fazer, se não tem essa estrutura do Estado, acabam sendo ações pontuais, então, para ações contínuas, eu acho que é um papel de todos, mas que requer também, né, essa... o pioneirismo do Estado em dar algum tipo de infraestrutura. (E1)

Pode-se apreender pelo discurso enunciado pelo entrevistado E1 que essa segregação se dá por uma relação de dependência entre a iniciativa pública e a privada no campo do desenvolvimento social, manifestada pela limitação das empresas (“a gente não consegue, como empresa” e “ações pontuais”) em atuar na resolução de problemas fundamentais da sociedade (“segurança” e “transporte”, por exemplo). Nesse sentido, o entrevistado E2 complementa o argumento no trecho (031) a seguir.

(031) Eu acho que as empresas, elas têm uma habilidade mais rápida de ser ágil e o governo tem capacidade de escalar, entendeu? É... eu ficaria numa coisa meio termo assim, eu acho que tem que pegar o lado bom das duas, entendeu? A capilaridade do governo de conseguir expandir isso e a capacidade ágil, inovadora do privado para conseguir pegar uma solução muito bacana, escalar. (E2)

É possível observar na prática discursiva que o entrevistado E2, ao relacionar o privado como “ágil” e o governo como capaz de “escalar” (dar escala, no sentido de tornar mais amplo o alcance das ações sociais), e, ainda, ao qualificar essas duas características como “o lado bom das duas”, deixa subtendido o não-dito: o público não é ágil e o privado não tem capacidade de escala; sendo necessário que um ente complemente o outro. O raciocínio continua no trecho (032).

(032) A gente como instituição conseguiu levantar o debate, conseguiu reunir atores, conseguiu fazer muita discussão sobre, mas para fazer ações a gente não podia fazer sem a participação do governo. Tanto que teve muito resultado em termos de encaminhamentos, mas já de ações em si, não teve, porque depende do governo, né, é... do Estado no caso, né? Então, em alguns casos fica um pouco, principalmente em questão de regulação, fica muito dependente, assim, né? (E1)

Percebe-se, então, que existe um limite para ação social da iniciativa privada (“a gente não podia fazer sem a participação do governo”), evidenciado pela fala do entrevistado sobre a relação de dependência do Estado para que seja possível “realizar”, “fazer” as ações sociais. Dessa forma, quando os trechos (029) a (032) são analisados em conjunto, é possível observar que o discurso enunciado não se trata de necessariamente

de uma preocupação sobre um trabalho de cooperação entre as duas esferas. É possível identificar pela prática discursiva que a participação do Estado na “colaboração” proposta tem base em uma razão instrumental, que visa uma maior abertura para que empresas possam atuar de forma mais ampla no campo social.

No momento que a “colaboração” entre o público e o privado falha em apresentar resultados, a prática discursiva dos entrevistados passa a integrar ainda mais a racionalidade neoliberal e as críticas ao papel do Estado começam a surgir de forma menos sutil nos trechos apresentados na sequência.

(033) Cara, é muito complicado. Porque eu diria, assim, para você, num mundo perfeito, o Estado daria conta. Num mundo perfeito, eu acho que isso seria dever do Estado. Mas não é perfeito, é longe de ser perfeito. (E5)

No trecho (033), o entrevistado apela à noção de utopia ao descrever que o Estado somente “daria conta” (de resolver os problemas sociais) caso o estágio atual fosse de um “mundo perfeito”. Diante da constatação de que o mundo não é perfeito (e “longe de ser”), adentra-se no cenário “real” (e pragmático), no qual o Estado se mostra incompetente para cumprir o seu “dever” de conduzir as questões sociais.

(034) Olha, eu acho que faltam... no caso, falar mais como cidadão, né, mas falta muita gestão mesmo, né, falta direcionamento dos recursos. A burocracia, por um lado, evita que certas coisas aconteçam, principalmente em termos de corrupção, precisa de um certo nível de burocracia, mas, por outro lado, ela também trava muitas coisas, né, os processos são muito lentos. Por ser lento e não ser modernizada, às vezes, quando a solução chega, ela já é ultrapassada, né? O tempo que ficou tramitando uma solução, quando ela vai ser implementada, o problema já é outro, o problema já aumentou, o problema já mudou, então acho que para o estado falta um pouco de modernização da gestão para conseguir implementar mudanças. (E1)

(035) Eu acho que no governo tem muita burocracia. É... ele parte do princípio que a pessoa vai fazer alguma coisa errada, parte do princípio de que a organização vai fazer coisa errada e torna um negócio muito burocrático, né? A gente está fazendo um projeto com organização aí do governo. Um ano pra gente fazer uma ação de inovação, de inovação!

Estou falando de uma coisa de inovação, inovação aberta! Então, um ano conversando, entrando no processo para conseguir... Então, você perde muito tempo. Agora, você vira para um Facebook da vida, a gente fez um negócio em dois meses, três meses, entendeu? (E2)

Por sua vez, em termos de intertextualidade, os trechos (034) e (035) são dominados pela apropriação de termos utilizados no discurso neoliberal que costuma caracterizar o Estado como ineficiente, incompetente e atrasado (“falta muita gestão”, “burocracia”, “processos são muito lentos”, “falta um pouco de modernização”). Além disso, no trecho (034), para legitimar sua fala, o entrevistado se coloca em um lugar de fala, como “cidadão”, o que demonstra de forma evidente como a razão neoliberal está internalizada no sujeito. É possível perceber o racional instrumentalizado também no trecho (035), onde o entrevistado se mostrou indignado em levar “um ano” para desenvolver uma “ação de inovação” (“de inovação!”). Na resposta não é possível saber as causas para a demora, subtende-se tratar da “burocracia” estatal. Entretanto, o entrevistado considera esse tempo de desenvolvimento uma perda de tempo (“então você perde muito tempo”). Nesse sentido, observa-se que não existe espaço, na sociedade contemporânea, para a contemplação, reflexão, ou mesmo processos que busquem a redução de riscos na implementação de atividades pelas organizações, pois, na atualidade, da mesma forma que na “sociedade industrial” (Adorno & Horkheimer, 1985; Marcuse, 1973), tudo deve ser realizado conforme uma racionalidade que apresente resultados de forma ágil e eficiente, sem perda de tempo, sendo que tal razão se torna um instrumento que aparelha o maquinário de dominação, reifica sujeitos e elimina o conceito de pluralidade de consciência.

Nesse sentido, o entrevistado E1 apresenta uma possível solução.

(036) Talvez se o formato do Estado for diferente, é... um pouco mais liberal, dependendo da situação, seja possível a empresa fazer mais coisas. (E1)

No trecho (036), é possível perceber a orientação político-econômica do entrevistado na proposição de um Estado “um pouco mais liberal” como solução para que a empresa possa “fazer mais coisas”. Tal prática discursiva compreende o ideal de um modelo universalizante de uma razão empresarial, na qual a ineficiência e precarização do Estado seria resolvida por meio de atitudes empreendedoras (Paula, 2005; Siqueira & Mendes, 2014). O Estado para se legitimar deve aderir ao que é entendido como a razão padrão do mundo (Dardot & Laval, 2016).

Curiosamente, o discurso dos entrevistados apresentou também crítica ao papel das empresas no cenário social brasileiro, como se pode observar no trecho (037) a seguir.

(037) Eu acho que é muito é fácil as empresas então olharem para isso e falar assim: ‘ah então se o Estado já tem que fazer isso, lavo minhas mãos, né?’ Quando isso não é verdade, porque muitos dos impactos negativos sobre essas comunidades vulnerabilizadas são causados por empresas também, principalmente impactos ambientais. (E6)

Para justificar a atividade empresarial no campo das ações sociais, o entrevistado E6 abre aspas e fala como se fosse uma empresa que lava suas mãos para os problemas sociais, já que o Estado tem a obrigação de atuar nesse sentido. Textualmente, E6 utiliza um recurso narrativo para exemplificar um modo de agir como base para a argumentação seguinte, na qual o entrevistado indica que os “impactos negativos” (pelo menos parte deles) são causados por empresas. Nesse sentido, ainda, E6 complementa.

(038) Eu acho que a empresa, como parte daquela comunidade ali, ela tem o dever e a responsabilidade de olhar para o entorno daquilo e entender que o desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, não vai acontecer de uma maneira plena, a não ser que você leve a sociedade inteira com você, não tem como. Então você acha que pode acumular todas as riquezas do mundo, né, achar: ‘ah que maravilha!’, mas aí: (voz de deboche) ‘nossa, eu não posso sair do muro da minha mansão, porque posso ser sequestrado...’ porque? porque você não reparte, você não tá, tipo, levando, minimamente, parcelas da sociedade que você poderia se responsabilizar. (E6)

No trecho (038), o entrevistado apresenta um tom textual de responsabilização empresarial sobre os problemas sociais por meio da escolha dos termos “dever” e “responsabilidade”, além do uso recorrente de aspas para exemplificar seus argumentos. Trata-se de um discurso elaborado, didático e prontamente apropriado de forma intertextual de outros contextos, como o discurso da responsabilidade socioambiental empresarial, muito propagado atualmente como princípios ASG (uma sigla para ambiental, social e governança). Em primeira análise, o discurso pode apresentar um tom de resistência a ideologia neoliberal hegemônica. No entanto, é importante observar que o discurso apropriado da responsabilidade socioambiental das empresas, no contexto social, possui um objetivo utilitário de preservação e melhoria do imaginário organizacional na contemporaneidade, apresentando-as como empresas restauradoras da “ética e da moralidade” (Freitas, 2000, p. 40). Além disso, tal representação empresarial reflete o “novo espírito do capitalismo”, que assume o modo de atuação empresarial como a forma mais adequada para promover processos de sustentabilidade e transformação social (Boltanski & Chiapello, 2009; Kazmi *et al.*, 2016).

A apropriação de discursos também pode ser observada nas falas dos entrevistados sobre suas percepções relacionadas ao campo do empreendedorismo social e de como os negócios de impacto podem contribuir para a solução dos problemas sociais. Nos trechos apresentados a seguir é possível observar a presença do discurso do empreendedorismo e do empreendedorismo social na fala dos entrevistados, o qual impressiona pelo caráter positivo dado ao setor.

(039) Porque não criar empresas ou organizações, vamos falar, assim, porque não criar organizações que geram lucro, prestam serviços, vendem produtos e, ao mesmo tempo, resolvem problemas sociais, né? Então, todo o conceito, é maravilhoso. (E6)

No trecho (039), o entrevistado resume de forma simplificada o conceito do empreendedorismo social, organizações de finalidade econômica ou lucrativa, cujos produtos ou serviços são orientados a resolver problemas sociais. Textualmente, o entrevistado começa a sua fala com “porque não”, uma estrutura que inicia uma pergunta, no caso, retórica, mas que deixa transparecer um tom de ousadia ao propor a junção das ideias de lucro e de intervenção social, como que, inadvertidamente, consciente do paradoxo que existe entre elas. No final, o entrevistado conclui dizendo que o conceito é “maravilhoso”, um adjetivo que expressa o quão positivamente o empreendedorismo social é tratado por seus membros, tendo em vista que maravilhoso significa algo que causa deslumbramento, admiração e fascínio.

(040) A gente está num processo de mudança de cultura dentro de várias empresas, ainda é um grande caminho a ser percorrido, mas eu acredito em responsabilidade compartilhada. (E6)

(041) Então acho que o empreendedorismo de impacto tem muito essa força de comunidade mesmo, de conectar as pessoas e mudar realidades locais. (E1)

(042) A gente tem que... a gente tem que ser um agente transformador mesmo assim, né? (E7)

Os trechos (040), (041) e (042) exemplificam o processo de apropriação discursiva dos membros do empreendedorismo social. Nesse contexto, cabe ressaltar que o campo do empreendedorismo, em geral, é povoado de organizações intermediárias que propagam um discurso institucionalizado, no qual as palavras “mudança” e “transformação” ganham destaque. Dessa forma, é possível perceber no discurso enunciado pelos entrevistados como tais termos caracterizam a forma que esses indivíduos enxergam o mundo e influenciam sua prática social. Por sua vez, os trechos (043) e (044) apresentam outra manifestação de apropriação do discurso do empreendedorismo social.

(043) É uma coisa um pouco mais humana, sabe, cara, eu acho que, assim, velho, se você pode fazer, se você pode fazer a diferença, se você pode ajudar alguém, eu acho que você tem o direito, o dever moral de fazer isso, sabe, então... (E5)

(044) Então eu acho que uma das uma das grandes diferenças é essa. Então, tipo, eu acho que é uma colaboração das pessoas muito grande, sabe? Eu acho que qualquer pessoa que passar e puder te ajudar... e ela vai querer te ajudar, porque... acho que pelo motivo de estar todo mundo ali, fazendo pelo bem comum assim, sabe? (E5)

“Bem comum” e “dever moral” são termos que evocam às motivações da retórica do setor que alimentam o imaginário social e produzem um engajamento que seduz e fascina os indivíduos. Tais motivações não se restringem a benefícios individuais, mas transcendem para o chamado “bem comum” (Casaqui, 2015). Dessa forma, estimula-se um ciclo ideologizante de uma prática discursiva que alimenta a prática social desses indivíduos (e vice-versa).

Cabe ressaltar que o discurso do empreendedorismo social não está somente atrelado ao ideal transcendente do “bem comum”. Na verdade, tal discurso propaga também a instrumentalidade da razão, oriunda da retórica empreendedora, como se pode observar nos trechos a seguir.

(045) O empreendedorismo de impacto, pela minha percepção, ele consegue colaborar, porque é o foco dele, não é uma parte da empresa que vai estar trabalhando com isso. (E1)

No trecho (045), o entrevistado parte de uma construção textual caracterizada por uma suposição (“pela minha percepção”), estabelecendo uma contraposição entre os negócios de impacto e empresas convencionais. O uso do termo “foco” é central no argumento e remete ao sentido utilitário do trabalho. Inere-se de tal discurso que não há espaço para caminhos divergentes, existindo apenas uma finalidade e todos os meios devem estar voltados para ela. Nesse sentido, o entrevistado E5 complementa.

(046) Eu diria que é muito mais agilizado. Eu diria que é um processo muito mais agilizado. Eu acho que a gente costuma a fazer... a colocar a mão na massa das coisas um pouquinho mais rápido, sabe? Eu acho que as coisas são um pouquinho mais engessadas. Eu acho que a gente pensa um pouquinho mais no vamos fazer agora, vamos começar, vamos deixar rodar logo. (E5)

Da mesma forma, no trecho (046), o entrevistado E5 procura enaltecer o trabalho realizado pelas organizações do campo do empreendedorismo social ao estabelecer a contraposição entre os negócios de impacto e outras organizações. O uso de adjetivos “agilizado” e “rápido”, bem como das expressões “vamos fazer agora” e “vamos deixar rodar logo”, indica o senso de urgência característico das iniciativas contemporâneas de inovação.

(047) Eu acho que qualquer empresa consegue fazer alguma coisa a respeito de impacto social. Dá para qualquer tipo de negócio, você consegue... adicionar um impacto social, sabe? Basta você ser um pouquinho criativo e, lógico, trabalhar! Dá trabalho. (E5)

No trecho (047) é possível perceber o teor totalizante presente no discurso do empreendedorismo social. Para o entrevistado E5, “qualquer empresa” e “qualquer tipo de negócio” pode ter objetivos de impacto social. Essa afirmação ambiciosa é embasada em um argumento que, novamente, é apropriado do discurso do empreendedorismo, mais especificamente do *ethos* empreendedor: “basta você ser um pouquinho criativo e, lógico, trabalhar”.

Voltando à questão do “bem comum”, cabe ressaltar que a prática discursiva reflete uma contextualização social de instrumentalização do “fazer o bem”, como se pode observar nos trechos (048) e (049) a seguir.

(048) Acho que ele vende o porquê dele, então quando você vai trabalhar com empreendedorismo de impacto, se você consegue um vender o seu porquê, que são as causas sociais, que são os problemas que você está tentando resolver, o dinheiro vem naturalmente, né? (E1)

(049) É mais fácil, porque tudo que tem um propósito acaba brilhando um pouco os olhos das pessoas para consumir, para comprar, para participar. (E1)

No aspecto textual, o entrevistado E1, em (048) repete o substantivo “porquê” no sentido de propósito (ou objetivo), explicando que esse “porquê” são as “causas sociais” e evidenciando que no âmbito do empreendedorismo social não se vendem produtos ou serviços, vendem-se, na verdade, causas sociais e o “dinheiro vem naturalmente”. No trecho (049), o entrevistado E1 complementa o argumento. O “propósito” cumpre a função de brilhar os olhos (uma isca) “para consumir, para comprar, para participar”. Dessa forma, é possível perceber a aproximação que o discurso apresentado faz com a razão neoliberal, que busca centralizar todos os aspectos da vida (no caso, as causas sociais) em torno de ideais economicistas (Dardot & Laval, 2016).

No que toca à questão da mercantilização das causas sociais, os entrevistados têm muito a dizer.

(050) Eu reconheci que negócio de impacto era o que eu queria trabalhar, porque eu gosto muito de dinheiro, acho que dinheiro realiza as coisas, né, a gente tem que tirar o tabu em relação a dinheiro e eu queria fazer o bem, né, social, assim, na comunidade. (E2)

No trecho (050), o entrevistado E2 exprime por qual motivo decidiu atuar no campo do empreendedorismo social e a junção entre o “fazer o bem” e o “dinheiro” aparenta ser o fator decisivo para a tomada de decisão na carreira. Ademais, o aspecto textual é emblemático por conta da ênfase dada (“eu gosto muito de dinheiro”) e o processo de personalização do dinheiro ao atribuir-lhe uma ação (“dinheiro realiza”). É possível observar também uma estratégia de atenuação do discurso quando o entrevistado atesta que “tem que tirar o tabu” sobre o dinheiro em cenários de transformação social. Nesse sentido, E1 continua.

(051) E como eu vim parar aqui? Muito por causa dessa vontade de trabalhar com objetivo de desenvolvimento sustentável... ESG... Comprovar uma tese também, né? Que é a tese de que você pode fazer dinheiro resolvendo um problema local, que foi... o que é, basicamente a tese de empreendedorismo de impacto, né? (E1)

A comprovação de uma tese aparece como argumento central nesse trecho proferido pelo entrevistado E1 e, novamente, se trata da junção entre o “dinheiro” e a solução de problemas sociais. A utilização do termo “tese” apresenta um sentido de que a proposição feita pelo empreendedorismo social é teórica e precisa ser defendida e comprovada para ser legitimada. Ainda sobre esse tópico, o entrevistado E3 complementa.

(052) Todo mundo precisa de dinheiro, né? Acho também que é a mudança da mentalidade do dinheiro também, né? Em relação ao dinheiro, tipo, dinheiro, ele é necessário para as pessoas, enfim, movimentarem suas vidas, etc. E eu acho que antes tinha muito uma carga pesada em cima do dinheiro, também, negativo. E eu acho que não... que tem que mudar essa visão também de que, enfim, as pessoas falarem mais sobre dinheiro, etc, que o dinheiro é um grande viabilizador de muitas coisas mesmo e que o impacto pode estar atrelado ao dinheiro sim, não só pode, como acho que deve, justamente para as pessoas colocarem mais energia nisso para a gente ter mais mudança ainda. (E3)

Assim como o entrevistado E1 enuncia no trecho (050), o entrevistado E3 também diz que “tem que mudar essa visão” sobre o dinheiro. A “carga pesada” e o aspecto “negativo” relacionado ao dinheiro não se sustenta, porque “todo mundo precisa de dinheiro”. Percebe-se, pela escolha de adjetivos usados para qualificar o dinheiro (“necessário” e “viabilizador”), que o aspecto econômico é bastante valorizado pelo entrevistado. Ainda de acordo com o entrevistado, o “impacto” (as mudanças sociais) pode (“não só pode, como deve”) estar atrelado ao dinheiro, porque a presença de recursos financeiros permite que as pessoas coloquem “mais energia” no processo, promovendo mais mudanças sociais. Para aprofundar essa questão, o entrevistado E3 apresenta novos argumentos.

(053) Por que que grandes empresas ganham muito, muito, dinheiro e com coisas que nem estão contribuindo para impactar positivamente... e quem está fazendo, por exemplo, as ONGs, etc, tem que ser sem fins lucrativos? As pessoas que estão trabalhando lá não podem ganhar dinheiro com isso? Porque eu acho que é isso que, por exemplo, como voluntária antes, eu sentia, nossa, eu gosto tanto de fazer isso, mas por que que eu não posso ganhar dinheiro com isso? Viver disso? Por que que eu tinha que ter um trabalho numa empresa X, que não está causando impacto nenhum e tenho que fazer isso por hobby, no meu horário que eu consegui, enfim, uma energia que sobrar? Por que que eu não posso juntar as duas coisas? (E3)

No trecho (053), o entrevistado E3 articula um argumento contrapondo a posição de três tipos de organizações: as empresas tradicionais, as organizações sem fins lucrativos e os negócios de impacto social. De acordo com o entrevistado, existe um pesar em trabalhar tanto em uma empresa tradicional, que “não está causando impacto nenhum”, quanto em uma ONG, onde o trabalho é voluntário e ele não poderia “ganhar dinheiro com isso”. Para o entrevistado o empreendedorismo social surge como uma oportunidade de “juntar as duas coisas”, ganhar dinheiro em um trabalho que promove impacto social.

Articulando a análise da prática discursiva dos trechos elencados na **categoria de análise racionalidade neoliberal**, foi possível constatar que a atuação dos entrevistados possui uma motivação pautada primordialmente por uma racionalidade de mercado, sendo que tal comportamento observado corrobora a visão do empreendedorismo social como um processo de justificação do capitalismo (Boltanski & Chiapello, 2009; Casaqui, 2015; Sinato, 2016), centralizado em uma racionalidade instrumental e ideologicamente alinhada com a razão neoliberal (Dardot & Laval, 2016), onde a presença do Estado é utilitária para o alcance dos benefícios propostos pelas empresas de impacto social e a noção de “bem comum” é instrumentalizada para acesso à recursos financeiros.

Foi possível ainda apreender pelos discursos enunciados que o campo do empreendedorismo social se mostra bastante distante do paradigma do dom (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003), estando muito mais próximo do paradigma utilitarista.

4.3. Categoria 3: Conflitos e contradições

Esta categoria de análise se propõe a responder ao terceiro objetivo específico desta pesquisa: identificar os traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos. Dessa maneira, procurou-se observar verbalizações conflituosas que apresentassem contradições entre argumentos que pudessem trazer à tona diferentes racionalidades por parte dos entrevistados. Esta categoria complementa a categoria anterior no sentido de apresentar possíveis sinais de resistência à razão neoliberal.

Como visto anteriormente, os entrevistados possuem uma visão extremamente positiva do campo do empreendedorismo social. Pelo que se pode apreender dos discursos, os negócios de impacto instrumentalizam as ações sociais como meio para trazer retorno financeiro para garantir a sustentabilidade das organizações e das atividades que elas realizam. De acordo com o entrevistado E2:

(054) Então, o negócio de impacto ele vem muito com esse intuito, assim, de entender a necessidade da comunidade onde ele está localmente, para, beleza, eu consigo criar um serviço ou produto que me dá mais recurso para conseguir ampliar essa capacidade de atuação. Então esse modelo... essa roda, né, esse modelinho, ele tem uma capacidade muito grande escala nesse sentido, né? (E2)

No trecho (054), o entrevistado E2 atrela o consumo de serviços e produtos a uma questão de “necessidade da comunidade”. A escolha da palavra “necessidade” é

relevante, porque não se trata de uma demanda econômica ou de um desejo de consumo, mas sim uma “necessidade”, provavelmente vinculada a situações de vulnerabilidade social. O negócio de impacto, então, explora tal necessidade em busca de recursos financeiros e ampliação da “capacidade de atuação”. Para o entrevistado E2, esse modelo possui uma “capacidade muito grande de escala” e nesse ponto, observa-se uma contradição no discurso, conforme apresentado nos trechos a seguir.

(055) O povo do privado fala: ‘não, beleza, eu vou resolver!’ Só que ele não consegue ter a escala que o governo tem, a gente pode falar, por exemplo, do negócio da pandemia que deram distribuição de renda. Cara, conseguiu... sei lá, quantas milhões de pessoas? Né? O privado vai fazer uma ação, igual a gente faz aqui com empresas, é local, às vezes, a gente não consegue, né? A gente fez uma ação, por exemplo, pra distribuir um milhão para empreendedores... foram 300 e poucos empreendedores. (E2)

(056) Olha, ainda é um papel pequeno em termos de envergadura, a gente sabe que hoje negócio de impacto eles são uma grande minoria no Brasil, e no mundo também, por mais que a gente, às vezes, a gente fica muito envolvido dentro do ecossistema e acha que não, mas são uma grande minoria sim, mas, assim, eu acredito muito no conceito. (E6)

No trecho (055), por sua vez, o entrevistado E2 expressa que a iniciativa privada “não consegue ter a escala que o governo tem”. Tal afirmação contrasta com seu próprio discurso de capacidade de escala dos negócios de impacto social apresentado no trecho (054). Nesse sentido, o entrevistado E6 explica, no trecho (056), que o campo ainda tem “um papel pequeno” e as empresas de impacto social “são uma grande minoria”, mas que, por conta dos membros estarem “muito envolvidos”, eles acham que não. Essa prática discursiva corrobora o entendimento de Enriquez (2007) sobre a construção de um sistema simbólico que estabelece narrativas e serve de base para manutenção dos grupos sociais. O discurso do empreendedorismo social, introjetado na subjetividade dos sujeitos (“a gente fica muito envolvido”), é capaz de proporcionar idealizações de que tudo é possível (Enriquez, 1990). No presente contexto, tal idealização se encontra na

verbalização de um potencial de escala “muito grande” (no trecho 054), mas que é desconstruída logo em sequência com a reflexão sobre a implementação concreta das ações que não conseguem atingir a escala idealizada.

Os entrevistados também foram consultados sobre seus pontos de vista sobre a participação de organizações sem fins lucrativos no âmbito da promoção de respostas a demandas sociais. Inicialmente, os sujeitos da pesquisa indicam que há espaço para todos, como se pode observar nos trechos (057) e (058) a seguir:

(057) Eu acho que todas as formas devem existir, mas deve existir de uma forma conjunta, em que sai o melhor de cada um, então eu acho que filantropia tem que existir, por exemplo, tem gente passando fome, tipo, tem que dar comida para essa pessoa, porque se ela não consegue comer, ela não consegue nem pensar, entendeu? (E2)

(058) Eu acho que, assim, eu não gosto de excluir nenhuma possibilidade, que nem eu falei, porque eu prefiro ir ali entregar uma marmita, pra alguém que precisa, por mais que isso não vá mudar os grandes problemas do mundo, mas eu estou fazendo pelo menos uma ação, prefiro fazê-lo do que não fazê-lo. Então, não acho que tem que acabar nenhuma ONG, nenhuma organização sem fins lucrativos. (E3)

No trecho (057), o entrevistado, por intermédio da modalização do verbo “dever” e “ter”, enfatiza a necessidade da existência de ações que atuem em conjunto no cenário de impacto social (“todas as formas devem existir”, “a filantropia tem que existir”). A ênfase nesse argumento ainda é realçada pelo caráter exemplificativo que remete à conclusão de que quem “não consegue comer”, “não consegue nem pensar”.

Superficialmente, o trecho passa a impressão de uma racionalidade substantiva, caracterizada pela urgência em dar condições para quem não tem como suprir suas necessidades básicas. No entanto, a análise da prática discursiva, considerando os demais trechos enunciados, permite indicar que a preocupação em resolver os problemas sociais é instrumentalizada, ao ponto do estabelecimento de diferentes graus de importância para as demandas sociais, que, dependendo da sua especificidade, podem ser atendidas pela

filantropia, pelo Estado ou pelas empresas de impacto social. Nesse sentido, no trecho (058), o entrevistado E3 evidencia essa questão ao dizer que não gosta de “excluir nenhuma possibilidade” e valorizar uma entrega de “marmita” para quem precisa. Contudo, o entrevistado abre uma ressalva digna de nota: “por mais que isso não vá mudar os grandes problemas do mundo”. Muito rapidamente, dentro da mesma formação discursiva, o sujeito se contradiz, demonstrando o processo de apropriação da racionalidade instrumental que aparenta sempre estar guiando a conduta dos indivíduos, mesmo quando se trata de aspectos do domínio da solidariedade.

Na sequência surge uma reflexão: existe limite para a mercantilização do trabalho social?

(059) Eu acho que tem alguns temas como esse, que é o caso dos povos originários, que é um pouco delicado ainda para as ONGs fazerem a transição, né? Como que você vai transformar isso em um negócio? Como que você vai levar isso para as comunidades? (E1)

(060) Então acho que para alguns tópicos ainda é um desafio, mas que para a maioria vai ser o futuro dele, sim, e que é até um passo à frente do que hoje as empresas já estão, que é o ESG, né? Acho que o futuro é o empreendedorismo de impacto. (E1)

(061) É um mercado que movimenta dinheiro, né? E por isso mesmo, tantas empresas estão se direcionando para isso. Seja ONG, seja qual for o modelo que for... (E1)

Pode-se observar pela evolução do discurso enunciado nos trechos (059) a (061) que, aparentemente, não há tal limite. Inicialmente, no trecho (059), o entrevistado indica ser “um pouco delicado” fazer a transição de um modelo sem fins lucrativos para um negócio de impacto, quando se trata de uma intervenção junto a comunidades indígenas. Entretanto, a presença do advérbio “ainda”, demonstra que, para o entrevistado, tal transição não é impossível. No trecho (060), o entrevistado E1 complementa ao dizer que “para alguns tópicos ainda é um desafio” (novamente o uso do “ainda”) e atesta que “o

futuro é o empreendedorismo de impacto”. Por sua vez, no trecho (061), o entrevistado E1 explica porque as organizações, “seja qual for o modelo”, estão se direcionando para o mercado de impacto social: “movimenta dinheiro”. É possível observar, mais uma vez, como, contraditoriamente, o discurso evolui de uma reflexão que se apresenta no campo de uma razão aparentemente substantiva (no trecho 059) para um discurso enraizado na razão neoliberal (no trecho 061). Nesse sentido, as organizações sem fins lucrativos precisam se conformar ao padrão do mercado (Salimon & Siqueira, 2013) e tal discurso é corroborado pelos entrevistados.

(062) Eu acho que com certeza o melhor caminho para as organizações em geral do terceiro setor é seguir para se tornar um negócio de impacto. Porque é... porque... por causa disso, justamente, eu acho que assim profissional... crescimento vem com profissionalização, profissionalização vem com estrutura, estrutura só vem se você tem, uma garantia de quantias básicas para o funcionamento daquela organização. (E6)

(063) Então, assistência é necessária, tá? Só que para isso acontecer, a organização, de uma maneira bem gerida, com bons resultados, ainda mais quando se exige tanto dessas organizações, elas precisam ter um mínimo de estrutura. (E6)

(064) Espaço tem né? É, não é o que eu, [nome excluído], acredito que seja um modelo ideal para fazer as transformações. Mas eu acho que espaço tem e se o trabalho for bem-feito, vai ajudar de qualquer jeito, né? É, mas, enfim, eu realmente tenho uma cabeça um pouco mais voltada para o empreendedorismo, enfim, para tentar fazer a mudança por meio do empreendedorismo. (E7)

(065) É muito difícil você convencer alguém a dar 10 milhões de reais para uma ONG, sendo que a ONG não vai ter como devolver ou não vai ter como, pelo menos, assim, fazer aquele dinheiro... de se revoltar aquele dinheiro... não sei explicar isso... não sei a palavra certa para explicar isso. Mas a gente, como um negócio de impacto, eu acho que a gente, além de fazer todas essas mudanças, todas essas ajudas, a gente visa também fazer um processo dentro disso, fazer uma empresa dentro disso, fazer dinheiro dentro disso, sabe? Porque tem muito dinheiro para fazer dentro disso. (E5)

Os trechos (062) a (065) deixam transparecer de forma evidente a razão instrumental, orientada ao mercado, introjetada no discurso dos entrevistados. Em (062) e (063), o entrevistado, por mais que ateste a importância do trabalho filantrópico, indica que só é possível ("para isso acontecer"), caso a organização tenha "estrutura", "profissionalização" e isso ocorre com a transição para um modelo de finalidade econômica que possa permitir "uma garantia de quantias básicas para o funcionamento daquela organização". Por sua parte, no trecho (064), o entrevistado E7 se manifesta de forma reticente em relação ao trabalho de organizações sem fins lucrativos ("vai ajudar de qualquer jeito"), tendo em vista sua inclinação para o espírito empreendedor. Já para o entrevistado E5 a questão é menos sutil e envolve o retorno financeiro sobre o investimento feito nas ações sociais, tendo em vista que as organizações sem fins lucrativos não têm como fazer os recursos gastos retornarem para seus investidores ("a ONG não vai ter como devolver"), mas os negócios de impacto são mais atraentes "porque tem muito dinheiro para fazer dentro disso". Nesse sentido, corrobora-se o entendimento de Dart (2004) sobre como os negócios de impacto que compõem o cenário do empreendedorismo social são legitimados por uma lógica pró-mercado. Percebe-se, assim, a internalização ideológica da razão neoliberal na prática discursiva e social do entrevistado.

Adentrando a esfera do retorno financeiro sobre a ação social, procurou-se observar o posicionamento dos entrevistados sobre o conflito entre a razão econômica e o propósito social das organizações que compõem o campo do empreendedorismo social. Em geral, é possível observar um discurso que tenta se manter neutro, mas que transparece a razão instrumental predominante.

(066) Olha, eu acho que, na prática, para quem está investindo nisso, o dinheiro é muito importante. Mas eu também acho que o mais importante

é o social, né? Talvez se eu fosse dono, se eu tivesse colocado o meu dinheiro, eu pensasse diferente. Mas como justamente porque a gente consegue ter acesso à muitos investidores e a muita coisa, eu acho que o social acaba sendo mais importante, porque senão... se a gente focar demais no dinheiro, acaba virando mais uma empresa, entendeu? (E1)

No trecho (066), é possível observar que na mesma formação discursiva o entrevistado não consegue tomar uma posição. Seguindo uma visão utilitarista, o entrevistado indica que “para quem está investindo nisso, o dinheiro é muito importante”, mas ao refletir sobre outro prisma, o mesmo indivíduo indica que o “mais importante é o social”, concluindo com “se a gente focar demais no dinheiro, acaba virando mais uma empresa”. Essa estrutura de argumentação se repete em outro relato.

(067) O mais importante, até por causa do propósito da empresa, é a sociedade, né? Não é ver caixa e nem a questão financeira né? Claro que seria hipócrita dizer que não está nem aí para a questão financeira, né? Porque não tem como evoluir. Então, mais importante, com o propósito de fazer o impacto social e levar até as pessoas. Então é sim. É. É projetos, né? É ver o problema do próximo, é tentar ajudar a comunidade, é o bairro, a cidade, né? Então o propósito é esse, não ter dinheiro em caixa, né? O dinheiro também é importante, mas o propósito é outro, né? (E4)

O entrevistado E4, no trecho (067), também apresenta, de forma evidente, o conflito entre uma razão econômica e a lógica de solidariedade. O entrevistado inicia com “o mais importante, até por causa do propósito da empresa, é a sociedade”, porém ele complementa essa frase dizendo que seria hipocrisia não pensar na questão financeira, porque sem ela “não tem como evoluir”. Por fim, o entrevistado conclui com “o dinheiro também é importante, mas o propósito é outro”. É possível observar nos dois trechos (066 e 067) que, textualmente, o uso repetitivo da conjunção “mas” indica a presença de um conflito latente de racionalidades. Ao mesmo tempo que o objetivo de fazer as transformações sociais acontecerem é considerado importante, o que remete a uma razão substantiva, pautada em um paradigma alternativo (Caillé, 2001, 2002; Guerreiro Ramos,

1989; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003), a prática discursiva se apropria do contexto social econômico, buscando balancear a fala com as preocupações de estabilidade financeira da organização, o que traz à tona, novamente, a razão pautada na instrumentalidade, no cálculo e no economicismo (Dardot & Laval, 2016; Marcuse, 1973).

De forma similar, é possível apreender tal conflito de forma um pouco mais sutil na fala dos entrevistados.

(068) Dentro da lógica de negócios de impacto, não tem como uma coisa andar sem a outra, assim, seu propósito maior é realmente causar impacto etc. e articular esse ecossistema. E o dinheiro vem para isso. Então, não tem como, eu acho, que querer mais uma coisa que a outra, assim, sabe? É muito interligado, assim, a meu ver. Então acho que é prioridade igual. Não tem muito que pesar. Porque senão a gente vai estar trazendo voluntários e virar uma ONG, se não tem os recursos e etc. E ao contrário também né? A gente fala que se estiver pensando em dinheiro e não tiver pensando no impacto, a gente não é mais nada de impacto. Na verdade, você só como uma outra empresa normal, como qualquer outra aí do segundo setor. (E3)

(069) Você não pode priorizar um ou outro. Você pode tomar decisões, em determinados momentos, onde você prioriza um ou outro, decisões específicas. Agora, enquanto estratégia, se você priorizar um ou outro, você está fadado a falhar. Não tem como. E essa é uma mudança de *mindset* que o que o empreendedor social ele precisa ter. Às vezes você vai ser obrigado sim, a priorizar decisões financeiras e às vezes você vai ser obrigado a priorizar coisas relacionadas de impacto. A questão é que, no fundo, você está acompanhando tudo isso numa balança e essa balança ela tem que ficar sempre constante, porque se você começar a priorizar o social demais, você vai falir, e aí, meu filho, você não vai causar impacto nenhum, entendeu? E se você priorizar demais o financeiro, você perde o foco da sua força, da sua força motriz, a sua razão de ser. (E6)

Embora os argumentos presentes nos trechos (068) e (069) sejam similares aos apresentados anteriormente, aqui não há verbalização que manifeste que o aspecto social é mais importante. Em ambos os relatos, os entrevistados E3 e E6 indicam que “não tem como uma coisa andar sem a outra” e “se você priorizar um ou outro, você está fadado a falhar”, o que manifesta uma presença ainda mais predominante de uma razão alinhada à

instrumentalidade. Entretanto, o conflito está presente no uso da metáfora da “balança”, utilizado por E6, no trecho (069), para explicar o quão complicado é equilibrar as duas lógicas. Se “priorizar o social demais, você vai falir” e se “priorizar demais o financeiro” você perde a “sua razão de ser” ou se torna “como outra empresa normal, como qualquer outra aí do segundo setor”.

Ainda nesse tópico, é possível observar situações em que o conflito existe, mas a lógica do mercado parece resolvê-lo de forma mais eficaz.

(070) É difícil falar isso assim né? Que eu acho que depende muito da situação do dono no momento. Assim, né? Eu sou uma pessoa que estou bem estabelecido financeiramente. Estou tranquilo para, para cometer uns riscos maiores. Pô, estaria em prol do social ali com certeza, né? Só que tem vezes também que é um pouco..., né? Tem momentos, acho, que, da vida, que a gente não consegue arriscar tanto assim, né? (E7)

No trecho (070), o entrevistado verbaliza o conflito entre priorizar o social ou o econômico ao responder que “é difícil”. Contudo, a questão se resolve rapidamente no discurso ao promover o cálculo individual do risco financeiro como pauta para tomada da decisão. Estando “bem estabelecido financeiramente”, o entrevistado “estaria em prol do social ali com certeza”.

Nesse sentido, foi possível constatar na **categoria de análise conflitos e contradições**, que o discurso dos entrevistados possui evidências da presença conflituosa de racionalidades, bem como de algumas contradições influenciadas pela apropriação do discurso do empreendedorismo em suas práticas sociais e discursivas.

A primeira contradição identificada se refere ao discurso proferido sobre a relevância da atuação dos negócios de impacto. De acordo com os entrevistados, a participação privada na questão social é dificultada por uma limitação de escala, que só pode ser provida com a participação do Estado. No entanto, a introjeção do discurso

empreendedor parece derrubar essas barreiras, o que corrobora a presença de um sistema simbólico e ideológico onde tudo é possível (Enriquez, 1990, 2007).

Além disso, o discurso dos entrevistados apresenta uma segunda contradição ao indicarem, inicialmente, que existe espaço para todos no campo social, inclusive para as organizações sem fins lucrativos, mas, por fim, prescreverem que o melhor caminho para essas organizações é fazer a transição para o setor de negócios de impacto social. Sob o argumento da profissionalização, melhor gestão e sustentabilidade financeira, os entrevistados deixam brotar a instrumentalidade da razão em suas falas, contradizendo a uma possível inclinação à paradigmas alternativos quando se trata de processos de intervenção social.

Em última instância, ficou evidente a presença conflituosa de racionalidades no discurso dos entrevistados, quando questionados sobre o que seria mais importante, o aspecto social ou a questão econômica para as organizações do empreendedorismo social. Os entrevistados indicam que as duas questões são importantes (para alguns mais que para outros) o que manifesta, mesmo que brevemente, uma aproximação a uma racionalidade substantiva (Guerreiro Ramos, 1989), pautada por um paradigma alternativo, mais inclinado à dádiva (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003). Contudo, essa inclinação é, a todo momento, confrontada por preocupações relacionadas ao aspecto financeiro da organização (o medo de falir), trazendo para o discurso a primazia da mentalidade do cálculo e a instrumentalização da razão que é central na vida da sociedade hipermoderna (Dardot & Laval, 2016; Marcuse, 1973). Tal confronto exemplifica a questão da governamentalidade neoliberal descrita por Foucault (1998, 2008), sendo que as práticas sociais observadas neste estudo dialogam com o arranjo complexo e estruturado que constitui, organiza e determina as

identidades dos sujeitos, dentro dos limites impostos pela racionalidade econômica e neoliberal (Fonseca, 2011; Foucault, 1998, 2008).

4.4. Categoria 4: Subjetividade

Esta categoria de análise pretende apresentar respostas ao quarto objetivo específico desta pesquisa: analisar os efeitos do trabalho no campo do empreendedorismo social na subjetividade dos indivíduos. Dessa forma, buscou-se apreciar as formações discursivas que apresentaram processos de subjetivação do trabalho (manifestações de prazer e sofrimento) e aspectos simbólicos de identificação a um imaginário organizacional típico do empreendedorismo social.

Embora se trate de uma empresa de pequeno porte, que segue princípios de gestão enxuta, descentralizada e horizontal, os empregados da organização em análise também apresentaram durante a entrevista verbalizações que indicavam descontentamento com o trabalho.

(071) É uma carga de trabalho bem alta, então a gente não tem muitos momentos de interação que não seja para trabalho. Né? Que eu acho que às vezes faz um pouco de falta assim. Sabe aquele ócio criativo, né? (E1)

(072) Então, acho que o que segura é muito isso mesmo, a questão de gostar da temática, de gostar de projetos e querer ver isso daqui acontecer, querer ver resultado, mas, ao mesmo tempo, quando você pensa assim, no individual, pesa bastante, pesa bastante mesmo, porque a gente fica muitas horas aqui, a gente fica 12 horas aqui brincando, então, assim, não existe muita coisa além daqui para você fazer. (E1)

(073) É no início foi bem difícil para mim aqui, para pegar o andamento das coisas que estava... para seguir o andamento, né? Do que estava acontecendo. Então isso aí eu tive dificuldade, então eu pensei mesmo até em desistir, até o segundo mês, porque estava me sufocando muito. (E4)

Nos trechos (071) e (072), o entrevistado E1 faz um relato de sua carga de trabalho (“bem alta” e “pesa bastante mesmo”). A entonação e a adjetivação dada ao volume de trabalho indicam que a rotina demanda bastante do indivíduo na organização, ao ponto do entrevistado confessar que “não existe muita coisa além daqui pra você fazer”. Dessa forma, o trabalho se torna ponto central da vida, como uma fonte de realização e sacrifício para o trabalhador (Antunes, 2009; Gaulejac, 2007; Chanlat, 2002). Ainda assim, o indivíduo busca identificar aspectos positivos para justificar sua adesão à rotina maçante de trabalho. Nesse sentido, para o entrevistado E1, “o que segura” é “gostar da temática”, é “querer ver isso daqui acontecer”. Mais adiante, com a apresentação de outros relatos, será possível compreender como a gestão do afetivo (Enriquez, 2007; Siqueira, 2009) promove um processo conflituoso na subjetividade do trabalhador.

Ainda nesse tópico, é possível apreender, no trecho (073), a rotina pesada de trabalho na organização. No início da ligação do entrevistado E4 com a empresa, o processo de adaptação foi considerado “bem difícil”, ao ponto da quase desistência e abandono do emprego. Textualmente, a analogia com o processo de asfixia (“estava me sufocando”) indica de forma evidente como o trabalho pode se tornar uma fonte violenta (mesmo que simbolicamente) de sofrimento para o indivíduo.

A insatisfação com o trabalho na organização se manifestou também por outro motivo. Por conta de se tratar de uma empresa de pequeno porte, a ausência de perspectiva de progressão da carreira é algo que preocupa os entrevistados.

(074) Acho que... a questão de ser horizontal também dá um pouco de... porque a gente já está acostumado com o modelo vertical, né? Então também dá um pouco de dificuldade sobre para onde eu vou a partir daqui. (E1)

(075) Fica uma coisa muito... responsabilidade de cada um, né? O que não é ruim... de todo ruim, mas, principalmente, quando você precisa falar sobre questões de salário, quando você precisa falar sobre a questão de cargo, às vezes, dá um certo receio, né, se você chegar e falar... (E1)

O entrevistado E1 manifesta claramente a necessidade que possui de enxergar uma progressão na sua carreira, textualmente verbalizada, no trecho (074), pela expressão “para onde eu vou a partir daqui”. Nesse sentido, nos dois trechos (074 e 075) é possível perceber a reticência do entrevistado E1 em abordar tais temas. Em vários momentos, o entrevistado se interrompe e faz silêncio, aparentando tentar escolher bem suas palavras, em outras oportunidades, se corrige (“o que não é ruim... de todo ruim”), demonstrando claramente como a subjetividade do indivíduo se apresenta em conflito entre a fascinação proporcionada pela estrutura horizontal e pela noção de autorresponsabilidade empreendedora e a necessidade de realização pessoal e financeira. Esse tipo de preocupação é compartilhado de forma muito similar pelo entrevistado E7.

(076) A gente conversa sobre carreira, sobre, enfim, é porque tem alguns problemas, assim, problemas talvez não seja a palavra, algumas... algum tipo de falta de estruturação com relação a carreira lá dentro da [nome da organização excluído]. Então a gente conversa muito sobre isso também. (E7)

(077) Eu acho que pode ser melhor ainda é a questão de clareza de uma... é... porque assim ninguém ali quer uma coisa de estabilidade ou uma coisa nesse sentido. Assim, acho que a galera é muito jovem, empreendedor, assim, tem uma mentalidade forte nesse sentido até. Mas o que eu sinto é... que o que precisa é... uma coisa um pouco mais bem definida de onde você está, onde você pode chegar aqui dentro da organização, sabe? (E7)

(078) Assim, a gente sabe que tem pouco dinheiro, sabe que tem pouca coisa envolvida. São poucas pessoas trabalhando, então todo mundo faz muito de tudo. Só que eu acho que assim a gente poderia ter um pouco mais de informação com relação onde a gente pode chegar dentro da própria organização, sabe? (E7)

Assim como o entrevistado E1, o entrevistado E7 manifesta a sua preocupação com o seu futuro na empresa. Nos trechos (077 e 078) é possível observar a repetição da

expressão “onde você/a gente pode chegar”, representando a preocupação com sua progressão na carreira. Nesse sentido, assim como visto anteriormente, é possível apreender no discurso do entrevistado E7 o mesmo receio em abordar a temática, onde a fala possui repetidas pausas, interrupções, correções (“problemas talvez não seja a palavra”) e justificativas (“a gente sabe que tem pouco dinheiro”).

Outro ponto de descontentamento se refere à falta de estratégias de reconhecimento e cuidado com os funcionários, como se pode observar nos trechos a seguir.

(079) Então assim, eu acredito que a nossa dificuldade em termos de equipe ela entra principalmente por ser uma empresa pequena, que não tem tido essa cultura de cuidado com o funcionário implementada e isso é uma coisa que, apesar da gente estar na área de impacto, né? E apesar de isso ser uma das raízes, um dos fundamentos, por exemplo, do ESG, né? A gente tem que cuidar do nosso funcionário e tal. Às vezes, a gente peca nesse sentido interno da relação com a equipe. Com toda a equipe. (E6)

(080) Por outro lado, ainda não temos nenhum tipo de recompensa, vamos dizer assim, ah você atingiu as metas, você conseguiu estabelecer o plano de trabalho, você chegou lá ou você foi além do que se foi proposto e a gente não tem nenhum tipo de recompensa, nenhum tipo de retorno ainda sobre isso, né? (E1)

No trecho (079), o entrevistado E6 relata sua preocupação da empresa não estar tratando seus funcionários da melhor forma (“não tem tido essa cultura de cuidado”). Novamente o entrevistado busca apresentar a crítica com uma justificativa (“por ser uma empresa pequena”), demonstrando a preocupação que o entrevistado possui de manter uma visão positiva da empresa e da gestão. No entanto, o descontentamento apresentado pelo entrevistado ganha um contorno profundo ao expor a contradição entre a missão da empresa (“área de impacto”) e a falta da “cultura de cuidado com o funcionário”. Esta formação discursiva representa um paradoxo, conforme apresentado por Gaulejac (2011), que se manifesta nas organizações pela incorporação da gestão empresarial e da

racionalidade instrumental nos seus processos, promovendo mal-estar e sofrimento para seus colaboradores, mesmo quando seus objetivos e valores buscam o contrário.

O trecho (080), enunciado pelo entrevistado E1, exemplifica a falta de cuidado exposta pelo entrevistado E6: “ainda não temos nenhum tipo de recompensa”. O trecho demonstra a frustração que o entrevistado enfrenta ao aderir às exigências do seu trabalho, reforçadas por estratégias de idealização da performance gerencialista (“atingiu as metas”, “chegou lá”, “foi além”), e, ainda assim, não ser recompensado (Siqueira, 2009b).

Tais processos de descontentamento acarretam processos de manifestação do sofrimento, como adoecimentos físicos e psíquicos, especialmente nos casos em que o trabalho toma um aspecto central na vida dos indivíduos. Nos trechos a seguir é possível observar essa questão.

(081) Hoje a empresa é o que toma a minha vida inteira assim, né, eu respiro pensando nisso, só que isso me incomoda. (E2)

(082) Na verdade, eu nunca paro, não é assim, isso tem me incomodado um pouco agora. Melhorou um pouquinho, mas eu sou de trabalhar de domingo a domingo, assim, sabe? Então assim eu respiro e vivo isso o tempo inteiro, e isso me incomoda um pouco, porque é parece que eu a minha função é só trabalhar e eu sou muito workaholic, que assim sabe eu sou... eu entrego tudo, eu só quero agilidade, eu faço acontecer. (E2)

(083) Mas eu acho que é, e eu sou assim na minha vida, não é? Eu ajudo todo mundo, você me trouxe uma bucha, eu resolvi, entendeu? Então é um pouco disso assim. Acho que o empreendedor é um pouco assim, né? Eu por muito tempo demorei para assumir isso para mim, assim, que eu não queria, mas agora eu falo sobre isso. (E2)

Nos trechos (081) a (083), o entrevistado E2 se abre de forma profunda para descrever a sua relação com o trabalho. Para ele, a empresa domina sua vida (“eu respiro e vivo isso o tempo inteiro”, “minha função é só trabalhar”) e, em seu discurso, mesmo com a utilização de algumas verbalizações atenuantes (“melhorou um pouquinho”), o entrevistado deixa evidente o seu incômodo com essa situação. Tal entrega pessoal para

o trabalho é justificada pelo entrevistado por conta de suas características pessoais (“eu faço acontecer”), que são evidentemente oriundas da internalização da ideologia que permeia o discurso do empreendedorismo (“o empreendedor é um pouco assim né?”). É possível perceber, no entanto, que o entrevistado deixa brotar um tom de resignação em sua fala (“demorei para assumir”, “eu não queria”), denotando que a vida seria melhor caso ele encarasse o trabalho de uma forma diferente.

(084) Eu sinto falta de fazer algumas coisas que eu poderia, né? Assim, tipo de coisas pessoais mesmo, enfim. Não consegui voltar a malhar. Eu comecei a trabalhar, não consegui assim voltar a jogar meu futebol, minhas coisas e no, geral, sabe, algumas coisas pessoais. (E7)

No trecho (084), o entrevistado E7 demonstra pesar sobre as atividades cotidianas que ele não pode mais realizar por conta do seu empenho na atividade laboral. É possível observar o ressentimento (“eu sinto falta”) provocado pela centralidade do trabalho na vida do indivíduo, que o impede de engajar em atividades que ele considera prazerosas. Ainda nesse sentido, o entrevistado E4 também relata sua experiência.

(085) Eu chego em casa, só quero tomar banho e dormir, colocar a cabeça no travesseiro. Oh Glória a Deus, vou descansar! Celular desperta de manhã. Nossa não acredito, já é hora de levantar. (E4)

(086) Mas é... assim, sempre agradeço a Deus porque teve um dia de trabalho, né? Você se ocupou, você foi útil naquele dia, né? Foi cansativo, mas, enfim, faz parte. Nem todos os dias são dias para você relaxar e só ficar de boa. Não é bem assim, né? (E4)

O trecho (085) deixa evidente como os corpos são levados ao cansaço e à exaustão, um sacrifício em prol das organizações (“eu chego em casa, só quero tomar banho e dormir”). Textualmente, a representação do cansaço é tão profunda que a possibilidade do descanso é enfatizada com a celebração ao divino (“oh, glória a Deus, vou descansar!”), por sua vez, o despertar para uma nova jornada de trabalho é encarado com incredulidade (“nossa, não acredito”). Contudo, no trecho (086), o entrevistado E4

engaja em uma estratégia de atenuação do sofrimento ao agradecer que ele “teve um dia de trabalho”, afinal, a razão padrão do mundo na contemporaneidade exige que a humanidade se ocupe e seja útil por intermédio do trabalho. O sacrifício é penoso, mas “faz parte” da vida. Dessa maneira, percebe-se a introjeção ideológica de uma racionalidade instrumental e econômica, tanto na prática discursiva, quanto na prática social (Fairclough, 2016) dos sujeitos desta pesquisa.

Observando os discursos dos entrevistados é possível identificar uma estratégia de adesão e resistência a diferentes fatores do trabalho que são fontes de sofrimento. Pode-se inferir, com base nas formações discursivas apresentadas a seguir, que os indivíduos operam em um “limite”, na tentativa de se manterem mentalmente e fisicamente saudáveis.

(087) Assim, acho que eu... eu tento trabalhar bastante minha saúde mental e física e não tive nenhuma, nenhuma crise de ansiedade, burnout assim, até porque também quando eu vi que eu estava chegando nesse meu limite, eu sempre compartilhei. Então eu sempre falei: ‘oh, eu não dou conta disso aqui, isso aqui não consigo entregar e qual o prazo você precisa? Eu não consigo entregar em todos esses prazos. Ou: ‘vai ter que atrasar, a empresa vai ter que dar um jeito de atrasar, ou vai pensar em contratar outra pessoa’. Alguma coisa assim. Então acho que eu sempre coloquei meus limites mesmo nessas questões. (E3)

(088) Então acho que é importante esses limites também, mas eu acho que a empresa não cobra esses limites, sabe? Tipo assim, para passar esses limites, nem tipo, eu acho que respeita bastante. As vezes que eu ultrapassei, eu acho que foi muito porque eu pude, porque eu quis e etc também, sabe, não foi uma coisa que nem foi obrigado, cobrado, ameaçada, nem nada disso. (E3)

No trecho (087), o entrevistado E3 apresenta a sua estratégia de conviver com a rotina de trabalho (“eu tento trabalhar bastante minha saúde mental e física”), mas o discurso deixa a entender que se trata de um processo delicado e frequente de estabelecimento de “limites” (“eu sempre compartilhei”, “eu sempre falei”, “eu sempre coloquei”). Nesse sentido, o entrevistado abre aspas para explicar como esse “limite” é

traçado e o tom combativo dentro dessas aspas transparece um processo conturbado e conflituoso entre o indivíduo e a gestão. No entanto, no trecho (088), o entrevistado atesta que esses limites são ultrapassados, mas, de forma atenuada, ele indica que isso acontece porque ele mesmo se propõe a fazê-lo (“eu pude”, “eu quis”), sendo que a empresa “não cobra” e “respeita bastante” os limites impostos pelos empregados. Ainda nesse sentido, o entrevistado E6 complementa.

(089) Agora eu sou uma pessoa muito comprometida com que eu me proponho a fazer. Então assim, eu acho que foi pra mim também um processo de aprendizado em termos de estabelecer limites, assim, porque a demanda ela nunca termina, tem sempre coisas para fazer e a única questão é você colocar um limite e falar: ‘não, até aqui eu não vou, tipo, o prazo era hoje para entregar isso, mas eu vou mandar um e-mail pra pessoa e falar que eu vou entregar amanhã, porque hoje eu já estou cansada’, por exemplo. Então, assim, acontece sim, mas eu acho que hoje eu pessoalmente consigo controlar isso melhor. A empresa não controla muito isso né? Então, assim, a demanda está passando, o tempo todo tem demanda, cabe a mim falar: ‘hoje, não mais, eu vou fazer isso amanhã’. Então, assim, hoje eu diria que hoje está mais controlado, mas porque eu tive uma curva de aprendizado em relação a isso. Então hoje eu, eu estou num ritmo melhor. (E6)

É possível observar que, de acordo com o enunciado no trecho (089), o estabelecimento de limites está atrelado a um “processo de aprendizado”, como uma espécie de estratégia de defesa da subjetividade aos efeitos nocivos do trabalho nos dias de hoje. Novamente há a presença do recurso narrativo por meio de abertura de aspas para exemplificar como esse limite é estabelecido e, mais uma vez, o teor das aspas é combativo, o que demonstra de forma evidente a insatisfação do indivíduo perante a situação. Aqui também o discurso evoca que a empresa “não controla muito” e que cabe ao sujeito impor seus limites, um senso de autorresponsabilização internalizado do discurso empreendedor que também está presente na fala do entrevistado E2 a seguir.

(090) Eu tenho um problema muito sério, assim, eu... limite para mim não existe muito, né? Tipo até no exercício físico, eu vou! Eu falo: ‘não, dá pra ir mais, dá pra ir mais, dá para ir mais!’ Assim, eu sou muito

resiliente, acho que eu sou muito resiliente, até demais! Aí, não sei, e eu falo: ‘vou desistir!’ Mas aí eu: ‘não, dá para ir mais um pouquinho, mais um pouquinho, mais um pouquinho, mais um pouquinho, mais um pouquinho...’ e eu vou indo, sabe? Então, é que eu tenho uma coisa para mim que nada é impossível, né? Então eu tenho isso desde pequeno, então eu falo: ‘cara, dá para fazer!’ Sabe? (E2)

No trecho (090), pode-se identificar claramente a intertextualidade da prática discursiva com a apropriação do discurso do empreendedorismo atrelado à palavra “resiliência”, um termo da moda no campo do *management* (Ituassu & Tonelli, 2014; Wood Jr. & Paula, 2006) e do empreendedorismo. Aqui, o entrevistado E2 faz questão de enfatizar que é resiliente (“sou muito resiliente, até demais!”). No campo dos sentidos, cabe destacar que resiliência é uma característica dada a objetos e materiais que retornam a sua forma original após um processo de deformação, figurativamente, o termo tem como significado a capacidade de resistir e se adaptar a adversidades. É possível inferir, que o termo é utilizado como adjetivo para reificar os indivíduos, uma maneira de categorizar e classificar as pessoas (ou engrenagens) conforme sua resistência ao sofrimento físico e mental que o trabalho nas organizações pode causar. Esse processo retoma o aspecto de como a ideologia gerencialista possibilita que o indivíduo invista o máximo de suas energias para obter crescimento e sucesso nas organizações, articulando a psique do trabalhador para a conformação de comportamentos flexíveis e adaptados para os objetivos de sucesso empresarial (Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987).

Por fim, é possível perceber no discurso do entrevistado E2 o quão comprometido ideologicamente o indivíduo se encontra (“tenho uma coisa para mim, que nada é impossível”) em relação ao discurso do empreendedorismo que constrói uma figura mitológica do empreendedor, um *ethos* impecável, capaz de tudo e para quem tudo é possível, alinhado com o que Enriquez (1990, p. 58) estabelece como o “poder mágico das palavras”. Tal construção de mitos se estabelece com base em uma estrutura

ideológica de poder e dominação sobre os indivíduos que compõem o campo do empreendedorismo social. Contudo, trata-se de um poder percebido como “bom”, que apela ao afetivo das pessoas, gerando um engajamento ainda maior do que o poder pela força ou pelo medo (Enriquez, 2007). É importante ressaltar que as organizações precisam da adesão plena dos seus colaboradores e apelam a “discursos fundadores” que evocam a ideais elevados (até sagrados) que são interiorizados pelos indivíduos para direcionar suas vidas em todas as esferas (Araújo, 2012).

O investimento psíquico exacerbado do indivíduo, em aderência à lógica produtivista das empresas, leva ao sujeito a sempre equilibrar sua subjetividade entre momentos de prazer e sofrimento. O perigo desse processo se encontra quando a organização não se apresenta mais como fonte de realização, restando somente o sofrimento e a alienação (Pagès *et al.*, 1987; Siqueira, 2009). Os trechos a seguir demonstram relatos de sofrimento e adoecimento por parte dos entrevistados.

(091) Sim, no começo foi muito difícil, assim, a adaptação. Tinha dia que passava super rápido porque eu estava fazendo um projeto super legal e que era muito gostoso de estar, mas tinha dias, assim, que eu chegava em casa doente, sabe, de tanta coisa que fiz num dia, tanto trabalho, tanta... (suspira). Quando eu entrei, eu perdi 8 quilos e eu já não sou uma pessoa que tem muito quilo para perder, então foi adaptação muito dolorosa mesmo. (E1)

No trecho (091), o entrevistado E1 contrapõe os momentos bons e ruins de sua atividade laboral. Textualmente, o indivíduo caracteriza os momentos de prazer como “super legal”, “super rápido” e “muito gostoso”. No entanto, a fase de sofrimento é adjetivada enfaticamente como “muito difícil” e “muito dolorosa mesmo”. A formação discursiva apresenta claramente o processo de adoecimento que advém do sofrimento psíquico dos indivíduos nas organizações, por intermédio das verbalizações: “eu chegava em casa doente” e “eu perdi 8 quilos”; além da manifestação não verbal do suspiro ao

relatar que fez “tanta coisa” e “tanto trabalho” em um dia. Nesse tópico, outros entrevistados possuem relatos parecidos.

(092) Que eu cheguei a adoecer? Não, mas assim. Tive um estresse com uma questão de [trecho excluído]. A [trecho excluído], ia ter que [trecho excluído], enfim. É, isso me estressou um pouco, mas comigo não. Assim, é, eu assim... é... nada específico comigo, assim. Eu já vi pessoas passando um pouco do limite, assim, tipo, pessoal, assim, né? Mas alguns colegas de trabalho, mas, não, eu, mesmo, assim, não, não tive nenhuma coisa de adoecer ou nada mais pesado, assim, né? (E7)

(093) Estou fazendo tratamento de dentista, porque eu tive um problema de sistema nervoso que travou tudo aqui, meu braço não conseguia nem mexer, porque eu somatizei um monte de coisa... (E2)

(094) Só quando eu entrei aqui. Eu me senti muito, muito sobrecarregado, né? Até porque você não tinha alguém ali no dia a dia para você ver as questões da rotina mesmo [trecho excluído], então eu tive vontade de desistir sim, no início, porque eu até emagreci, né? Porque você fica preocupado, você fica querendo dar o melhor. E parece que tudo só te sufoca, não é? Quanto mais você quer dar o seu melhor, aí é que fica difícil as coisas, e sem um apoio ali de alguém mais próximo. Então foi quando eu, no início daqui, deu vontade de desistir, e eu perdi até peso. (E4)

(095) Eu estava na loucura do trabalho, e aí eu tava fazendo duas terapias, para você ter ideia, e várias pessoas me ajudando... então eu tive que olhar para aquilo, sabe? Eu tive que começar a dar tempo. Então, por exemplo, eu tive a dor no braço, eu não conseguia nem trabalhar, tipo, eu falei... é tipo meu corpo falando que você tem que parar, entendeu? E aí eu falei: beleza, vou parar, não tem como fazer! E eu fui aceitando isso, sabe? Então eu acho que é um pouco de você entender que realmente às vezes você não consegue resolver tudo. Não é fácil, mas foi isso. (E2)

No trecho (092), o entrevistado E7, muito embora não tenha relatos pessoais de adoecimento, atesta que já presenciou situações nas quais outros colegas já passaram por esse tipo de situação. Ainda assim, o entrevistado diz que passou por situações desagradáveis no trabalho (“tive um estresse”). Ressalta-se, porém, que o entrevistado E7 se mostrou bastante relutante em expor as situações vividas por si e pelos colegas, numa tentativa (consciente ou não) de preservar a imagem positiva da organização. Por sua vez, no trecho (093), pode-se observar as verbalizações “tive um problema de sistema

nervoso” e “somatizei um monte de coisa”, bem como, no trecho (094), estão presentes as manifestações “eu tive vontade de desistir”, “eu até emagreci” e “parece que tudo só te sufoca”. Além disso, o entrevistado E4 ainda relata que “quanto mais você quer dar o seu melhor, aí é que fica difícil as coisas”, corroborando o que atesta o entrevistado E2, no trecho (095), sobre “a loucura do trabalho”. O indivíduo, em transe, pela necessidade constante de superação no ambiente de trabalho, não consegue perceber o autoabandono até o surgimento do adoecimento físico ou psíquico, como dito pelo entrevistado E2, “meu corpo falando que você tem que parar”. Tais relatos demonstram a experiência do sofrimento oriunda do trabalho corrompido pela gestão ideologizada e patológica das organizações, que buscam um imaginário de sucesso às custas de um ideal de qualidade e perfeição (Freitas, 2000; Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987; Siqueira, 2009).

Nesse cenário, de acordo com as formações discursivas a seguir, a subjetividade dos trabalhadores da organização transita constantemente entre o prazer de fazer parte de empresa que tem “propósito” e o sofrimento causado pela presença da ideologia gerencialista e da racionalidade instrumental e neoliberal que permeia o campo do empreendedorismo social.

Inicialmente, é possível observar o grau elevado de importância que os entrevistados dão ao “propósito” da organização.

(096) Então acho que o que mais cria um vínculo meu com espaço, é o propósito, é a vontade de cada vez mais ver projetos acontecendo. (E1)

No trecho (096), o entrevistado E1 supõe (“eu acho”) que é o “propósito” que lhe atrai à organização. Cabe ressaltar que, para o campo do empreendedorismo social, a palavra “propósito” possui uma carga ideológica e simbólica proeminente. É o que resume o papel do empreendedor social em “fazer o bem”, “transformar o mundo” e “promover mudanças”, enfim, para o discurso do empreendedorismo social, propósito é

para o quê se destina o *ethos* que caracteriza os indivíduos que compõem o ecossistema de impacto social. Nesse sentido, o entrevistado verbaliza que é o “propósito” que “cria um vínculo” dele com a organização. A palavra vínculo em seu sentido literal é utilizada para caracterizar algo que está conectado ou ligado a outra coisa. Contudo, figurativamente, a palavra apresenta um significado que evoca a uma ligação afetiva. Dessa forma, é possível perceber o “propósito” como um mecanismo de controle afetivo empregado pelas organizações de impacto social, que influencia a psique dos indivíduos para uma adesão plena aos seus desígnios organizacionais (Enriquez, 2007, 2008).

(097) Eu acredito que [nome da empresa excluído] tem isso aí. Propósito mesmo, que nem te falei, não acho que nunca é só um discurso ou quer... enfim, quer o dinheiro, quer não sei o que... não acredito nisso. Eu acredito que as pessoas querem ver mesmo... o que a gente mais se sente feliz é de ver os resultados dos impactos, assim, eu acho, né? O que toca o coração mais assim? Acho que se fosse uma outra organização, sei lá, batemos a meta, temos 300 milhões de dinheiros. É isso, não toca tanto mais no coração do que olha os impactos que a gente causou que a gente está mudando na vida das pessoas enquanto sociedade, que a gente está melhorando. Acho que isso é muito mais gratificante. Por isso que eu acho que todo mundo deveria pensar nos impactos assim que está causando. (E3)

(098) Na prática, o meu trabalho é muito parecido com os trabalhos que eu já tive anteriormente. Eu lido com pessoas todos os dias. Eu [trecho excluído], isso e tal. Mas assim, o propósito disso tudo é diferente, entende? Eu sinto que o propósito de todo esse processo que eu faço é um pouquinho diferente, então, me dá um pouco mais de ânimo, me dá um pouco mais de vontade de fazer e etc. (E5)

(099) Eu me identifico aqui com o espaço, com as pessoas. Não só porque é um lugar agradável, né? Mas é um lugar que está olhando para as pessoas que estão mais embaixo, que está olhando para a população, né? Acho que é isso mesmo. Não, não é só o trabalho, né? Porque não dá para você ser um pedaço de madeira, né? Você vem para cá, você vê as pessoas, você se comunica com as pessoas, você passa, sei lá, 80% do seu dia aqui. Não tem como você não se envolver, não é? Então não é só um local que eu venho aqui para ganhar o meu salário e pagar minhas contas. É um local que me agrega também muito. (E4)

(100) Na verdade, eu nunca conseguiria trabalhar num lugar que eu não me identifico com os valores, pelo menos não por muito tempo. Por uma

necessidade pessoal, financeiro, eu poderia trabalhar ali no momento, mas eu preciso sentir... ter essa sensação de propósito no que eu faço. Isso é uma característica pessoal, né? (E6)

Da mesma forma, o entrevistado E3, no trecho (097), também correlaciona o “propósito” da organização a seu sentimento (“toca o coração” e “é muito mais gratificante”). Para exemplificar o quão afetivamente está investido na organização, o entrevistado utiliza uma comparação, utilizando uma empresa convencional que conseguiu “300 milhões de dinheiros” para atestar que, mesmo assim, “não toca mais no coração” do que trabalhar na organização que possui o “propósito”. Por sua vez, no trecho (098), o entrevistado E5 testifica que mesmo o seu trabalho atual na organização sendo “muito parecido” com o que fazia em outras empresas, o “propósito” transforma seu trabalho em algo novo (“o propósito disso tudo é diferente”) e proporciona a si “um pouco mais de ânimo” e “um pouco mais de vontade”. O entrevistado E4, no trecho (099), também segue a mesma linha. Embora o entrevistado não verbalize especificamente a palavra “propósito”, também é possível observar o alto grau de investimento afetivo do indivíduo na organização (“não é só o trabalho”, “não tem como você não se envolver”, “me agrega também muito”). Por fim, no trecho (100), o entrevistado E6, da mesma forma, enaltece a questão do “propósito”. Mesmo entrando em contradição ao dizer que “nunca conseguiria trabalhar num lugar que eu não me identifico com os valores”, mas abrindo uma exceção em caso de “uma necessidade pessoal, financeira”, o entrevistado atesta que “precisa sentir” a “sensação de propósito”.

Alguns discursos enunciados apresentam um processo de engajamento ainda mais profundo com a organização, como se pode perceber na fala do entrevistado E5:

(101) Lá tem uma aura de lá, sei lá, eu posso estar viajando um pouquinho, mas tipo uma sensação assim... de pessoas trabalhando em conjunto que querem... cara, sei lá, fazer uma mudança, fazer uma

diferença, fazer alguma coisa nova, fazer alguma coisa, tirar alguma coisa do zero, sabe? (E5)

(102) E toda vez que eu vou para lá trabalhar, cara, eu vou bem, eu vou feliz. O espaço é gostoso, as pessoas são boas, o trabalho é bom, você se sente... eu pelo menos me sinto como se eu tivesse fazendo parte de alguma coisa maior assim, sabe? (E5)

No trecho (101) é possível identificar a presença intertextual do discurso do empreendedorismo no texto enunciado pelo entrevistado E5 com a presença enfática das palavras “mudança” e “diferença” como justificativa para seu investimento psíquico na organização. Mesmo com o receio de ser julgado por seu posicionamento (“eu posso estar viajando”), o indivíduo manifesta seu alto grau de identificação com a empresa e com o setor do empreendedorismo social. Em sua fala, o propósito sedutor ganha tons sobrenaturais: “lá tem uma aura” e, em complemento, no trecho (102), o sujeito se sente “fazendo parte de alguma coisa maior”. Como apresentado no referencial teórico, o discurso do empreendedorismo social associa o ideal heroico do empreendedorismo com uma expressão quase que sagrada da solidariedade. Essa questão potencializa o processo de identificação do sujeito com a organização que, por sua vez, evita que o indivíduo observe as contradições as quais é submetido cotidianamente e o direciona para uma situação de quase devoção à organização (Araújo, 2012; Enriquez, 2007, 2008).

Entretanto, por meio de um processo de reflexão, para alguns dos sujeitos investigados, foi possível perceber brechas no engajamento com a organização e com a ideologia propagada pelo discurso do empreendedorismo social.

(103) Eu passei por um período bem frustrado, até que uma amiga minha me falou: ‘nossa, você é... gosta tanto de trabalho social, voluntariado, porque você não vai trabalhar no terceiro setor?’ Aí foi que eu comecei a enveredar por esse caminho. Comecei a trabalhar numa ONG [trecho excluído]. Só que aquele trabalho em ONG é um trabalho bem ingrato, assim, é... é muito satisfatório o que você está fazendo, porém, ele te remunera muito, muito mal. Então eu estava trocando um futuro promissor no [trecho excluído] para fazer uma coisa que minha família,

meus amigos e até eu mesmo via que provavelmente não ia me dar condições suficientes de me sustentar a longo prazo. (E6)

(104) Agora em relação a minha identificação com a empresa em si, ela não é total, porque no fundo, no fundo, eu tenho um pezinho no terceiro setor, então eu gosto muito mais de estar ali em contato com o público final, de ir visitar as comunidades, de trabalhar diretão ali... (E6)

O entrevistado E6, nos trechos (103) e (104), se mostra bastante franco em relação ao seu posicionamento em relação ao trabalho. O propósito, representado na fala pela preferência para o “trabalho social” e o “voluntariado”, é contrabalanceado pela baixa remuneração. A contraposição entre um “futuro promissor”, mas sem significado, e “uma coisa” que não ia promover “condições suficientes” de sustento, mas com propósito, se manifesta como um dilema no discurso do indivíduo. Entretanto, sabe-se que o entrevistado abandonou a carreira no terceiro setor para enveredar no campo do empreendedorismo social. Mesmo assim, é possível perceber uma ponta de insatisfação com sua escolha (“minha identificação com a empresa em si, ela não é total, porque no fundo, no fundo, eu tenho um pezinho no terceiro setor”). Nesse sentido, é possível observar a racionalidade instrumental (a escolha pela remuneração) guiando as escolhas e condutas dos sujeitos dentro de um código regrado pelo mercado (Dardot & Laval, 2016; Fonseca, 2001; Foucault, 1998, 2008), mas também é possível identificar como essas escolhas conflituosas também afetam a subjetividade dos indivíduos (Dejours, 2004; Pimenta & Araújo, 2018).

(105) É, eu sinto muito uma montanha-russa emocional, assim, então quando eu penso nos projetos, no tanto que isso daqui pode impactar, no tanto de mudança que a gente pode fazer, minha motivação fica lá em cima. Mas quando eu penso nas questões de gestão de pessoas, se eu vou conseguir desenvolver minha carreira ou não, na carga de trabalho mesmo, que é muito alta, tanto em questão de horário, quanto em questão de quantidade de trabalho, aí a motivação vai lá pra baixo. (E1)

De forma similar, no trecho (105), o entrevistado E1 também busca equilibrar seus sentimentos e sua motivação em relação a contraposição entre o propósito, no sentido do impacto e da mudança “que a gente pode fazer”, e a preocupação com o desenvolvimento de sua carreira. O uso do termo “montanha-russa emocional” para adjetivar sua situação demonstra o quão violento pode ser o efeito de tais contradições e conflitos de racionalidade na subjetividade do indivíduo.

(106) É, pior que eu... isso não vou mentir não, às vezes eu falo para minha mãe, que se aposentou, né? E aqui na pandemia né? E às vezes eu falo para ela que eu queria me aposentar também, mas eu acho que eu não deixaria de trabalhar e atuar com [atividade que E3 exerce atualmente], mas eu gostaria, se eu tivesse, né, realmente, tipo essa liberdade financeira toda, eu gostaria de, sei lá, se você quiser ficar uma semana sem trabalhar, tranquilamente, decidir isso a hora que eu quisesse, obviamente, eu ia querer. Acho que também não é tão idealizado assim, eu gosto muito do que eu faço, amo, tudo, mas se eu realmente tivesse essa liberdade financeira, eu não ia deixar de atuar, eu acho, com [atividade que E3 exerce atualmente], porque eu realmente gosto, mas eu não ia talvez querer que isso fosse uma obrigação assim na vida, talvez, sabe? Acho que eu, enfim... eu iria fazer, talvez um projeto ou outro, etc. (E3)

Como se pode observar no trecho (106), o propósito, representado aqui pelas ações de impacto social, nem sempre é suficiente para manter ativo o processo de identificação com a organização. Manifestando sua franqueza (“isso não vou mentir não”), o entrevistado E3 diz em tom jocoso que gostaria de estar aposentado, assim como sua mãe. Existem dois pontos neste trecho que são dignos de atenção. O primeiro se refere ao uso do termo “liberdade financeira”, que exemplifica, de forma evidente, como os sujeitos, nos dias de hoje, estão aprisionados pelas organizações e seu sistema ideológico, que provocam a dependência de uma racionalidade econômica e o autoabandono de valores e princípios, sob o receio do desemprego (Siqueira, 2009). O segundo ponto se trata da fala “não é tão idealizado assim”, no qual se pode identificar que, por mais que o sujeito esteja investido psicologicamente no trabalho, esse investimento, quando

estabelecido em uma ideologia instrumental e gerencialista, se torna uma “obrigação” que desgasta a subjetividade dos indivíduos.

(107) O que me motiva? Você sabe que eu tenho pensado muito nisso? Porque eu tenho uma rotina assim.... eu fico pensando no que eu tenho, na verdade, eu tenho me questionado muito o que me motiva assim... o que que me faz... eu não sei. Hoje sendo bem... que me faz: ah nossa, vou acordar e... eu estava pensando nisso... Eu falo: cara, está tendo tanto projeto legal, tanta coisa está acontecendo... mas eu não estou sentindo isso, sabe, eu não sei, de verdade. (E2)

Por fim, no trecho (107), quando o entrevistado E2 diz: “eu não estou sentindo”; podemos perceber que os sujeitos investidos totalmente na organização, no momento em que refletem sobre suas vidas, percebem a ausência de si mesmo, tendo em vista que suas subjetividades estão mescladas e integradas a organização. Essa identificação irrestrita à organização em busca de sucesso e autorrealização provoca alienação e autoabandono da subjetividade, que, por sua vez, leva os indivíduos ao adoecimento físico e psíquico (Dejours, 1992; Siqueira, 2009).

Assim, na **categoria de análise subjetividade**, foi possível identificar manifestações do processo de subjetivação do trabalho nos indivíduos investigados por intermédio de relatos de experiências de prazer e sofrimento no exercício de suas funções, bem como da observação da identificação pessoal dos entrevistados com o imaginário idealizado do empreendedorismo social.

Em primeira análise foi possível observar de que forma se dá a esfera de descontentamento com o trabalho por parte dos entrevistados. Embora os modismos gerenciais importados da cultura do *management* promovam satisfação aos indivíduos no que toca à sensação de liberdade, colaboração e autonomia, e a estrutura horizontal, descentralizada e enxuta da organização preveja um processo decisório democrático e cooperativo, a presença de tais mecanismos de sedução (Siqueira, 2009) provoca a

apresentação de formações discursivas que, a todo tempo, se contrapõem entre a crítica relutante às condições de trabalho e o esforço discursivo de manter a imagem positiva da organização. Nesse sentido, é possível perceber uma dinâmica conflituosa de subjetivação, em que os sujeitos, ora aderem, ora rejeitam, o imaginário organizacional, minando, aos poucos, a resistência física e psíquica desses indivíduos.

O segundo ponto de subjetivação do trabalho se refere às manifestações de sofrimento na organização. Nesse sentido, foi possível identificar que o trabalho representa um aspecto central na vida dos indivíduos entrevistados, sendo que tal investimento exacerbado na atividade laboral é visto pelos sujeitos da pesquisa com certo pesar e ressentimento (Enriquez, 2014). Nesse contexto, os trabalhadores passam a operar em um limite, na tentativa de manterem uma vida saudável. Esse limite, caracterizado por um dos entrevistados como “resiliência”, é uma característica comum do discurso empreendedor que promove um *ethos* idealizado, centrado na autorresponsabilização. Além disso, foi possível observar diversos relatos de manifestação de sofrimento e, por consequência, adoecimento, advindo de uma adesão a um imaginário organizacional de sucesso que, normalmente, na sociedade capitalista contemporânea, está atrelado à ideologia gerencialista que corrompe o trabalho e fragiliza os indivíduos (Bendassolli, 2011, Freitas, 2000; Niewiadomski, 2004/2005).

Por fim, foi apreendido que a subjetividade dos trabalhadores da organização oscila frequentemente entre dinâmicas de prazer e sofrimento. Para os indivíduos entrevistados, o prazer se situa na percepção de fazerem parte de uma organização que opera segundo valores elevados de promoção de bem-estar social. Tais valores se resumem na palavra “propósito”, utilizada reiteradamente pelos entrevistados em suas formações discursivas. Nesse sentido, embora o “propósito” apresente aproximação com

uma racionalidade substantiva (Guerreiro Ramos, 1989), ou mesmo com o paradigma do dom (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003), existe a percepção que, para o campo do empreendedorismo de impacto social, o seu sentido é instrumentalizado, em grande parte, como uma forma de fascínio e sedução, visando a promoção de uma adesão pelos indivíduos que atuam nesse meio (Enriquez, 1990, 2007, 2008).

Por sua vez, o sofrimento surge a partir do processo reflexivo ao encarar a contraposição entre o “propósito” e a instrumentalidade da razão. Nesse sentido, os indivíduos precisam operar dentro de uma contradição de ideais, um centrado no processo de identificação com os valores da organização e outro que se concentra na preocupação com a evolução de suas carreiras. Cabe ressaltar que os indivíduos, afetados pelos dispositivos de uma governamentalidade neoliberal (Fonseca, 2011; Foucault, 1998, 2008), normalmente estabelecem suas condutas sob uma lógica econômica, centrada no mercado, alinhada ao desenvolvimento profissional, centrado na mentalidade do cálculo e na racionalidade instrumental (Dardot & Laval, 2016; Marcuse, 1973). Tal conduta presente em um cenário que visa promover a justiça social, sempre se apresentará de forma paradoxal (Gaulejac, 2011), proporcionando um desgaste constante na subjetividade dos indivíduos que operam nesse setor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial de integrantes de empresas sociais, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que permeia as ações sociais. Nesse sentido, a pesquisa se fundamenta na problematização focada em entender de que forma os integrantes de negócios de impacto social lidam subjetivamente com a contradição entre a lógica empresarial e a social.

Diante deste cenário, a pesquisa foi conduzida por meio de realização de entrevistas semiestruturadas em profundidade, nas quais foram ouvidos 7 componentes de uma organização inserida no ecossistema de empreendedorismo social. As falas foram analisadas por meio da aplicação da abordagem teórico-metodológica da ACD, conforme perspectiva de Norman Fairclough (2016), e sob o arcabouço dos estudos críticos das organizações, à luz da Teoria Crítica, da Sociologia Clínica e do paradigma radical humanista. Nesse sentido, metodologicamente, foram estabelecidas quatro categorias de análise interligadas diretamente aos objetivos específicos desta pesquisa.

Em relação ao primeiro objetivo específico – identificar como os indivíduos vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, na organização – os resultados apontaram para uma evidente presença, nas práticas discursivas dos entrevistados, do domínio ideológico gerencialista. Nesse sentido, foi possível observar que a organização possui um conjunto de colaboradores de perfil homogêneo que compartilham entre si um comportamento assimilado do discurso empreendedor, pautado pela razão instrumental nas práticas organizacionais, pela individualização e pela autorresponsabilização, materializado pela ideologia gerencialista que consagra paradigmas objetivistas,

funcionalistas, experimentais, instrumentalistas e economicistas, visando otimizar os resultados do indivíduo em prol da eficiência corporativa (Gaulejac, 2007).

Esse conjunto de características permite que o ambiente organizacional seja tomado facilmente por mecanismos e dispositivos buscam maximizar resultados e ampliar eficiência, promovendo um processo de corrompimento da gestão que culmina da desumanização e reificação dos indivíduos, aspectos típicos da ideologia gerencialista (Faria & Meneghetti, 2007; Linhares, 2014; Pagès *et al.*, 1987; Pimenta & Araújo, 2018; Siqueira, 2009).

O contexto social contemporâneo, capitalista e neoliberal, contribui para que a prática discursiva dos trabalhadores de empresas com finalidades lucrativas esteja interligada com uma prática social que reproduz a ideologia gerencialista. Contudo, a organização analisada se coloca em um cenário de hibridismo institucional, ao mesmo tempo que propõe a atividades lucrativas, tais atividades tem finalidades de promoção de justiça social. Dessa forma, tal contradição impõe injeções paradoxais, causando mal-estar e sofrimento para seus empregados, quando seus valores institucionais prezam por objetivos mais substantivos orientados para finalidades de transformação social, cuidado ambiental e redução da pobreza e de desigualdades sociais (Gaulejac, 2011).

Em relação ao segundo objetivo específico – identificar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos sujeitos da pesquisa – os resultados apontaram que os entrevistados se pautam prevalentemente pela racionalidade instrumental, centrada no aspecto mercadológico, alinhado com o que Dardot e Laval (2016) preconizam como parte integrante de uma racionalidade neoliberal.

Nesse sentido, ficou também evidenciado que o discurso enunciado pelos colaboradores da organização se apresentam de forma submissa, com pouca resistência,

aos dispositivos de governamentalidade neoliberal propostos por Foucault (1998, 2008), tendo em vista que a prática discursiva e social dos entrevistados se alinham no sentido de reproduzir uma ideologia hegemônica, que busca a instrumentalização da ação social, na qual o conceito de “bem comum” é utilitário e a presença do Estado é instrumentalizada para o alcance dos benefícios propostos pelas empresas de impacto social.

Além disso, as formações discursivas analisadas corroboram as asserções de Boltanski e Chiapello (2009) sobre o processo de renovação do espírito capitalista, no qual o empreendedorismo social cumpre um papel recente nas ações de crítica e justificação ao ideal mercadológico do sistema econômico vigente. Nesse sentido, a instrumentalização do “bem comum” se conforma em uma estratégia dessa renovação, capaz de mudar a percepção da carga ideológica do sistema capitalista, sob o véu dos discursos que promovem “mudança” e “transformação” (Casaqui, 2015; Sinato, 2016).

Ademais, foi possível ainda apreender que as práticas discursiva e social dos entrevistados estão assimiladas à carga ideológica presente no paradigma utilitarista, que prioriza a razão instrumental acima de outros valores. Dessa forma, observou-se que o campo do empreendedorismo social, embora se pautar por objetivos nobres de justiça social, ainda se apresenta de forma distante do que Mauss (2003) e Caillé (2001) concebem como o paradigma da dádiva.

Quanto ao terceiro objetivo específico – identificar traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos – os resultados apontaram evidências de aspectos contraditórios bastante influenciados pela assimilação do discurso (e da ideologia) do empreendedorismo. Essa apropriação discursiva se manifesta também na relação conflituosa entre uma racionalidade potencialmente substantiva e a prevalente razão

instrumental que permeia a cultura organizacional do campo do empreendedorismo social.

Nesse sentido, os entrevistados, em diversas ocasiões, se contradizem em relação à escala de alcance que as empresas possuem (incluindo os negócios de impacto) para resolução dos problemas sociais que afligem o País. O contexto geral indica que os entrevistados entendem que a iniciativa privada não tem a capacidade de promover uma grande escala de ação, mas esse entendimento foi superado quando eles foram consultados sobre o papel do empreendedorismo social, para o qual o discurso empreendedor parece ser suficiente para extinguir as barreiras supostas inicialmente. Essa ocorrência ratifica o entendimento de Enriquez (1990), no qual a assimilação ideológica do discurso permite que a noção de impossibilidade desapareça.

Outro ponto de contradição se apresenta no debate sobre a atividade das organizações sem fins lucrativos no campo social. Inicialmente, os entrevistados atestam que existe espaço para todos nesse cenário e que a filantropia ainda é uma urgência dentre as necessidades das populações em situações de vulnerabilidade social. Entretanto, a prática discursiva dos entrevistados evolui para um entendimento de que as organizações sem fins lucrativos precisam fazer a transição para o ecossistema de empreendedorismo de impacto social, justificado pela necessidade dessas organizações em se profissionalizarem e aprimorarem sua gestão (Dart, 2004; Eikenberry & Kluver, 2004; Salimon & Siqueira, 2013). Nesse contexto, é possível perceber a intensidade da presença da razão instrumental e neoliberal (Dardot & Laval, 2016) no discurso dos indivíduos em contraponto a uma aproximação potencial (em virtude da missão social) com paradigmas alternativos ao utilitarismo.

Por fim, foi possível observar o conflito entre racionalidades antagônicas no discurso dos sujeitos da pesquisa. A resposta que os indivíduos dão sobre o que seria mais importante entre o aspecto econômico e social no campo do empreendedorismo de impacto é a mesma: não há como priorizar uma coisa ou outra. Para alguns, o aspecto social se mostra mais importante, mas o econômico, para os entrevistados, não pode ser negligenciado. Tal asserção aproxima os sujeitos da pesquisa de uma racionalidade substantiva (Guerreiro Ramos, 1989) e até ao paradigma da dádiva (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003). Entretanto, é evidente a primazia da racionalidade econômica e neoliberal no discurso dos indivíduos, sendo que essa aproximação com uma racionalidade alternativa é constantemente confrontada pelas inquietações ligadas às questões econômicas da organização, demonstrando uma centralidade nos aspectos financeiros, utilitários e instrumentais da razão, bem como presença de uma estrutura social que constitui as identidades dos indivíduos, dentro dos parâmetros definidos pela racionalidade neoliberal (Dardot & Laval, 2016; Fonseca, 2011; Foucault, 1998, 2008; Marcuse, 1973).

Em relação ao quarto objetivo específico – analisar os efeitos do trabalho no campo do empreendedorismo social na subjetividade dos indivíduos – os resultados apontaram para presença da subjetivação do trabalho nos indivíduos investigados, por intermédio de manifestações de prazer relacionadas ao propósito da organização e da liberdade e autonomia promovida para estrutura horizontalizada da empresa, mas também pela presença de verbalizações que evidenciam o sofrimento e o adoecimento em virtude do trabalho como aspecto centralizador da vida e dos conflitos de racionalidade presentes no dia a dia dos indivíduos analisados. Nesse sentido, foi possível verificar que os discursos enunciados pelos sujeitos da pesquisa se contestam frequentemente entre uma

crítica reticente ao trabalho e ao elogio ao imaginário organizacional. O contexto analisado permitiu evidenciar a construção de um sistema simbólico (Enriquez, 2007) que, embora apresente os problemas convencionais relacionados a gestão, proporciona estruturas de fascínio e sedução (Siqueira, 2009). Esse cenário demonstra como a resistência física e psíquica dos sujeitos é minada constantemente por uma dinâmica conflitante de subjetivação que, a todo tempo, promove mecanismos de adesão e resistência ao imaginário organizacional.

Ainda nesse tópico, foi possível perceber que as formações discursivas enunciadas pelos entrevistados demonstraram que o trabalho se coloca como principal elemento em suas vidas. Entretanto, esse envolvimento tão intenso no trabalho é percebido com angústia pelos empregados da organização, que operam, tentando equilibrar o comprometimento em suas carreiras, dentro de um limite que seja física e mentalmente saudável. Nesse contexto, o *ethos* do empreendedor retorna ao discurso, atribuindo ao indivíduo o adjetivo de resiliente, sendo que aqueles que suportam mais o sofrimento do trabalho, conseguem ir mais longe na vida profissional. Nesse sentido, ainda, as falas dos entrevistados possuem diversas exposições sobre os sofrimentos afligidos em consequência do trabalho e o adoecimento que advém do investimento irrestrito ao imaginário organizacional moderno, subordinado a uma ideologia gerencialista. (Freitas, 2000; Gaulejac, 2007; Pagès *et al.*, 1987; Siqueira, 2009).

Tal cenário compõe, na verdade, um processo de subjetivação que se alterna constantemente entre dinâmicas de prazer e sofrimento. Nesse contexto, os valores da organização que estão atrelados às atividades de promoção de bem-estar social são percebidos positivamente pelos sujeitos, proporcionando-lhes momentos prazerosos de realização pessoal. O “propósito” da organização passa a dar sentido para o trabalho,

estabelecendo um processo de identificação que, ao mesmo tempo que apela para valores presentes em um tipo alternativo de racionalidade (Guerreiro Ramos, 1989), ou mesmo de outro paradigma não utilitarista (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003), também é utilizado de forma instrumental como forma de fascínio e sedução no campo do empreendedorismo social.

Nesse sentido, foi possível observar que o sujeito em análise nesta pesquisa opera dentro das contradições entre o “propósito” da organização e o papel utilitário e instrumental de sua racionalidade. Esses indivíduos, influenciados por uma conduta determinada pela governamentalidade neoliberal (Fonseca, 2011; Foucault, 1998, 2008), definem a lógica mercadológica e a racionalidade instrumental como parâmetro para todos os aspectos da vida (Dardot & Laval, 2016; Marcuse, 1973). Entretanto, inseridos em um campo que alega promover justiça social, tal racionalidade prevalente provoca um ciclo de contradições paradoxais (Gaulejac, 2011) que promove danos constantes a subjetividade dos sujeitos que trabalham no campo do empreendedorismo social.

Conclui-se desta pesquisa que, assim como no terceiro setor (Eikenberry & Kluver, 2004; Ramos, 2006; Salimon & Siqueira, 2013) e, também, no serviço público (Paula, 2005; Siqueira & Mendes, 2014), o trabalho no âmbito das organizações que compõem o setor do empreendedorismo social reproduz a ideologia gerencialista. Por possuírem finalidades lucrativas, tal achado pode não parecer surpreendente. No entanto, o discurso organizacional proferido no âmbito do setor enfatiza a questão social, a solidariedade e um processo de transformação que, discursivamente, parecem remeter a um conjunto ideológico oposto, de uma racionalidade orientada por valores e vinculado ao ideal de bem comum. Nesse sentido, a presença tão evidente da ideologia gerencialista no campo do empreendedorismo social abre portas para um cenário de contradições

organizacionais (Gaulejac, 2011), que por sua vez provocam conflitos internos que estimulam descontentamentos e sofrimento para os indivíduos. Sob tal circunstância, o discurso do empreendedorismo social, aparentemente emancipador, na verdade, promove a reprodução da ideologia hegemônica, centrada na lógica do mercado, em que o empresariamento de si se apresenta como aspecto orientador na vida dos indivíduos, inclusive na esfera da promoção de bem-estar social (Dardot & Laval, 2016; Foucault, 1998, 2008; Marcuse, 1973).

Ademais, observa-se que o discurso enunciado pelos indivíduos e organizações que compõem o campo do empreendedorismo social, centrado em um “propósito” promotor de mudanças, é mais um meio de controle subjetivo do afetivo, por intermédio de processos de fascínio e sedução (Enriquez, 1990; Siqueira, 2009), que encorajam, “pelo amor à causa”, os indivíduos a investirem completamente sua psique em prol das empresas promotoras de impacto social. Nesse contexto, a entrega total da subjetividade dos indivíduos no campo do empreendedorismo social se justifica pelo nobre propósito de transformação social – materialização do “bom poder” concebido por Enriquez (2007) – afinal, os colaboradores engajados permitem uma maior efetividade das ações sociais. Contudo, percebe-se que, por detrás do véu discursivo emancipador, o “propósito”, instrumentalizado, acarreta também no crescimento das organizações vinculadas ao campo, tanto no aspecto financeiro, quanto na questão de um imaginário idealizado de empresas restauradoras da ética e da moralidade (Freitas, 2000), que, por sua vez, perpetua o ciclo de crítica-justificação da lógica capitalista neoliberal (Boltanski & Chiapello, 2009).

Nesse contexto de contradições, foi possível verificar, também, que a racionalidade instrumental e neoliberal prevalece entre os sujeitos investigados,

corroborando as asserções de Foucault (1998, 2008) sobre a questão da governamentalidade como um padrão de conduta. Posicionada na fase genealógica de Foucault, a questão da governamentalidade contextualiza a formação de dispositivos que estão estreitamente ligados ao sistema capitalista e que orientam a vida dos indivíduos na contemporaneidade e direcionam os sujeitos à subordinação à lógica neoliberal. Nesse sentido, pouco se observou em relação a padrões discursivos que demonstrassem uma perspectiva emancipadora de tal conduta, ainda que os sujeitos desta pesquisa estejam envolvidos em ações que promovem justiça social no campo solidário. Além disso, foi possível identificar que tal cenário de contradições se reflete nos processos de subjetivação do trabalho, sendo evidente as manifestações de sofrimento aos quais os indivíduos entrevistados são submetidos. Ao mesmo tempo que o “propósito” instrumentalizado pela organização serve como um mito orientador para a conduta dos indivíduos e uma fonte de prazer e satisfação para os sujeitos (Adorno & Horkheimer, 1985; Enriquez, 1997), a rotina cotidiana do trabalho e sua gestão ideologizada promove descontentamentos e aprisiona os indivíduos.

Ressalta-se que este trabalho não intenta em criticar diretamente os indivíduos entrevistados ou a organização os abriga, mas se propõe em realizar uma reflexão teórico-crítica que possa estabelecer caminhos de emancipação de uma lógica dominante no mundo do trabalho e das organizações. Nesse sentido, as discussões realizadas nesta pesquisa buscaram contribuir para o avanço dos estudos organizacionais críticos no campo de análise sobre o empreendedorismo social, especialmente no que toca os estudos sobre os efeitos do trabalho na subjetividade dos indivíduos envolvidos no ecossistema das organizações compostas por negócios de impacto social, sob a ótica da Sociologia Clínica, bem como em relação à aplicação da ACD (Fairclough, 2016) em tal contexto.

Apesar de tal contribuição, os achados desta pesquisa não podem ser generalizados para todo o campo do empreendedorismo social. Entretanto, as experiências relatadas demonstram que os resultados são significativos para a busca de conhecimento relacionado à dinâmica do trabalho no cenário que se encontram essas organizações.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa pode ser aprofundada, no campo do empreendedorismo social, ampliando a discussão sobre o conflito paradigmático entre o utilitarismo e a dádiva (Caillé, 2001, 2002; Martins, 2005, 2008, 2017; Mauss, 2003) que pode se apresentar no discurso enunciado por fundadores de negócios de impacto social. Em outro espectro, tal análise poderia também ser realizada em outros tipos de organizações, como, por exemplo, cooperativas e associações abrangidas pela temática da economia solidária, que possuem finalidade econômica, mas que atuam sob um princípio de solidariedade, coletivismo e autogestão.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. W. & Horkheimer, M. (1985). *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar
- Alvesson, M. (1991). Organizational symbolism and ideology. *Journal of Management Studies*, 28(3), 207–25.
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Araujo, J. N. G. (2012). Trabalho, organizações e instituições. In Jacó-Vilela, A. M. & Sato, L. *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein.
- Barbalho, A., & Uchoa, C. do V. (2019a). As linguagens do novo capitalismo: os casos exemplares da Endeavor Brasil, Artemisia e Ashoka Brasil. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 1(50), 156-174.
- Barbalho, A., & Uchoa, C. do V. (2019b). Análise crítica dos empreendedores sociais no brasil: um referencial teórico-metodológico. *Novos Rumos Sociológicos*, 7(11), 484-506.
- Barros, M., & Passos, E. (2000). Remando a favor da maré: racionalidade instrumental no curso de administração de empresas. *Organizações & Sociedade*, 7(19), 161-174.
- Bendassolli, P. F. (2011). Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(1), 65-99.
- Boltanski, L. & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: Martins Fontes
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

- Bulgacov, Y. (2012). Debate epistemológico, ontológico e metodológico. In. Takahashi, A. (Org.). *Pesquisa qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil*. (pp. 23-34). São Paulo: Atlas.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). Sociological paradigms and organisational analysis. *Sociology*, 14(2), 332-333.
- Caillé, A. (2001). O princípio de razão, o utilitarismo e o antiutilitarismo. *Sociedade e Estado*, 16(1-2), 26-56.
- Caillé, A. (2002). *Antropologia do dom: o terceiro paradigma*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Calás, M. B., Smircich, L. & Bourne, K. A. (2009). Extending the boundaries: reframing “entrepreneurship as social change” through feminist perspectives. *Academy of Management Review*, 34(3), 552-569.
- Casaqui, V. (2015). A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. *Galáxia*, 0(29), 44-56
- Chanlat, J. F. (2002). O gerencialismo e a ética do bem-comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. In *Anais de VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública* (pp. 8-11). Lisboa: [s.n.]
- Colbari, A. (2007). A retórica do empreendedorismo e a formação para o trabalho na sociedade brasileira. *Revista Sinais*, 1(1), 75-111
- Costa, A. M. da, Barros, D. F., & Carvalho, J. L. F. (2011). A dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 179-197

- Costa, A. M. da, Barros, D. F., & Martins, P. E. M. (2012). A alavanca que move o mundo: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cadernos Ebape. br*, 10(2), 357-375
- Costa, A. M. da, & Saraiva, L. A. S. (2015). Ideologias organizacionais: uma crítica ao discurso empreendedor. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 1(2), 187. <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2014.v1n2.36>
- Dacin, P. A., Dacin, M. T., & Matear, M. (2010). Social entrepreneurship: why we don't need a new theory and how we move forward from here. *Academy of Management Perspectives*, 24(3), 37–57. doi:10.5465/amp.24.3.37
- Dacin, M. T., Dacin, P. A., & Tracey, P. (2011). Social Entrepreneurship: A Critique and Future Directions. *Organization Science*, 22(5), 1203–1213. doi:10.1287/orsc.1100.0620
- Dale, J., & Kyle, D. (2016). Smart Humanitarianism: Re-imagining Human Rights in the Age of Enterprise. *Critical Sociology*, 42(6), 1-15.
- Dardot, P. & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Dart, R. (2004). The legitimacy of social enterprise. *Nonprofit Management & Leadership*, 14(4), 411–424.
- Dees, G. (1998). The meaning of 'social entrepreneurship' (online) https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/03/Article_Deess_MeaningofSocialEntrepreneurship_2001.pdf
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez-Oboé.

- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, 14(3), 27-34.
- Derrida, J. (1994). *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará
- Dey, P. (2006). The rhetoric of social entrepreneurship: paralogy and new language in academic discourse. In Steyaert C. & Hjorth, D. (Orgs.): *Entrepreneurship as social change: a third movements in entrepreneurship book*. (pp. 121-143) Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Dey, P. (2014). Governing the social through ‘social entrepreneur-ship’: A Foucauldian view of the ‘art of governing’ in advanced liberalism. In Douglas, H. & Grant, S. (Orgs.), *Social innovation and social entrepreneurship: Context and theories* (pp. 55–72). Melbourne: Tilde University Press.
- Dey, P. & Lehner, O. (2017). Registering ideology in the creation of social entrepreneurs: intermediary organizations, ‘ideal subject’ and the promise of enjoyment. *Journal of Business Ethics*. 142(4), 753-767
- Dey, P., & Steyaert, C. (2012). Social entrepreneurship: critique and the radical enactment of the social. *Social Enterprise Journal*, 8(2), 90–107.
doi:10.1108/17508611211252828
- Du Gay, P. (1991). Enterprise culture and the ideology of excellence. *New Formation*, (14), 45-61.
- Duarte Alonso, A., Kok, S. & O’Brien, S. (2020) ‘Profit Is Not a Dirty Word’: Social Entrepreneurship and Community Development. *Journal of Social Entrepreneurship*, (11)2, 111-133.
- Eikenberry, A. & Kluver, J. (2004). The marketization of the nonprofit sector: civil society in risk? *Public Administration Review*, 64(2), 132-140.

Enriquez, E. (1990). *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro:

Zahar:

Enriquez, E. (1997). *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes.

Enriquez, E. (2001). Instituições, poder e “desconhecimento”. In Araújo, J. N. &

Carreiro, T. C. (Orgs). *Cenários sociais e abordagem clínica*. Belo Horizonte:

Fumec.

Enriquez, E. (2007). *As figuras do poder*. São Paulo: Via Lettera

Enriquez, E. (2008). Entrevista com Eugène Enriquez [Entrevista concedida à Freitas,

M. E.]. *Organizações & Sociedade*, 15(44), 189-195.

Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cadernos de*

Psicologia Social do Trabalho, 17(spe1), 163-176.

Fairclough, N. (2012). Análise crítica do discurso como método em pesquisa social

científica. *Linha d'Água*, 25(2), 307-329.

Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora Universidade

de Brasília.

Faria, J. H. (2009). Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte.

Cadernos EBAPE.BR, 7(3), 509-515

Faria, J. H. & Meneghetti, F. K. (2007). Discursos organizacionais. In Faria, J. H.

(Org.). *Análise crítica das teorias e práticas organizacionais*. São Paulo: Atlas;

Fonseca, M. A. (2011). *Michel Foucault e a constituição do sujeito* (3ª ed.). São Paulo:

EDUC.

Foucault, M. (1998). *Microfísica do poder* (13ª ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal

Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France*

(1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

- França Filho, G., Rigo, A. & Souza, W. (2020). A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). *Organizações & Sociedade*, (27)94, 556-584
- Freitas, M. E. de. (2000). Contexto social e imaginário organizacional moderno. *Revista de Administração de Empresas*, (40)2, 6-15
- Gaiotto, S. (2016). Empreendedorismo social: estudo bibliométrico sobre a produção nacional e internacional. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, (5)2, 1-24.
- Gaulejac, V. (2001). Psicossociologia e sociologia clínica. In: Araújo, J.N.G. & Carreiro, T.C. (Orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica* (pp. 35-48). Belo Horizonte: Fumec.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.
- Gaulejac, V. (2011). A NGP: a nova gestão paradoxal. In P. F. Bendassolini & A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp. 84-98). São Paulo: Atlas
- Gebrin, A. & Andreotti, R. (2016). Sociologia Clínica e Psicossociologia: a noção de implicação do pesquisador. *Teoria & Sociedade*, 24(1), 142-157.
- Godoy, A. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 57-63.
- Graeber, D. (2013). Revele-se. *Verve*, 23, 135-147.
- Guerreiro Ramos, A. (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Editora da FGV

- Hamann, T. H. (2012). Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*, 3, 99-133.
- Harding, R. (2004). Social enterprise: the new economic engine? *Business Strategy Review*, 15(4), 39-43.
- Hjorth, D. (2013). Public entrepreneurship: desiring social change, creating sociality. *Entrepreneurship & Regional Development*, 25(1-2), 34-51.
- Hota, P. K., Subramanian, B., & Narayanamurthy, G. (2020). Mapping the intellectual structure of social entrepreneurship research: a citation/co-citation analysis. *Journal of Business Ethics*, 166(1), 89-144.
- Ituassu, C. & Tonelli, M. (2014). Sucesso, mídia de negócios e a cultura do *management* no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(1), 86-111
- Kets de Vries, M. (1977). The entrepreneurial personality: person at the crossroads. *Journal of Management Studies*, 14(1), 34-57.
- Kazmi, B. A., Leca, B., & Naccache, P. (2016). Is corporate social responsibility a new spirit of capitalism? *Organization*, 23(5), 742-762.
- Leite, E. S., & Melo, N. M. (2008). Uma nova noção de empresário: a naturalização do 'empreendedor'. *Revista de Sociologia Política*, 16(31), 35-47.
- Linhares, A. R. (2014). Um diálogo entre a modernidade líquida, o gerencialismo e a teoria do reconhecimento no mundo do trabalho. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, 8(21), 715-734.
- Linhares, A. R. & Siqueira, M. V. S. (2014). Um diálogo entre a psicodinâmica do trabalho e a sociologia clínica no universo da modernidade líquida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 106-118.

- Magalhães, C. M. (2001). A análise crítica do discurso enquanto teoria e método de estudo. In: Magalhães, C. M. (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. (pp. 15-30) Belo Horizonte: FALE/UFMG.
- Magalhães, I. (2005). Introdução: a análise de discurso crítica. *D.E.L.T.A.*, 21(spe), 1-9.
- Magalhães, I. (2016). Prefácio. In Fairclough, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Mair, J. & Martí, I. (2006). Social entrepreneurship research: a source of explanation, prediction, and delight. *Journal of World Business*, 41(1), 36-44.
- Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar
- Marcuse, H. (1975). *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar
- Martínez, C. N., Bañón, A. R. & Laviada, A. F. (2019). Social entrepreneur: same or different from the rest?. *Voluntas*, 30(3), 443–459.
- Martinelli, A. (1994). Entrepreneurship and Management. In Smelser, N. J. & Swedberg, R. (Orgs.). *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton : Princeton University.
- Martins, P. H. (2005). A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 45-66.
- Martins, P. H. (2008). De Lévi-Strauss a M.A.U.S.S. - movimento antiutilitarista nas ciências sociais: itinerários do dom. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), 105-130.
- Martins, P. H. (2017). A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de Alain Caillé. *Sociologias*, 19(44), 162-196.

- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Melo, I. F. (2011). Análise crítica do discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. *Estudos Linguísticos*, 40(3), 1335-1346.
- Mody, M., Day, J., Sydnor, S. & Jaffe, W. (2016). Examining the motivations for social entrepreneurship using Max Weber's typology of rationality. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 28(6), 1094–1114.
- Motta, F. P., & Alcadipani, R. (2004). O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. *RAUSP Management Journal*, 39(2), 117-128.
- Mozzato, A. & Grzybovski, D. (2013). Abordagem Crítica nos Estudos Organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. *Cadernos EBAPE.BR*, 11(4), 503–519.
- Nicholls, A. (2006). *Social entrepreneurship: New models of sustainable social change*. Oxford, Oxford University Press.
- Niewiadomski, C. (2004/2005). Indivíduo pós-moderno, sofrimento psíquico e desafios do trabalho social (N. Takeuti, Trad.). *Cronos*, 5//6(1/2), 79-91.
- Neto, J. L. F. (2019). Foucault, governamentalidade neoliberal e subjetivação. *Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações*, 35, 1-10.
- Nunes, C. G. F. & Silva P. H. I. (2018). A sociologia clínica no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, 6(12), 181-199.
- Ogbor, J. O. (2000). Mythicizing and Reification in Entrepreneurial Discourse: Ideology-Critique of Entrepreneurial Studies. *Journal of Management Studies*, 37 (5), 605–635.
- Oliveira, L. S. (2019). O conceito de governamentalidade em Michel Foucault. *Revista Ítaca*, 34, 48-72.

- Pagès, M., Bonetti, M., Gaulejac, V. & Descendre, D. (1987). *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas
- Parente, C., Costa, D., Santos, M. & Chaves, R. (2011, maio). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. *XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise de regulação à hegemonia da globalização*. Lisboa, Portugal.
- Parkinson, C., & Howorth, C. (2008). The language of social entrepreneurs. *Entrepreneurship and Regional Development*, 20(3), 285-309.
- Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49.
- Paula, A. P. P. (2008). *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning.
- Pimenta, A. M. M. & Araújo, J. N. G. (2018). O que pode o trabalhador num modelo de gestão neoliberal? *Psicologia em Revista*, 24(3), 930-946.
- Ramalho, V. (2005). Constituição da análise de discurso crítica: um percurso teórico-metodológico. *Signótica*, 17(2), 275-298.
- Ramos, M. F. (2006). *Racionalidade nas organizações do terceiro setor: tensões e implicações para a avaliação de programas sociais*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Reed, M. (1998). Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In Clegg, S., Hardy, C. & Nord, W. (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais* (pp. 61-98). São Paulo: Atlas.
- Richardson, R. (2009). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

- Rigueiro, I. (2014). *Desenvolvimento Local Sustentável: uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social. Dissertação de mestrado*. Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Rindova, V., Barry, D., & Ketchen, J. D. J. (2009). Entrepreneurship as emancipation. *Academy of Management Review*, 34(3), 477-491.
- Ruebottom, T. (2013). The microstructures of rhetorical strategy in social entrepreneurship: building legitimacy through heroes and villains. *Journal of Business Venturing*, 28(1), 98-116.
- Salimon, M. I., & Siqueira, M. V. S. (2013). Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. *Revista De Administração*, 48(4), 643-657.
- Santos, F. P. & Davel, E. (2022). Gestão de organizações culturais: perspectivas, singularidades e paradoxo como horizonte teórico. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(1), 35-49.
- Schumpeter, J. (1997). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Serva, M. (1993). O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*, 33(2), 36-43
- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, 37(2), 18-30.
- Silverman, D. (2009). *Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto Alegre: Bookman Editora.

- Sinato, A. (2016). *Os discursos globalizados do empreendedorismo social: narrativas heroicas, mundos possíveis e consumo simbólico. Dissertação de Mestrado.* Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, SP, Brasil.
- Sinato, A. (2018). Empreendedorismo social e a mercadorização dos discursos de vida: uma análise da desarticulação das ações de empreendedores sociais. In: *Comunicon, 2018*, São Paulo: Anais Comunicon.
- Siqueira, M. V. S. (2009a). *Gestão de pessoas e discurso organizacional.* Curitiba: Juruá.
- Siqueira, M. V. S. (2009b, novembro). Violência no trabalho e o homem descartável: um estudo de aproximação entre a Sociologia Clínica e a Psicodinâmica do Trabalho. *Anais do Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho.* Curitiba, PR, 2.
- Siqueira, M. V. S., & Mendes, A. M. (2014). Gestão de pessoas no setor público e a reprodução do discurso do setor privado. *Revista do Serviço Público, 60*(3), 241-250.
- Suykens, B., George, B., De Rynck, F. & Verschuere, B. (2020). Determinants of non-profit commercialism. Resource deficits, institutional pressures or organizational contingencies?, *Public Management Review*, 1-23.
- Verduijn, K., Dey, P., Tedmanson, D., & Essers, C. (2014). Emancipation and/or oppression? Conceptualizing dimensions of criticality in entrepreneurship studies. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research, 20*(2), 98-107.

- Vergara, S., & Caldas, M. (2005). Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 45(4), 66-71.
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Wodak, R. (2003). De qué trata el análisis crítico del discurso (ACD). Resumen de su história, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In Wodak, R. & Meyer, M. (Orgs.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. (pp. 17-34). Barcelona: Gedisa.
- Wood Jr., T., & Paula, A. P. P. de. (2006). A mídia especializada e a cultura do management. *Organizações & Sociedade*, 13(38), 91–105.
<https://doi.org/10.1590/s1984-92302006000300006>

APÊNDICE A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre a lógica empresarial e solidária: um estudo sobre empreendedorismo social

Pesquisador: SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 55647322.9.0000.5540

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Administração

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.263.352

Apresentação do Projeto:

A pesquisa possui uma natureza exploratória, de abordagem essencialmente qualitativa, de recorte transversal, caracterizada pelo método da pesquisa de campo, a ser realizada por meio de entrevistas em profundidade com empregados de um negócio de impacto social, instrumentalizadas por um roteiro semiestruturado de entrevista. Os sujeitos da pesquisa são empregados de um negócio de impacto social (nomenclatura normalmente utilizada no Brasil para empresas sociais). A organização foi escolhida de forma intencional, tendo em vista de se tratar de empresa expoente no campo do empreendedorismo social. Diversamente às pesquisas quantitativas, os estudos de natureza qualitativa não buscam, necessariamente, a utilização de amostras probabilísticas para a definição dos sujeitos. No caso do presente estudo, será possível entrevistar todos os empregados da organização, tendo em vista de se tratar de um negócio de impacto social que atua com uma pequena equipe.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa tem como objetivo compreender como se configura o discurso político, ideológico e gerencial dos trabalhadores do campo do empreendedorismo social, tendo em vista as contradições entre a lógica de mercado da constituição empresarial e a lógica de solidariedade que

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.263.352

permeia as ações sociais. Especificamente, buscar-se-á: (a) identificar como os indivíduos vislumbram a gestão e como ela se implementa, na prática, em suas organizações; (b) apontar a presença de discursos de submissão e resistência à governamentalidade neoliberal nas narrativas dos indivíduos; (c) distinguir os traços de racionalidades antagônicas no discurso dos indivíduos; e (d) analisar os efeitos das racionalidades conflitantes na subjetividade dos indivíduos. A pesquisa possui natureza exploratória, de abordagem essencialmente qualitativa, de recorte transversal, caracterizada pelo método da pesquisa de campo, a ser realizada por meio de entrevistas em profundidade com empreendedores sociais, instrumentalizadas por um roteiro semiestruturado de entrevista

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O autor identifica os seguintes possíveis riscos:

Entre os possíveis riscos elenca-se a invasão da privacidade dos trabalhadores entrevistados; a exposição de questões sensíveis vividas por estes profissionais no contexto do trabalho ou mesmo em sua vida pessoal, tais como violências, discriminações e preconceitos sofridos; dificuldades de relacionamento ou outros aspectos da vida; a possibilidade de se reviver memórias e perder o autocontrole ao revelar pensamentos, sentimentos e sofrimentos difíceis de serem revelados; sofrer discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; divulgação de dados confidenciais e a possibilidade de tomar o tempo do sujeito ao responder as entrevistas previstas. Para minimizar os possíveis riscos da pesquisa, buscar-se-á a) reduzir o desconforto dos pesquisados, garantindo a realização das entrevistas por meio de ferramenta de videoconferência, mantendo a privacidade e o distanciamento social em tempos de pandemia; b) dar total liberdade ao entrevistado para não responder questões desagradáveis e que possam lhe causar algum constrangimento; c) realizar a coleta de dados com todo o profissionalismo, mediante capacitação e qualificação obtida junto ao orientador da pesquisa; d) atentar para as manifestações ou sinais não verbais de desconforto, que possam comprometer o bem estar dos entrevistados; e e) assegurar a confidencialidade, a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização das pessoas entrevistada

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa irá realizar entrevistas com pessoas empregadas em uma empresa considerada "empresa social", qual seja, a empresa [REDACTED]. Serão entrevistados todos os 12

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB**



Continuação do Parecer: 5.263.352

empregados da empresa. Ainda que o autor tenha referido que realizará as entrevistas sob anonimato, o tamanho pequeno do universo de pesquisa pode permitir que haja identificações indiretas dos participantes. Dessa forma, o pesquisador deve adotar estratégias que consigam ir além do anonimato, tais como a pseudonimização, a troca de nomes, a troca de detalhes de cada uma das entrevistas - tudo de forma a preservar a identidade dos participantes. Assim, o pesquisador não pode ver o anonimato como estratégia única e suficiente para preservação da identidade dos participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Este projeto foi aprovado pelo CEP/CHS

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1891806.pdf	03/02/2022 15:17:05		Aceito
Cronograma	Cronogramav2.pdf	03/02/2022 15:16:30	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMestradoSamuelVieira.pdf	02/02/2022 16:39:17	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Outros	CartaDeRevisaoEtica.pdf	02/02/2022 16:30:27	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Outros	CartaDeEncaminhamento.pdf	02/02/2022 16:30:06	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Outros	RoteiroDeEntrevista.pdf	02/02/2022 16:29:37	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Outros	CurriculoMarcus.pdf	02/02/2022 16:28:39	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Outros	CurriculoSamuel.pdf	02/02/2022 16:28:29	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 5.263.352

Outros	AceiteInstitucional.pdf	02/02/2022 16:27:58	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	02/02/2022 16:26:41	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRostoDissertacao.pdf	02/02/2022 16:24:42	SAMUEL FALCAO BORGES DE LIMA VIEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 24 de Fevereiro de 2022

Assinado por:
MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Entrevista nº _____ Data: ___/___/___
Horário: Início: _____ Término: _____

Perfil:

Nome:

Idade:

Sexo:

Questões orientadoras:

1. Conte um pouco da sua trajetória de vida e o que te levou a trabalhar hoje na organização.
2. Qual o seu papel na empresa? Descreva sua rotina de trabalho.
3. Como se dá a relação com seus colegas de trabalho?
4. Você é avaliado pelo seu trabalho? Existe alguma estratégia de reconhecimento e/ou aprimoramento do trabalho realizado?
5. Existe algo na organização do trabalho que poderia ser diferente?
6. Considerando o Brasil como um país que exige atenção em diversas questões de justiça social, a quem cabe resolver tais problemas sociais: a iniciativa privada ou Estado? Por quê?
7. Qual o papel das empresas sociais ou negócios de impacto nesse cenário?
8. E as ONGs, elas têm espaço para resolver as demandas sociais?
9. O quanto você considera que a sua organização contribui para essa questão? Você acredita que ela poderia contribuir mais? Se sim, o que a impede?
10. Considerando que toda empresa de impacto social possui dois objetivos: proporcionar soluções de impacto social e promover resultados econômicos:

- a. Você considera que a sua organização é bem-sucedida financeiramente?
O que você considera como “bem-sucedido” nesse contexto? Poderia ser melhor? Caso positivo, o que poderia ser feito nesse sentido?
 - b. E sobre o aspecto do impacto social, a organização é bem-sucedida?
Novamente, o que você considera como “bem-sucedido” nesse contexto?
Poderia ser melhor? Caso positivo, o que poderia ser feito nesse sentido?
 - c. Para você qual dos dois objetivos é o mais importante? Por quê?
11. De que forma que você se identifica com a organização? O que ela significa para você?
 12. Como é a sua carga de trabalho na organização? Muito pesada? Existe muita pressão para apresentação de resultados? Como você se sente quando chega em casa após um dia de trabalho?
 13. O que te dá mais prazer no trabalho? Me conte um episódio que te marcou positivamente.
 14. O que mais te desagrada no trabalho? Me conte um episódio que te marcou negativamente.
 15. Você já se sentiu frustrado na organização? Algo já te causou sofrimento ou adoecimento? Caso positivo, como você lida/lidou com essa situação?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “*Entre a lógica empresarial e solidária: um estudo sobre empreendedorismo social*”, de responsabilidade de Samuel Falcão Borges de Lima Vieira, estudante de mestrado da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é compreender como se configura o discurso de integrantes de empresas que compõem o campo do empreendedorismo social, dada as diferentes missões financeiras e sociais dessas organizações. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas em profundidade e com a utilização de plataforma de videoconferência de forma a possibilitar o processo de conversação, mantendo o distanciamento social exigido pelo atual contexto de pandemia. As entrevistas serão gravadas para viabilizar o processo de análise, permitindo, também, que nenhuma fala se perca na memória do pesquisador. É para este procedimento que você está sendo convidado a participar. Reconheço o risco de invasão de sua privacidade, exposição de questões sensíveis vividas no contexto do trabalho ou mesmo na sua vida pessoal. Dessa maneira, de forma a contornar tal risco, o pesquisador se propõe a promover absoluto sigilo, omitindo qualquer informação que possa identificá-lo/la pessoalmente.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Espera-se com esta pesquisa promover reflexão sobre o fenômeno do empreendedorismo social por meio da compreensão das narrativas presentes nos discursos de integrantes de empresas sociais, de forma a contribuir, primariamente, para

o avanço de uma perspectiva teórico-crítica no estudo deste tema. Além disso, em outro espectro, este estudo se justifica também ao se debruçar na complexidade da subjetividade dos trabalhadores desse campo organizacional em um contexto que apresenta algumas contradições. Para o pesquisado, o produto deste trabalho pode contribuir para uma maior compreensão de si e do seu papel como trabalhador e componente de um campo (empreendedorismo social) relativamente recente nos estudos da Administração.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 98403-0037 ou pelo e-mail s.falcaovieira@gmail.com.

O pesquisador garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio do manuscrito final da dissertação de mestrado, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____

APÊNDICE D – ACEITE INSTITUCIONAL

O Sr. _____, do _____, está de acordo com a realização da pesquisa: *Entre a lógica empresarial e solidária: um estudo sobre empreendedorismo social*, de responsabilidade do pesquisador Samuel Falcão Borges de Lima Vieira, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília, realizada sob orientação do Prof. Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de entrevistas em profundidade com os integrantes da _____. A pesquisa terá a duração de 4 semanas, com previsão de início e término em março de 2022.

Eu, _____, do _____, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, ___ de _____ de 2022.

Nome do responsável pela instituição